

Junho de 2016

Extractos da  
imprensa Angolana  
sobre questões sociais  
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

**DW CEDOC**

Centro de Documentação e Informação  
Development Workshop  
Luanda - Angola



## DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de Notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimens públicos e transparência](#)
5. [Governação descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços Basicos](#)
9. [Genero e Violencia](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Migração](#)
12. [Exploração Mineira](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Agora, Semanário, Angolense, Folha8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, O PAÍS, A República, Expansão, Grandes Notícias, Novo Jornal, o Semanário Africa e outros.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como: ONDAKA, Ecos da Henda, InfoSambila, Voz de Cacucaco e Jornal Vida Kilamba e Chela.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

### Redação

Sobriano César Capitão

### Conselho de Edição

Allan Cain, José Tiago  
e Massomba Dominique

### Editado por

Development Workshop Angola

### Endereço

Rua Rei Katyavala 113,  
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email [cedoc.dwang@angonet.org](mailto:cedoc.dwang@angonet.org)

### Com apoio de

Development Workshop  
OXFAM Novib  
Fundação Bill & Melinda Gates  
International Development Research Centre  
Civil Society Challenge Fund  
Norwegian & The Netherlands Embassies  
European Union

### Disclaimer

#### 1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW – CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

#### 2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete parts or the whole website without prior announcement.

#### 3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

# INDÍCE

<b>1. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA</b>	<b>6</b>
1.1 Nharêa aposta o relançamento da produção do café	6
1.2 CASA-CE quer que o salário mínimo volta ao debate mensal com Governo	6
1.3 Crise atira 60 mil ao desemprego	7
1.4 Crise em Angola desempregou 60 mil pessoas	8
1.5 INFLAÇÃO Próxima dos 30% pressionadas por bens alimentares e bebidas	8
1.6 Combate à pobreza passa pela mudança de mentalidades	9
<b>2. MICROFINANÇAS</b>	<b>11</b>
2.1 Camponeses reembolsam empréstimos	11
2.2 Parceria leva microcrédito a Caxicane	11
<b>3. MERCADO INFORMAL</b>	<b>13</b>
3.1 Economistas cautelosos	13
3.2 Mercado do quilómetro 30 fonte de aquisição de citrinos	13
3.3 Mercado do Benfica continua aberto	14
3.4 Mercado do km30 é uma mina a céu aberto em disputa	15
3.5 Agentes da polícia “surripiam” milhões a kinguilas	16
3.6 Como acabar a guerra entre zungueiros e autoridades	17
3.7 A apreensão de “mercadoria” dos zungueiros gera controvérsias	19
3.8 Cantinas ilegais nas prisões de Luanda	20
<b>4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA</b>	<b>22</b>
4.1 Angolanos investem USD 65 milhões em fábrica de electricidade	22
4.2 Investimento público recupera estradas	22
4.3 Equipa económica reunida hoje no Luena	23
4.4 Requalificação do Sambizanga nas prioridades do PR	25
4.5 Primeira turbina da central II de Cambambe arranca hoje	26
<b>5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA</b>	<b>27</b>
5.1 Eleições autárquicas só deverão ocorrer depois de 2021	27
5.2 Presidente 'atirou' autárquicas para depois das eleições gerais que irão ocorrer em 2017	28
<b>6. URBANISMO E HABITAÇÃO</b>	<b>29</b>
6.1 Ilídio Daio: “parcerias privadas devem trabalhar com o Estado na solução da problemática habitacional”	29
6.2 Municípios devem ter direitos exclusivos na urbanização	30
6.3 População ganha novas casas	31
6.4 Novas moradias atraem quadros aos municípios	31
6.5 Imogestín premeia bons projectos	32
6.6 Moradores da vila Pacífica denunciam más condições dos imóveis	32
6.7 Ministério realiza Conselho Consultivo	33

6.8	Moradores desalojados da ilha de Luanda continuam em tenda	34
6.9	Urbanismo e Construção avalia novas acções	34

## 7. TERRA 36

7.1	ONGs denunciam esbulho de terras no Cunene	36
7.2	ONG's denunciam esbulho de terras no Cunene	36
7.3	Terras devolvidas a antigos militares	37
7.4	Empresários esbulham terras de camponeses	38
7.5	Investimento de cinco mil milhões para casas Sociais	38
7.6	Organizações denunciam esbulho de terras de 39 comunidades	39
7.7	Venda ilegal de terras preocupa administração de Viana	40
7.8	Várias famílias são realojadas	41
7.9	Comunidades agro-pastoris denunciam ocupação de terras para projecto empresarial	41
7.10	Venda ilegal de terrenos é debatida em Cacongo	42
7.11	Distribuídos terrenos para autoconstrução	42
7.12	População em zona de risco é realojada	43
7.13	Venda ilegal de terrenos com os dias contados	44

## 8. SERVIÇOS BASICOS 45

8.1	Compromisso firme com o Ambiente	45
8.2	Empresas vão pagar pela captação de água bruta	45
8.3	Aumenta capacidade de água nos bairros	46
8.4	Bairros de Luanda privados de água	47
8.5	Governo aposta nas condições de vida das populações	47
8.6	Água beneficia milhares de habitantes	48
8.7	Contrato de centro de água do Cazenga vai custar mais USD 3,4 milhões	49
8.8	Milhares de pessoas no Ebo beneficiam de água potável	49
8.9	Zona uroanacom mais crvicas	50
8.10	Afianal nos enganamos: o lixo continua ser um animal imbatível	50
8.11	Cidade do Sequele sem operadoras de limpeza	51
8.12	Defendidas melhorias no saneamento básico	52
8.13	Viana quer pôr fim aos focos de lixo	53
8.14	Cobrança de lixo começa em breve	53
8.15	Ligação eléctrica á barragem de Beguela custa mais 8,2 milhoés USD que o previsto	54
8.16	Lixo	54
8.17	Associação quer mais contentores	55

## 9 GENERO E VIOLENCIA 57

9.1	Crescem as denúncias de casos de violência	57
9.2	Sociedade civil defende criação de painéis de resolução de conflito	57
9.3	A violência doméstica	58
9.4	Detido falso regulador de trânsito no km 9 em Viana	58
9.6	Polícia registou 74 crimes nas últimas 24 horas	59
9.7	Cidadão assassinado com um tiro na cabeça	59
9.8	Assaltos a residências deixam moradores aterrorizados	59
9.9	Gangs implantam terror no Bairro da paz em Luanda	61
9.10	Onda de assaltos com proporções alarmantes no Cazenga	61
9.11	Os gatunos que estavam só no bairro Huambo tomaram de assalto as casas do bairro da Paz	62
9.12	Delinquentes aterrorizam moradores com ameaças de violação e morte	62
9.13	Por ciúmes cidadão Assassina Esposa a Tiros	64

<b>19 AMBIENTE</b>	<b>66</b>
10.1 Centenas De Árvores Diversas Foram Plantadas No Cunene	66
10.2 Legislação para Ambiente	67
10.3 Luta contra desflorestação no município	68
10.4 Huambo exporta madeira para os EUA	68
10.5 Vítimas das calemas na Camuxiba dizem-se esquecidas	69
<b>11 MIGRAÇÃO</b>	<b>70</b>
11.1 Protecção Imigração clandestino	70
11.2 Caça e imigração dominam reunião entre as Polícias	70
11.3 Imigrantes ilegais preocupam autoridades	70
<b>12 EXPLORAÇÃO MINEIRA</b>	<b>72</b>
12.1 Sector mineiro vai ser alternativa ao petróleo	72
12.2 Exploração de ouro no País é alternativa a diversificação	73
12.3 Geologia e Minas quer revitalizar rochas ornamentais	74
12.4 Pedra Rubra avança com lapidação de diamantes até ao final do ano	75
12.5 Planageo vai render mais de 400 milhões de USD ao país	76
12.6 Projectos mineiros com custos acima de mil milhões de dólares arrancam em 2017 /18	76
12.7 Três cooperativas na exploração de diamantes em Malanje	77
12.8 Mais de 1000 quilates de diamantes roubados em Saurimo	77
12.9 Produção de rochas aumentou em Maio	78
12.10 Granito Nacional exportado para Itália e Índia	78

# I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

## I.1 Nharêa aposta o relançamento da produção do café

*Jornal de Angola*  
6 De JUNHO de 2016  
Texto: José Chaves

As autoridades do município de Nharêa, na província do Bié, estão este ano apostadas no relançamento da produção do café, através da assistência técnica e formação de pessoal, informou ontem o chefe da repartição da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Adelino Jamba disse que o relançamento da produção do café vai contribuir com mais receitas para os cofres do Estado e anunciou a plantação de 12 mil cafeeiros, numa extensão de 640 hectares, nas povoações de Tarala, Cangologonolo e na Jamba.

O responsável da agricultura no município de Nharêa disse que o relançamento da produção agrícola abrange as comunas de Caele, Dando, Gamba e Lubia. No quadro o programa, está prevista a instalação de unidades de descasque no Andulo, Cuito, e Camacupa. No primeiro trimestre deste ano foram colhidas em Nharêa mais de 100 toneladas de café arábica.

Dada a importância do café no desenvolvimento do país e na diversificação da economia, o chefe da repartição da Agricultura e Desenvolvimento Rural disse que o Executivo traçou um plano estratégico para o aumento da produção e a revitalização da indústria, com vista a torná-la mais atractiva e rentável. A Direcção da Agricultura e Desenvolvimento Rural na província do Bié recenseou 295 cafeicultores, que cultivam uma área de 1.475 hectares.

## I.2 CASA-CE quer que o salário mínimo volta ao debate mensal com Governo

*Jornal Expansão*  
10 De Junho de 2016  
Texto: Félix Abias

A CASA-CE quer voltar a discutir o salário mínimo na Assembleia Nacional no próximo debate mensal com o Governo, revelou o presidente do Grupo Parlamentar da coligação. Para André Mendes de Carvalho 'Miau', que falava aos jornalistas no passado dia 1, após a reunião da conferência de líderes, no Parlamento, "tendo em conta a perda do poder de compra nos últimos tempos, há toda a necessidade voltar ao tema.

Até ao fecho desta edição - na madrugada de quarta-feira, dia 8 de Junho - o debate mensal ainda não estava marcada, nem o seu tema definido, mas, geralmente, estas discussões com elementos do Executivo ocorrem na segunda quinzena de Junho. A CASA-CE foi, de resto, a única formação política a avançar com uma sugestão de tema para o debate com o Executivo, na reunião que juntou os líderes parlamentares na semana passada.

O salário mínimo nacional, recorde-se, foi o tema do debate mensal de 22 de Maio do ano passado - também por proposta da coligação liderada por Abel Chivukuvuku. O debate viria a ser 'boicotado' pela CASA-CE, UNITA, PRS e FNLA, por não ter sido transmitido em directo pela TPA.

Na véspera, contudo André Mendes de Carvalho defendeu a fixação de um salário mínimo que permitisse "a cada cidadão viver com dignidade", apesar de não ter avançado uma proposta concreta de valores.

Por sua vez, o presidente da FNLA, Lucas Ngonda, defendeu um salário "resultante da concertação social". O deputado disse igualmente que a Lei Geral de Trabalho, aprovada no ano passado, "omite, em todas as suas vertentes, a questão do salário mínimo nacional".

Por sua vez, o presidente do Grupo Parlamentar do PRS, Benedito Daniel, lembrou que, no passado, o seu partido tinha proposto um salário mínimo nacional de 50 mil Kz. Entretanto, face ao quadro actual da economia nacional, considerou o valor "insuficiente".

O MPLA, pela voz de um dos seus visses no Parlamento, Ferreira Pinto concordou ser "pertinente" a abordagem do salário mínimo. "Qualquer sociedade deve preocupar-se com o salário mínimo nacional», afirmou.

Raúl Danda, da UNITA, disse lamentar a ausência de membros do Governo no debate do dia seguinte.

'Chuva' de diplomas dia 16 Entretanto, no próximo dia 16 (quinta-feira), os deputados irão debater e aprovar, na generalidade, uma série de diplomas propostos pelo Executivo. Em causa estão a propostas de lei de bases da Organização Territorial, da Toponímia, da Administração Local do Estado e Sobre a Divisão Político-Administrativa, no âmbito do Plano Nacional Estratégico de Administração do Território (ver textos nas páginas 8 e 9).

Na mesma reunião plenária, irá a votação final global a proposta de lei sobre Mediação e Conciliação de Conflitos. Irão ainda a discussão e votação, na generalidade, a proposta de lei das Sociedades e Associações de Advogados, o Projecto de Resolução Contra a Violência Contra Crianças e o Projecto de Resolução que aprova, para Ratificação pelo Presidente da República (PR), o Protocolo Sobre o Tribunal da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

Está ainda agendada a discussão e votação do Projecto de Resolução que aprova, para Ratificação pelo PR, a Convenção Sobre Reconhecimento e Execução de Sentenças Arbitrárias a do Projecto de Resolução que concede autorização para Adopção Dupla de um menor.

Na plenária ordinária do dia 17 de Junho, os deputados terão como único ponto a discussão e votação da Conta Geraldo Estado referente ao exercício económico 2014.

## 1.2 Crise atira 60 mil ao desemprego

*Jornal O PAÍS*

*10 De Junho de 2016*

O presidente da Associação Industrial de Angola (AIA) disse ontem, em Luanda, que as empresas angolanas terão despedido no último ano mais de

60.000 trabalhadores devido à crise financeira e económica que afecta o país, Na origem destas estimativas, de acordo com José Severino, estão dados dos associados da AIA e dos sindicatos, com a situação a afectar, até Maio passado, essencialmente os sectores da construção civil e dos petróleos.

"Os dados remontam a Junho do ano passado e indicam que a crise também afectou muito o total de trabalhadores na indústria em geral", admitiu o presidente da AIA, citado pela Lusa.

Angola enfrenta, desde final de 2014, uma crise financeira e económica devido à quebra para metade nas receitas com a exportação de petróleo, em resultado da descida no preço do barril de crude no mercado internacional.

No entanto, depois de já ter descido aos 30 dólares por barril, no início do ano, o crude esta semana vale mais de 50 dólares, numa subida consistente desde há algumas semanas.

"Acho que a situação vai estabilizar. Estaremos a trabalhar noutra nível, porque o petróleo continua a subir e agora (desde esta semana) também começamos a exportar o LNG (gás liquefeito)", recordou José Severino.

Durante a próxima semana deverá ficar fechado o programa de assistência que Angola solicitou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para diversificar a economia e que envolverá um envelope financeiro.

As reuniões da missão do FMI em Luanda, liderada pelo economista brasileiro Ricardo Velloso, arrancaram a 01 de Junho e terminam na próxima Terça-feira, como anunciara antes OPAÍS.

"A presença do FMI também pode ajudar, ao levar a que as relações financeiras de Angola com os seus credores sejam menos tensas", observou ainda o líder dos empresários angolanos.

Apesar do "elevado volume" de emprego destruído no último ano, com a crise a fazer-se sentir igualmente na inflação acumulada' que já ultrapassa os 26 por cento a 12 meses, José Severino admite o aspecto positivo da situação, globalmente, ter provocado em Angola uma "grande apetência para exportar", em busca de alternativas.

Além dos tradicionais produtos "pesos pesados", nomeadamente o petróleo e os diamantes, a agricultura entrou igualmente nestas contas, seguidos pelos materiais de construção básicos, garante Severino.

"Há muita coisa para exportar e basta ir ali ao mercado do Levo (fronteira com a República Democrática do Congo) para encontrar ao fim de semana mais de 50 camiões", conta.

Contudo, para este processo, os industriais angolanos advogam a "previsibilidade" no acesso a dia visas, para garantir a importação de matérias-primas e maquinaria, o que não acontece, com as limitações impostas pelos bancos comerciais no acesso à moeda estrangeira.

"Já fizemos exposições ao mais alto nível, até porque sem previsibilidade não se mata o mercado informal (de divisas, muito inflacionado). As pessoas entram em stress, têm problemas para resolver e recorrem à via informal", lamentou o empresário angolano.

É que Angola vive igualmente uma crise cambial que dificulta o acesso a várias importações prioritárias, com a AIA a reclamar uma gestão mais rigorosa dessas divisas e apenas na relação directa entre bancos comerciais e empresários. Sectores de actividade como agricultura, indústria alimentar, saúde ou transportes são alguns dos prioritários, para os industriais angolanos, no acesso a divisas.

## **I.4 Crise em Angola desempregou 60 mil pessoas**

*Novo Jornal*

*10 De Junho de 2015*

*Texto: Álvaro Victória*

OS NÚMEROS são assustadores. Referem-se apenas aos apurados pela Associação Industrial de Angola. A crise económica e cambial que o país enfrenta já fez 60 mil desempregados.

Estes números são o resultado de um conjunto de relatórios chegados à direcção da Associação Industrial de Angola (AIA) através dos seus parceiros e de algumas organizações sindicais, segundo José Severino.

Em declarações à Lusa, o presidente da AIA afirmou que a situação de desemprego, resultante da crise económica e cambial no país, tem estado a afectar essencialmente os sectores da construção civil e dos petróleos.

"Os dados são de Junho do ano passado e indicam que a crise também afectou muito o total de trabalhadores da indústria em geral", referiu José Severino.

O presidente da AIA está, contudo, confiante quanto à melhoria (aumento do preço) no comportamento do mercado petrolífero internacional, epicentro da crise financeira em Angola, face à descida desde final de 2014 da cotação do barril de crude.

Tal queda levou a que o país registasse, uma quebra para metade das receitas com a exportação de petróleo, principal via de sustentação da economia angolana.

Entretanto, depois de já ter descido aos 30 dólares por barril no início do ano, o petróleo está durante a semana a valer mais de 50 dólares, numa subida consistente desde há várias semanas.

"Acho que a situação vai estabilizar.

Mais dois meses e já não estaremos a falar da crise, já estaremos habituados. Estaremos a trabalhar noutra nível, porque o petróleo continua a subir e agora [desde esta semana] também começámos a exportar ING [gás liquefeito]", recordou José Severino.

Ainda em entrevista à agência portuguesa, o líder associativo mostrou-se optimista quanto aos resultados do programa de assistência que Angola solicitou ao Fundo Monetário Internacional (FMI), para diversificar a economia e que envolverá um envelope financeiro.

"A presença do FMI também pode ajudar, ao levar a que as relações financeiras de Angola com os seus credores sejam menos tensas", augura José Severino, citado pela Lusa.

## **I.5 INFLAÇÃO Próxima dos 30% pressionadas por bens alimentares e bebidas**

*Jornal Expansão*

*17 De Junho de 2016*

*Texto: Martins Chambassuco*

Os preços em Luanda subiram 29,23% nos últimos 12 meses, até Maio, renovando máximos históricos, 'disparando' 3,46% face a Abril, influenciados sobretudo pelas bebidas e alimentos, revela o Índice de Preços no Consumidor (IPC), divulgado esta semana pelo Instituto Nacional de Estatística (INE). De acordo com o documento, a inflação estava, em Maio de 2016, face a mesmo mês do ano anterior, 20,37 pontos percentuais mais alta.



Entre Abril e Maio, indica o documento, a variação do IPC, foi, na classe, 'bebidas alcoólicas e tabaco', de 4,72%, na 'alimentação e bebidas não alcoólicas, avançou 4,49% e na 'saúde', subiu 3,33%. Por produtos, de Abril a Maio, destacam-se as subidas de 25,34% no açúcar e de 24,25 no pão carcaça. Na origem da subida está o agravamento da crise económica, financeira e cambial resultante da queda do preço do barril de petróleo no mercado internacional. No Orçamento Geral do Estado para 2016, recorde-se, o Executivo prevê uma taxa de inflação (a 12 meses, de Janeiro a Dezembro) de 11%.

No que diz respeito à variação em todo o País, o Índice de Preços no Consumidor Nacional (IPCN) não avança dados agregados para um ano, mas entre Abril e Maio, registou-se uma subida de 3,31%.

As subidas no último mês foram lideradas pelas províncias de Cabinda (3,75%) e da Lunda Sul (3,69%), enquanto na posição oposta figuraram as províncias do Huambo (2,55%), Benguela (2,74%) e Cunene (2,83%).

Ouvido pelo Expansão, José Lopes, consultor, defende que apenas "por via da flexibilização da taxa de câmbio e consequentes desvalorizações da moeda j, nacional será possível assegurar algum equilíbrio na oferta e procura de moeda externa, aliviando alguma pressão sobre as reservas líquidas internacionais".

"A grande questão é como implementar estas políticas que muitas vezes não passam de promessas, para quem o controlo de preços terá que passar pela depreciação da taxa de câmbio". Já o economista Mateus Gomes, alerta que as últimas projecções do preço do petróleo são optimistas e que "nos próximos seis meses poderemos assistir ao equilíbrio e ao aumento dos fluxos financeiros".

"Não creio que constitua qualquer novidade o facto de o funcionamento do País depender essencialmente da importação de bens e serviços de vária natureza e que essa 'maldição' só pode ser suprida com a existência de montantes em moeda externa em volume adequado às nossas necessidades de consumo", afirma, lembrando que esta dependência tem efeitos sobre os preços.

Para o responsável "a actual crise cambial é de natureza estrutural e com desfecho temporal bastante incerto nas ambições de crescimento económico e desenvolvimento social".

A diversificação da economia, lembra o economista, "passa pela mudança do actual paradigma da nossa economia e pela adopção de medidas intercalares que

permitam conviver com a actual situação de crise, produzindo os mínimos efeitos sobre a vida das famílias e das empresas".

29,2 Por cento subida da inflação homóloga até Maio  
4,7 Por cento Aumento nas bebidas alcoólicas e tabaco'  
3,5 Por cento subida de preços entre Abril e Maio segundo o INE.

## 1.6 Combate à pobreza passa pela mudança de mentalidades

*Jornal O PAÍS*

*22 De Junho de 2016*

*Texto: Iracelma Kaliengue*

O responsável discursava, na abertura de um ciclo de conferências de imprensa sobre a luta contra a pobreza, que a sua organização vai realizar em todo o país, em apoio ao programa do Executivo angolano para a erradicação da fome e da pobreza em Angola. Sublinhou que, se por um lado, o Executivo tem estado a desenvolver esforços no sentido de construir cada vez mais escolas e lutar contra a pobreza material, por outro, a Alcopa procura ultrapassar a pobreza mental, moral, cívica e intelectual, para que os seus programas sejam plenamente materializados. "Os esforços do executivo na luta contra a pobreza são muito bons. A Alcopa defende que se quer nos tirar o povo da pobreza, primeiro vamos trabalhar com os dirigentes, em prol do seguinte ideal: "o mais importante é resolver os problemas do povo", entouu.

Alberto Lumana considerou positivos os esforços desenvolvidos pelo Executivo em prol dessa triste realidade que o país em geral enfrenta.

O presidente anunciou para breve, a realização das conferências provinciais subordinadas ao tema: "Graças à paz conquistada sob a sábia liderança do chefe do executivo, as próximas eleições de 2017: uma oportunidade para tornar Angola um modelo de democracia em África, um sujeito de admiração mundial". O evento pretende "apoiar o executivo no programa de luta contra a pobreza e apresentar a nível nacional e internacional, a boa imagem das realizações do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, por ser o promotor da luta contra a pobreza em Angola, porque é o arquitecto da paz que é a grande riqueza do povo angolano". A organização pretende também, "mobilizar o povo angolano para participar de forma massiva nas próximas eleições de 2017". A Acção para Luta contra a Pobreza em Angola existe desde 2007, tem como objectivos

apoiar o programa do Executivo na luta contra a pobreza em prol da erradicação da fome.

## 2. MICROFINANÇAS

### 2.1 Camponeses reembolsam empréstimos

*Jornal De Angola*  
*21 De Junho de 2016*  
*Texto: Arão Martins*

Os camponeses da Chibia, Huíla, que receberam crédito agrícola de campanha do Banco Sol, retomaram o processo de reembolso da dívida graças a um aumento da produção viabilizado pela regularidade das chuvas na época 20 15/20 16, noticiou ontem a Angop.

O director da Agricultura da Chibia, José Borges, afirmou que os camponeses beneficiaram desses créditos em 20 10, mas até 2014 as chuvas foram irregulares, o que dificultou o cumprimento das obrigações para com o banco.

Na campanha agrícola 2015/ 2016, o município registou chuvas regulares, permitindo aos camponeses relançar a produção e retomar o pagamento das dívidas, frisou José Borges, que disse esperar que, na época 2016/2017, "as chuvas continuem a cair de forma intensa". O crédito agrícola de campanha, concedido para incentivar a actividade produtiva no meio rural beneficiou, no município da Chibia, cem camponeses organizados em cooperativas e associações e ficou avaliado em 505 mil dólares (84,183 milhões de kwanzas).

Numa recente entrevista à Angop, o presidente do conselho de administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse que a instituição tem uma carteira de crédito mal parado situada em cinco por cento do total concedido, muito abaixo do preconizado pelas normas prudenciais.

Colheita precoce

As autoridades da Chibia (a 42 quilómetros a sul do Lubango) estão preocupadas com colheita prematura dos produtos cultivados devido à procura que se regista no mercado, disse à Angop director municipal da Agricultura.

José Borges afirmou que "a procura por produtos agrícolas registou, nos últimos três meses, um aumento substancial, de tal forma que os homens do campo estão a fazer a safra de forma precoce, o que pode ser prejudicial para o alcance das metas de colheita". O responsável anunciou estarem a ser

desenvolvidos encontros com os camponeses com o objectivo de os desencorajar.

"Os nossos camponeses estão com pressa de vender, porque a procura é muito elevada e estamos a verificar produtos ainda verdes e muitas vezes num tamanho com um valor comercial muito baixo", lamentou.

O director da Agricultura sublinhou que os produtos mais visados por esta prática são o milho, tomate, couve, repolho, cebola e alho.

A Chibia conta com uma população estimada em 181 mil habitantes, que tem na agricultura e pecuária as suas principais formas de sustento.

### 2.2 Parceria leva microcrédito a Caxicane

*Jornal De Angola*  
*21 De Junho de 2016*  
*Texto: Yara Simão*

O Banco Sol e o Ministério da Família e Promoção da Mulher lançaram, no domingo, um programa de micro-crédito para as comunidades rurais, em Caxicane, por altura da inauguração de urna dependência daquela instituição bancária.

O banco e o ministério declararam, no lançamento do programa, estarem a desenvolver actividades conjuntas para promover os recursos da aldeia de Caxicane através de acções que tragam rendimentos e auto-emprego.

O programa já é aplicado em Luanda e Golungo Alto, onde estão em curso dois projectos de combate à pobreza denominados "Aldeias que Cuiam", em Camacupa e Bengo, mas os promotores querem inscrever a iniciativa no Programa Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, envolvendo a requalificação de aldeias, expansão do bem-estar, acesso à saúde e educação e melhoramento do ambiente de negócios, apurou o Jornal de Angola, em Caxicane.

A ministra da Família e Promoção da Mulher, Filomena Delgado, indicou que o programa começou a ser aplicado em 2008, mas, por falta de verbas, foi suspenso até o Banco Sol decidir aderir, concedendo apoio para formar membros das comunidades, legalizar cooperativas e lançar o programa de microcrédito.

## Programa em evolução

O foco inicial do programa era a habitação, para mitigar o efeito das cheias que assolam com crescente frequência aquela região, mas logo se perdeu umnexo comum e o programa passou a envolver a solução dos prejuízos sobre a actividade agrícola e a piscicultura, acesso à electricidade e à água, lembrou na ocasião a ministra da Família e Promoção de Mulher.

Em Caxicane, o programa tem em curso acções de formação de líderes femininas em matéria de género, empreendedorismo, economia solidária e doméstica, gestão do lar e produção de sabão, e foi feito um estudo sobre piscicultura artesanal, uma área que também concorre para o combate a fome e a pobreza, anunciou a ministra.

Filomena Delgado disse que está prevista a conclusão do campo multiusos e de um parque infantil, a continuação da formação de membros da comunidade em matérias como a agricultura e iniciativas privadas para instalar quiosques e pequenos restaurantes "que vão dar vida à povoação", além de uma mediateca.

O presidente do conselho de administração do Banco Sol, Coutinho Nobre Miguel, disse que a abertura da dependência bancária melhora a qualidade de vida na povoação e impulsiona iniciativas dos comerciantes e produtores agrícolas.

## 3. MERCADO INFORMAL

### 3.1 Economistas cautelosos

*Novo Jornal*

*3 De Junho de 2016*

Na última semana o preço do dólar no mercado paralelo vem caindo, para insatisfação de quem vive do negócio.

Nos pontos de venda a nota de 100 dólares está a ser vendida entre Os 50 a 55 mil kwanzas, contrariamente aos 70 mil kwanzas que chegou a valer.

Mas desengana-se quem pensa que esta descida resulta de medidas implementadas pela banca.

Segundo alguns economistas ouvidos pelo Novo Jornal a situação deve-se à falta de kwanzas.

"Estamos em final de mês e muita gente não tem dinheiro. Alguns salários estão em atraso e isso reflecte-se também no negócio das kinguilas" disse o economista Mário Silva.

Para o nosso interlocutor, a situação da escalada do dólar vai continuar enquanto a banca não tiver disponibilidade para satisfazer as necessidades dos seus clientes.

"Não quero ser pessimista. Mas dólar vai voltar a subir porque os bancos não estão a vender. E enquanto esta situação permanecer a compra na rua será a solução para muitos", disse.

Para este economista às leis económicas não se resolvem apenas com medidas administrativas porque existem independentemente da vontade dos homens.

Mário Silva defende como solução, para estancar a subida do preço do dólar no mercado paralelo, a desvalorização do Kwanza para acabar com a disparidade entre o oficial e informal.

"O cidadão tem que compreender " que a desvalorização vai fazer com que a apetência pelos dólares ao câmbio oficial vai diminuir. Se esta apetência diminuir vai haver mais dólares disponíveis para o cidadão comprar ao preço oficial. Não vale apenas ter o câmbio oficial a 175 se o cidadão não consegue comprar", esclareceu Nelson Silva, economista ligado a um dos bancos comerciais que

operam no país, acredita que a desvalorização do Kwanza só por si não resolve o problema.

"Não basta desvalorizar a moeda nacional. É preciso também analisar com profundidade a origem dos dólares que estão no mercado informal. No meu entender as "kinguilas" são apenas o elo mais fraco deste emaranhado", disse.

Contrário à ideia existente em alguns círculos, de que a intervenção da polícia é a causa para a baixa do preço do dólar na rua, Nelson Silva partilha a ideia do seu colega de profissão de que a escassez de kwanzas explica a situação.

"Seria muito bom que esta baixa do preço do dólar nas kinguilas fosse por causa da polícia. Assim bastava a polícia manter a operação e íamos ter o dólar ao preço do banco! O dólar está baixo porque não há kwanzas", rematou.

### 3.2 Mercado do quilómetro 30 fonte de aquisição de citrinos

*Jornal Economia e Finanças*

*3 De Junho de 2016*

*Texto: António Eugénio*

"Mercado 30" está situado "nos arredores de Luanda. É uma referência quando a questão está ligada à aquisição de produtos do campo. Com a abertura das estradas, Luanda ficou mais perto. A confluência comercial rural cresceu. Os camponeses responderam rapidamente aos novos tempos. O resultado está aos olhos de quem lá vai. Prova disto mesmo está na produção de citrinos que diariamente enchem de cores e de bom aroma o mercado: um testemunho claro de que a paz motiva ao trabalho e à produção.

A reportagem do JE foi atrás de cítricos e a fatura comercial empurrou-nos para a conclusão de que o sumo natural não está comprometido. Ou seja, está bem servido em termos de matéria-prima cítrica. Há lá, aos montes, tangerina, limão, laranja e outras espécies que levam mesmo a "encher o peito" e a desafiar a tendência importativa.

A compota de goiaba e mamão, muito degustada em tempos idos, também pode ser fabricada aqui mesmo. A pulsação da nossa equipa para aquele "gigante" pode ser dada como muito frutífera.

Como sinal de que o país está mesmo a produzir, vimos camiões com capacidade de 15 a 20 toneladas carregados de fruta como laranja, ananás, tangerina e limão, enfim...

Os camiões carregados de fruta diversa provêm de vários pontos do país, desde o Norte, Sul, Leste ao Centro. As carrinhas estão apinhadas de gente, cada um de acordo com o seu bolso compra a fruta que mais gosta e barata.

Em cima de camiões, vendem a laranja em bacias de aproximadamente 20 quilos, a 500 kwanzas. Muitos compram-na para revender na entrada do mercado no valor de 100 kwanzas por cinco laranjas. Dentro do mercado, a revenda da fruta é certa. Há transbordo para pequenas carrinhas para a revenda em outros pontos de Luanda.

Santa Feio Abrantes compra Sempre um camião de aproximadamente 5 toneladas de laranja ou limão a 200 mil kwanzas e posteriormente revende a 700 o balde de aproximadamente 5 quilos, extensivo ao maracujá, melancia e tangerina.

Está neste negócio há muito tempo e considera que a produção nacional está em alta, apesar de alguns frutos dependerem de uma determinada época. Ao seu lado, estão duas jovens na casa dos 20 anos que já estão nos meandros do negócio. A negociante tem dois trabalhadores eventuais que funcionam como estivadores.

Os produtos que vende vêm de Benguela, Cuanza Norte, Zaire e Lubango, onde o contacto do negócio é estabelecido por via telefónica.

"Assim que o meu produto acaba, telefono para o meu fornecedor que traz a mercadoria com tudo acertado e sem problema", afirmou.

A entrevistada afirma que, nos meses de Janeiro e Fevereiro, o preço da fruta baixa substancialmente, quer na revenda, quer na compra pelo cliente. Exemplifica que um abacaxi que custa 1.000 kwanzas pode atingir a metade do preço.

Josefa Domingas está sentada ao lado e pratica o mesmo negócio. Acompanha a conversa e inevitavelmente entrosa. Afirma sem pestanejar que a produção nacional subiu e em sua opinião falta valorizar o produto nacional. Está nisso há três anos e também tem dois jovens a fazerem serviço de estiva.

Beatriz Rosa em pé e a deliciar uma melancia suculenta dedica-se unicamente à venda deste alimento, que considera barato. Faz as suas contas e diz que compra 10 toneladas de melancia ao preço de 700 mil kwanzas, a razão de 70 o quilo, e vende ao preço de mil kwanzas, basta ver o alimento para ficar com água na boca.

Conta-nos que está no mercado desde 8 de Dezembro de 2007. Vive do mesmo e gerou emprego temporário para quatro jovens.

### 3.3 Mercado do Benfica continua aberto

*Jornal de Angola*  
*2 De Junho de 2016*

O Ministério do Ambiente esclareceu, em comunicado, serem falsas as notícias veiculadas por alguns órgãos de comunicação social, locais e internacionais, que fazem menção ao encerramento do Mercado de Artesanato do Benfica, o que de facto vai acontecer, e ao contrário do que é voz corrente mesmo entre os vendedores do local, é o encerramento, não do mercado, mas das bancadas que comercializam peças de marfim e seus derivados.

A medida, refere o documento, é adoptada em cumprimento ao disposto na Convenção sobre o Comércio Internacional das Espécies da Fauna e da Flora Selvagens Ameaçadas de Extinção (CITES), ratificada pela Assembleia Nacional e em vigor desde Janeiro de 2014, que proíbe, no seu anexo 1, a caça e o comércio de artefactos de espécies em vias de extinção, o que inclui o elefante e o rinoceronte.

"Assim sendo, e visando desencorajar os caçadores furtivos, que praticam a caça ilegal a estas espécies, com fins comerciais, o Governo, numa demonstração clara da sua envolvimento e contributo na luta contra a caça e comércio ilegal de espécies da vida selvagem, de extrema importância para a continuidade do esforço de recuperação da natureza, quer da fauna como da flora angolana em particular, e mundial em geral, decidiu encerrar as bancas que comercializam peças de marfim e seus derivados no mercado de Benfica, em Luanda, por considerar serem estas as fontes mais visíveis de comercialização e aquisição deste tipo de peças." A proibição da venda de peças de marfim e seus derivados vai mais longe e abarca todo território nacional.

A medida, refere o Ministério do Ambiente, está enquadrada no cumprimento das obrigações internacionais assumidas por Angola (Iniciativa de Protecção do Elefante), da legislação nacional sobre protecção e preservação das espécies da flora e fauna selvagens e dos compromissos assumidos a nível da SADC.

O Ministério do Ambiente disse que tem estado a realizar "esforços contínuos, sistemáticos e

transversais, para o cumprimento do Plano Estratégico das áreas de Conservação, que confirma o compromisso global de desenvolvimento com as Convenções da Biodiversidade e as agendas internacionais, recentemente reafirmados na Segunda Assembleia Geral das Nações Unidas sobre o Ambiente, em Nairobi".

O Ministério do Ambiente explica que tudo faz para que as áreas antes afectadas e despovoadas pela guerra, em todos os parques, reservas e áreas de conservação, "cujas espécies endógenas e exóticas foram utilizadas por redes criminosas, sejam aproveitadas, em prol da preservação da vida selvagem, do desenvolvimento, diversificação económica, melhoria das condições de vida e consciencialização das populações autóctones". Este trabalho, concluí o documento, é intensificado pela Comissão Interministerial contra os Crimes Ambientais e Relacionados com a Fauna e Flora Selvagens e pela Unidade de Crimes Ambientais, em colaboração com a Polícia Nacional.

### 3.4 Mercado do km30 é uma mina a céu aberto em disputa

*Jornal Manchete*

*10 De Junho de 2016*

*Texto: Matangui José*

Cidália Baptista que diz ser a proprietária do espaço, construído em 2006 em Viana foi forçada a abandoná-lo pelo ex-administrador de Viana, Zeca Moreno", por razões que diz desconhecer.

"Estamos atentos com a decisão do Tribunal, porque a senhora Cidália Baptista é a proprietária legítima do mercado do KM30" lê-se num documento que as vendedoras do mercado enviaram ao Parlamento angolano. Segundo as vendedoras, a administração municipal de Viana teve ciúmes para desalojar Cidália Baptista do mercado de KM30 por ser, um empreendimento "muito rentável".

Segundo informações, o actual mercado surgiu após o antigo [da Estalagem], de que também foi proprietária, ter sido encerrado em 2004 sob ordens expressas do Governo Provincial de Luanda, por se situar num local que dificultava o tráfego rodoviário e provocava vários acidentes, na via Luanda-Viana.

O assunto em causa, segundo apurou o Manchete, está a seguir os seus trâmites legais na 2.a Secção da Sala Cível e Administrativa do Tribunal Provincial de Luanda (TPL), com o processo n., 2261/14/B.

"Quem autorizou a construção do mercado foi o senhor Job Capapinha, na altura governador provincial de Luanda. Mas de "pé para mão" as coisas mudaram para um outro curso causando inúmeros prejuízos a senhora que tanto gastou o seu dinheiro", denunciaram as vendedoras.

Para alguns analistas, "neste momento o deputado Job Capapinha tem uma palavra a dizer sobre a situação do Km30". "Se a senhora vai perder a causa, pelo menos o GPL tem a obrigação de indemnizá-la, a julgar pelos gastos feitos na construção do mercado e transferência de pessoas da Estalagem para o Km30", defendem os analistas.

Manuel Pereira Samuel, que foi administrador municipal de Cacuaco em 1991, da Samba em 1993 e depois esteve no GPL como chefe do Departamento de Mercados e Feiras até à sua aposentação, confirma que o mercado do Km 30 deu muito trabalho a Cidália Baptista.

"Erguer esse mercado e fazê-lo funcionar deu muito trabalho a mim e à dona Cidália. Fui eu quem recebeu as orientações do ex-governador Job Capapinha para, junto da administração de Viana, tratar de todo o processo, arranjar um espaço e transferir os vendedores do mercado da Estalagem", lembrou Manuel Samuel, que diz ter conhecido a queixosa nessa altura.

O antigo responsável acrescenta que são reais as afirmações de que Cidália Baptista é a proprietária e arquitecta das obras de construção do mercado, afirmando que o mesmo era mata e a cidadã pagou o serviço de desmantelamento e indemnizou os camponeses que lá trabalhavam.

"Quem quiser pode confirmar nos documentos que eram dirigidos a si como proprietária do mercado", desafiou. Cidália Baptista, na sequência dessa polémica sofre ameaças por parte de pessoas desconhecidas. "Não tenho medo, vou até as últimas consequências", desfiou Cidália Baptista salientando que "espera que as autoridades competentes façam a justiça". Um deputado do MPLA que não quis identificar-se lamentou a atitude do ex-administrador de Viana, Zeca Moreno, afirmando que, a cidadã Cidália Baptista deve ter uma resposta "urgente". "O MPLA não lutou para prejudicar pessoas. Lutou para o bem-estar dos cidadãos. No entanto, se há cidadãos interessados a trabalhar deixem-nos trabalhar", argumentou.

Por seu lado, o jurista Sebastião Kianvu lamenta a lentidão da justiça na resolução dos litígios nos tribunais. "Este assunto já deveria ter um desfecho,

mas infelizmente a situação mantém-se como está", deplorou.

Contactado pelo Manchete, Zeca Moreno diz que, o mercado não lhe pertence, mais sim ao GPL. "O espaço pertence ao GPL e não ao Zeca Moreno", defendeu-se. Depois da transferência do mercado Roque Santeiro para o Panguila, no Bengo, os mercados do Kicolo, no Cacucaco, do 30, em Viana, e dos Correios, no Kilamba Kiaxi passaram a ser os maiores de Luanda. Nestes mercados, os vendedores pagam uma taxa diária de 100 kwanzas para as bancadas e de 500 a 1000 kwanzas para as lojas e armazéns.

As administrações já não têm contas particulares, qualquer emolumento, assim como as receitas arrecadadas nos mercados são depositadas na Conta Única do Tesouro e 20 por cento das receitas ficam para a gestão dos mercados.

Até 2015, o Governo de Luanda projectava acabar com os mercados de rua e os negócios ambulantes. Em alternativa, quer concluir a construção de 102 novos mercados, dos quais oito para venda de pescado. O investimento está orçado em 43 milhões de dólares. Com isso, o executivo luandense pretende também promover a criação de novos postos de trabalho.

### 3.5 Agentes da polícia "surripiam" milhões a kinguilas

*Novo jornal*

*17 De Junho 2016*

*Texto: Eduardo Gito*

MAIS DE UMA DEZENA de agentes da Polícia Nacional, afectos à divisão do Rangel, são acusados de terem usurpado mais de dois milhões de Kwanzas a um grupo de kinguilas que almoçava num quintal, no bairro da Vila Alice.

O episódio sucedeu no dia 24 de Maio, quando um grupo de mais de quatro kinguilas foi surpreendido por agentes da Polícia Nacional, alguns à paisana e acompanhados de três viaturas da corporação, que alegaram ter um mandado de captura para todas as kinguilas da província de Luanda.

Fomos surpreendidas pela policia quando nos encontrávamos a almoçar e a conversar com a dona da casa, como se de um assalto se tratasse", denunciou ao NJ Rosa Caetano, uma das lesadas.

As vitimas pormenorizaram, com lágrimas nos olhos, o tratamento desumano" a que foram submetidas. "Enquanto umas eram agredidas, as outras duas já se encontravam sob custódia da polícia, totalmente algemadas e postas no carro da patrulha, como se fossem os delinquentes.

Instantes depois, as mulheres, segundo relatam, foram levadas até à 6a Esquadra, ao pé da Cidadela, onde ficaram detidas "mais de nove horas, sem que houvesse uma explicação exacta sobre o motivo da detenção".

Ao todo houve duas detenções, como contaram Rosa Caetano e Anita Kapassa. A primeira foi às 14h00, momento em que recolheram as kinguilas que se encontravam fazer câmbio informal na Vila Alice, na rua Eugénio de Castro/Bula Matadi. Às 19 horas, os elementos regressaram à mesma residência e protagonizaram um "novo" filme": detiveram todos os que lá se encontravam, mais velhos e crianças inocentes, que também seguiram para a 6.ª Esquadra.

A lesada Rosa Caetano explicou que os valores apreendidos eram de quatro senhoras, em montantes desiguais de 2.000.530 Kz, 100.000 Kz, 80.000 Kz e 94.000 Kz.

A proprietária da residência onde as kinguilas se encontravam, que pediu o anonimato, disse ao Novo Jornal que os agentes da polícia tiveram "um comportamento perverso" e pouco digno. "Eles não respeitaram os donos da casa, espancaram-nos a todos e até nos mandaram despir completamente", denunciou a proprietária do imóvel.

Sobre o alegado mandado para "recolher todas as kinguilas", a moradora mostrou-se céptica. "Eles diziam estar a cumprir uma ordem superior do Presidente da República! E eu respondi-lhes mesmo que tudo aquilo era falso", recorda a mulher.

Face às denúncias das kinguilas e outras pessoas apanhadas no meio desta acção e que se dizem vítimas dos agentes da 6ª Esquadra, o Novo Jornal falou com o porta-voz do Comando Provincial de Luanda, Mateus Rodrigues, que disse não ter registado qualquer informação relacionada com o assunto.

Tratando-se de uma acusação "bastante delicada", o porta-voz da Polícia de Luanda convidou as lesadas a formalizarem uma queixa contra os agentes em causa.

Quanto ao envolvimento de delinquentes na operação contra as kinguilas, Mateus Rodrigues negou essa possibilidade, recusando-se a aceitar como válidas as acusações das queixosas.



### 3.6 Como acabar a guerra entre zungueiros e autoridades

*Jornal O Crime*

*18 De Junho de 2016*

Durante o período colonial em 1971, Angola ainda como província do estado português atingiu um desenvolvimento exorbitante na área de organização produtiva interna e exportação de produtos.

Baseando-se no livro de Henrique Guerra intitulado *Angola: Estrutura econômica e classe sociais* pode se perceber que a industrialização não é algo novo porque o presente livro fala da existência nesse período de uma burguesia e de uma classe operário, tanto que ilustra já na época a existência da *Industrias Angolanas de Olhos Vegetais (INDUVE)*, *Sociedade Industrial de Grosserias de Angola (SIGA)*, *indústria Fosfera de Angola (IFA)*, *Sociedade Ultramarina de Tabacos (SUT)* e muitas outras.

Em 1975 Angola torna-se um país independente, e, por conseguinte, adota o sistema socialista achando na altura o mais adequado na visão do partido no poder. O país que já tinha uma diversificação econômica que chegou até a atingir o apogeu na área de exportação de diversos produtos passou simplesmente a depender do petróleo paralisando assim os outros diversos sectores da Economia.

Em 1991 Angola passa do regime socialista para o regime democrático, e um ano depois se realiza as primeiras eleições no país cujo resultado culminou com os conflitos armados que ocorrem no país.

As diferentes regiões do país durante estes conflitos armados eram instáveis causando assim um número elevado de emigrações visto que Luanda era a zona mais segura em período de guerra. Carvalho (2010:74) diz-nos que "em situação de guerra, foi débil o investimento no sector social, causando um índice de desenvolvimento humano bastante baixo em Angola", isso fez com que muita gente não tivesse acesso ao ensino e face a escassez de empregos e a pouca qualificação dessa população que se desloca da periferia para o centro, sentiu a necessidade de criar uma estratégia de sobrevivência, nomeadamente a zunga.

Para Miranda (2010:23-24) o fenómeno zunga, ou venda ambulante em português, data do início dos anos 1990. É uma forma de iniciativa privada num contexto de economia de mercado. Acresce ainda o mesmo que diferentes grupos sociais, desprovidos de possibilidades de vender seus produtos ou serviços em mercados oficiais, transformaram as diversas artérias da cidade de Luanda em mercados

alternativos, o que provoca o descontentamento das autoridades.

As autoridades face a este fenómeno têm tomado inúmeras medidas para acabar com a zunga que não têm surtido efeito como observamos dia-a-dia a relação amorosa entre as zungueiras e as autoridades (fiscais e policia).

O método de repressão tem sido usado pelas autoridades para terminar com a zunga, mas, no entanto, diariamente apesar da constante intervenção das autoridades a zunga cresce cada vez mais.

Segundo a *Human Rights Watch* (2013) o governo angolano tem criado mecanismos diversos para acabar com essa prática, mas não tem tido êxitos. Uma dessas estratégias tem sido o encerramento de alguns mercados que o mesmo considera como sendo os fornecedores dos produtos comercializados pelos zungueiros, sem esquecer as atitudes injustificáveis da polícia e da fiscalização.

As vezes para perceber um simples problema precisamos de ter empatia, ou seja, ter o poder de se colocar no lugar do outro para poder ver o mesmo problema na perspectiva de quem o vive.

Dizia K. Cohen (1999) que quando as normas se opõem a necessidades determinantes, a violação desta norma reduz a frustração dos sujeitos. Podemos concluir que por mais que o governo invente leis que proíbam a zunga não serão cumpridas, porque a zunga é o único meio honesto que essas pessoas encontram para o seu sustento, por mais que as autoridades usem a força não conseguirão extinguir a zunga, visto que é uma necessidade dessas pessoas para sobreviver, por isso, violam diariamente essas leis criadas para acabar com a zunga. A questão que se coloca é: o que se pode fazer para acabar com a zunga visto que todos os métodos usados até agora não tiveram êxito?

Para respondermos essa questão a princípio partimos daquilo que W Rostow chamou os cinco estádios do crescimento econômico, cujas grandes linhas vamos tentar resumir nos parágrafos seguintes.

Rostow define a primeira fase como sendo a sociedade tradicional, sendo caracterizada por uma ciência e uma tecnologia ainda na idade pré-newtoniana e, conseqüentemente, por uma produtividade limitada. A produção da sociedade tradicional não é necessariamente estática, pode aumentar até certo ponto, pois é limitada pelo estado arcaico dos conhecimentos científicos e tecnológicos".

"O segundo são as condições prévias ao arranque, visto que para que se inicie um processo de desenvolvimento no seio da sociedade tradicional, é necessário que sejam certas condições e certos fatores indispensáveis ao arranque. São eles os seguintes: em certos setores da população, espalha-se a ideia de que o progresso econômico é necessário para determinados fins.

Como, por exemplo, o bem-estar geral, orgulho nacional ou lucro pessoal, a instrução contribui para desenvolver necessidades novas ou novas aspirações, pelo menos numa parte da população, os empresários mobilizam as poupanças pondo-as ao serviço de empresas privadas ou públicas; criam-se bancos e outras instituições financeiras, os investimentos aumentam, dá o lançamento de certas empresas indústrias, o comércio estende-se no interior e fora do país; estabelece-se um poder político central, geralmente na base de ligações que favorece um novo sentimento nacionalista"

"O terceiro estágio é o arranque. O arranque é o período crítico, o ponto decisivo que vai marcar a diferença entre a sociedade tradicional e a sociedade desenvolvida. Pressupõe que as forças favoráveis à expansão econômica, que surgiram na fase precedente, não sejam um enclavo na sociedade tradicional, mas se estendam e invadam toda a sociedade, se transformem nos agentes dominantes e dirijam a sua evolução. O que supõe que as resistências à mudança, criadas, sobretudo pela mentalidade, atitudes e estruturas da sociedade tradicional, tenham sido quebradas ou pelo menos eliminadas em grande parte"

"O quarto estágio é a maturidade, caracterizada essencialmente pela diversificação de produção industrial.

Na fase precedente, a indústria só se podia desenvolver em certos setores de produção, em particular nos setores de base. Mas o movimento contínuo dos investimentos permite, dentro em pouco, abrir novos sectores, explorar novas fontes naturais, descobrir técnicas novas, mais econômicas e mais eficazes. Segundo Rostow, a maturidade econômica é atingida cerca de quarenta anos depois do fim do período de arranque".

A quinta fase o autor chamou de consumo onde, "o consumo de massa é marcado pela elevação geral do nível de vida para toda população, o aumento dos funcionários e trabalhadores qualificados na mão-de-obra, o acréscimo dos investimentos consagrados à previdência social, ao bem-estar e à saúde".

De fato, a visão de Rostow é bastante pertinente para perceber como as sociedades africanas podem atingir

o tão esperado desenvolvimento que se tem lutado desde o século 1 passado. Se olharmos para as ideias de Rostow podemos entender como a industrialização pode resolver essa questão da zunga facilmente.

Precisamos ter em conta que do mesmo jeito que a industrialização resolveu inúmeros problemas também causou outros tantos. Para perceber essa questão apresentaremos a análise funcional de Merton que explica basicamente o duplo sentido dos fenômenos sociais como veremos a seguir "Merton "rejeita a ideia de que todo fenômeno social seria funcional, quer dizer contribui para a manutenção e a estabilidade do conjunto em que faz parte".

Mesmo que seja verdade isso nunca pode ser admitido a priori, mas sempre deve ser objetivo de um estudo empírico. Por esta razão Merton distingue "função e disfunção, função manifesta e função latente".

"As funções são aquelas que contribuem para a adaptação e ajustamento de um determinado sistema e as disfunções, são aquelas que perturbam a adaptação ou ajustamento do sistema" (MIRANDA, 2011:5). As funções manifestas e latentes podem ser percebidas da seguinte forma:

As funções manifestas referem-se às consequências objetivas que para uma determinada unidade contribuem em plena consciência para o seu ajustamento ou adaptação. As funções latentes pelo contrário, prendem-se com as consequências da mesma ordem, mas involuntariamente e inconscientemente".

Merton "considera a análise funcional como um método que permite ao sociólogo de colocar questões concretas". Como por exemplo, como determinados fenômenos sociais, tal como a industrialização contribui para a manutenção e a decadência do tecido social angolano.

Para tentar criar luzes para quem fez a sua análise funcional tal como Merton viu o lado negativo da industrialização e achou que pode de facto resolver o problema da zunga mas em contra partida causar inúmeros outros problemas apresentaremos a seguir a tese de Rocher sobre essa questão da união do tradicional e do moderno.

Rocher ilustra que para explicar e compreender os fenômenos novos dos países em via de desenvolvimento, atualmente parte-se do princípio que não há uma oposição estanque, uma incompatibilidade total entre a sociedade tradicional e a sociedade industrial, ao contrário do que tinha sido

estabelecido por uma longa e sólida tradição, desde Comte, Spencer, Tonnies e Durkheim.

Para Rocher não há dúvida de que a distinção entre os dois tipos de sociedade continua a ser válida quando comparamos casos extremos ou tipos ideais. Mas na análise do desenvolvimento há inúmeras observações que nos forçam hoje em dia a reconhecer que a modernização não consiste na destruição pura e simples da sociedade tradicional, num corte radical com uma estrutura social e mental que se oporia irrevogavelmente a qualquer inovação, ou pelo menos inovações exigidas pela industrialização".

Rocher sustenta ainda que as mudanças ligadas a modernização não se realizam segundo um movimento linear único de rejeição ou de adoção. Pelo contrário, vemos que o novo se mistura com o antigo, a tradição se incorpora e adapta a nova sociedade que emerge.

Assim poderemos esperar que na Ásia e na África surjam novas variantes da sociedade moderna, fruto do casamento entre os traços essenciais da modernidade, por um lado, e, por outro, as sociedades provenientes duma tradição diferente daquela com que o ocidente acolheu a industrialização e a urbanização no século passado".

A Ásia pelo menos tem dado grandes avanços, graças a industrialização atingiu um apogeu do ponto de vista econômico que tem gerado insônia nas grandes potências mundiais. É de dar razão a Rocher pois os países da Ásia confirmam que de fato teve razão na sua abordagem só espero que África acorde desse sono profundo e tome o mesmo rumo.

Existe de fato muita semelhança entre os proletários na época da revolução industrial no ocidente e os zungueiros que todos os dias invadem as artérias da cidade de Luanda para comercializarem os seus produtos como perceberemos a seguir.

Se olharmos para ambos os grupos (zungueiros e proletários) podemos ver que ambos possuem origem camponesa e que normalmente abandonam o campo para cidade a procura de melhores condições de vida, outro aspecto é o fato de ambos serem mão de obra não qualificada, mas com fácil adaptação devido a sua necessidade de sustento, devia se pensar mais em aspetos construtivos e não perder tempo a fazer vida cara a essas pessoas que querem apenas que as bocas do fogão em casa permaneçam acesas.

### 3.7 A apreensão de “mercadoria” dos zungueiros gera controvérsias

*Jornal O PAÍS*

*22 De Junho de 2016*

*Texto: Afrodite Zumba*

A venda em lugares não autorizados pelas administrações locais, constituem transgressão administrativa. A alegada falta de clientes, a obrigação do pagamento de uma taxa diária nos mercados disponibilizados pelas administrações municipais assim como a falta de emprego, leva muitos vendedores ambulantes a elegerem as ruas como os locais mais rentáveis para o seu negócio. Dizem eles, que só assim conseguem produzir o sustento para as suas famílias.

Às 16 horas de Quarta-feira, 15, período em que se registava um trânsito intenso no sentido Aeroporto - Benfica, encontramos o vendedor ambulante Fernando José, na Avenida 21 de Janeiro, no Morro Bento.

O entrevistado explicou que tem sido cada vez mais intensa a fiscalização à venda ambulante naquele recinto, visto que os fiscais rondam o local duas ou mais vezes por dia. Deste modo, nem sempre conseguem levar dinheiro para casa.

O jovem salientou que muitas das vezes não perdem o negócio graças à generosidade dos automobilistas, que os avisam quando se aproxima o carro dos fiscais. "Alguns senhores baixam o vidro do carro e avisam-nos que eles estão a vir. A partir desse momento começamos a correr", explicou.

Há quatro anos na actividade, Fernando José desabafa que prefere em vender na via pública porque no mercado vê-se obrigado a pagar uma taxa diária e nem sempre tem clientes, enquanto na rua, há mais compradores e não paga imposto algum.

O jovem reconhece que diariamente coloca a vida em risco. Caminhando entre as viaturas em pleno engarrafamento, afirmou a OPAÍS que não tem outra alternativa porque não consegue arranjar emprego, mesmo depois de ter submetido o seu currículo a algumas empresas.

Ao narrar as diferentes situações pelas quais passa diariamente, Faustino reconhece que os fiscais estão a desempenhar as suas funções, porém destaca que cometem excessos, já que alguns fiscais apreendem-lhes o negócio, "e só devolvem com o pagamento da gasosa", que varia entre os mil e os 15 mil kwanzas, dependendo do volume do negócio.

Segundo o nosso interlocutor, os fiscais não explicam onde e como podem reaver o seu negócio. Relata que alguns "se apoderam do dinheiro das vendas e dos telefones", experiências já vivenciadas pelos seus companheiros.

18 Anos de zunga, vida estável

Por seu turno, Armindo João Cuvalaia, vendedor ambulante há 18 anos, disse que já zungou em diferentes pontos da cidade, entre os quais a Mutamba, Maianga, Gamek e o Sanatório, confessa que assim conseguiu organizar a sua vida, sustentar e educar os filhos.

Referindo-se ao comportamento dos fiscais naquele perímetro, Armindo Cuvalaia considera que a situação está crítica ao ponto dos seus colegas procurarem por outros locais para a venda, porque o peso do saco tem-lhes dificultado a corrida na hora da correria.

"No mercado há poucos clientes" Está é a opinião de Zita Faustino, vendedora de banana há mais de quatro anos. Segundo ela, num único dia consegue mais dinheiro do que um dia no mercado. Ao lado de um contentor de lixo destapado, com o filho ao colo e uma bancada improvisada, num dos passeios da paragem de táxi do Golf 2, a zungueira disse ser desta forma que sustenta a família.

Ao narrar a sua rotina, disse a OPAÍS que diariamente sai de casa às 06horas, em busca de negócio nas praças ou armazéns. Depois das compras efectua as vendas.

Adiante, revelou que compra a caixa de banana por 2500 kwanzas, repartindo os cachos em montes de 100 e de 200 kwanzas. Quando o dia "corre bem", consegue levar 5 mil kwanzas. Quando a acção dos fiscais é intensa, consegue apenas algo para apanhar o táxi.

A zungueira enfatizou que recentemente viu a sua mercadoria apreendida, sem no entanto conseguido recuperá-la. Os fiscais levaram-na a um "armazém na Vila Estoril".

"Se eles receberem o negócio, e nós pagarmos uma gasosa, enquanto a mercadoria estiver no carro da patrulha, podem devolver. Agora, se for para o armazém, já não devolvem", esclareceu.

Adiante, revelou que compra a caixa de banana por 2500 kwanzas, repartindo os cachos em montes de 100 e de 200 kwanzas. Quando o dia "corre bem", consegue levar 5 mil kwanzas. Quando a acção dos fiscais é intensa, consegue apenas algo para apanhar o táxi.

A zungueira enfatizou que recentemente viu a sua mercadoria apreendida, sem no entanto conseguido recuperá-la. Os fiscais levaram-na a um "armazém na Vila Estoril".

"Se eles receberem o negócio, e nós pagarmos uma gasosa, enquanto a mercadoria estiver no carro da patrulha, podem devolver. Agora, se for para o armazém, já não devolvem", esclareceu.

A equipa de reportagem deste jornal esteve no local, pelos zungueiros do Golf 2, denominado corno "armazém dos fiscais". Num quintalão, com algumas casas, foi-nos apresentado o suposto depósito, mas não havia distintivo algum que o identificasse corno sendo adstrito à Administração do Kilamba Kiaxi.

Ao simularmos que desejávamos receber uma mercadoria então apreendida no quintalão do Golf 2, fomos informados de que, no referido local, até às 16h30 minutos, não havia entrado viatura alguma.

### 3.8 Cantinas ilegais nas prisões de Luanda

*Jornal O PAÍS*

*27 De Junho de 2016*

*Texto: Romão Brandão e Milton*

*Manaça*

A Equipa de reportagem de O PAÍS dirigiu a sua "objectiva" à cantina da Comarca Central de Viana, não apenas por registar um fluxo considerável de pessoas, mas pelo facto de se situar no exterior do muro de vedação do estabelecimento prisional.

Diferente da Comarca Central de Luanda (CCL) e da Cadeia de Calomboloca, a cantina da Comarca de Viana é um contentor subdividido em dois, onde os familiares dos presos são obrigados a comprar produtos alimentares como farinha, leite, água, pão e outros.

As regras devem ser cumpridas e consta que, segundo Vunda Xavier, que levava, na última Terça-feira, alimentos para o seu filho de 22 anos, não se pode trazer "nada" dos produtos que são comercializados na cantina da cadeia. "A tigela de comida deve ser transparente e não se pode trapacear".

A trapaça a que o nosso interlocutor se refere é aparecer com uma garrafa de água, por exemplo, e fazer crer aos guardas prisionais que foi comprada na cantina da cadeia, quando na verdade não o foi o maior probabilidade de ser apanhado porque todos

os produtos comercializados na cantina da cadeia são rubricados com uma caneta de tinta permanente.

O produto mais comprado é a água e, naquele dia, Terça-feira, 21, pelo menos até às 11 horas da manhã, mais de 100 pessoas esperavam, no alpendre de um quintal adjacente ao campo prisional, serem chamadas para a fila de compras na cantina.

Dinheiro vivo e sem factura

As compras na cantina são feitas em moeda sonante, sem registo informático nem factura, dando a entender que os preços são arbitrários e são estipulados ao bel prazer do empregado, uma vez que os preços não estão expostos na montra.

Isidoro Mateus, uma jovem que trazia comida para o irmão, reclama do facto de muitas vezes o "seu preso" não ter recebido a comida por si deixada, porque os responsáveis chamam apenas duas vezes e quem não responde à chamada perde a refeição. Tal acontece porque há sempre muito barulho ou porque, às vezes, o preso está num outro sítio, não ouve a chamada e fica sem comer.

Ele não fuma, mas como no interior da cadeia o cigarro é algo como dinheiro, com alguns produtos que a mulher compra, consegue trocar por alguns produtos da cantina, como água, farinha ou leite.

Enquanto isso, registamos três carregamentos de garrafas de SL de água, feito por um senhor que conduzia uma motorizada de três rodas. Tendo seguido o senhor, não só descobrimos o local onde o gerente da cantina de Viana compra aquele produto, ao preço de 1900 (uma embalagem de 4 bidons) como também a padaria (de nome Ingutal] que lhe fornece o pão.

Na cantina da cadeia de Viana não são os guardas dos Serviços Prisionais que atendem o pão, mas as funcionárias ligadas à padaria. Há um pequeno mercado junto à mesma unidade prisional e as senhoras não podem comercializar o mesmo tipo de pão vendido na supracitada cantina.

O PAÍS esteve também na Comarca Central de Luanda e na Cadeia de Calomboloca, em cujo interior

encontramos cantinas.

Nelas faz-se o registo das compras feitas e, segundo alguns familiares, se praticam preços diferentes dos estabelecimentos comuns.

## 4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

### 4.1 Angolanos investem USD 65 milhões em fábrica de electricidade

*Jornal O País*

*6 De Junho de 2016*

O investimento em causa, segundo documentação governamental a que a Lusa teve acesso, será realizado pela sociedade de direito angolano CNJ - União Engenharia e Comércio no município de Cacuso, na província de Malanje, e surge numa altura em que o Governo está a avançar com a electrificação do interior do país.

Para o efeito, esta empresa privada pretende instalar uma fábrica de estruturas metálicas voltadas para torres de linha de transmissão de energia, tendo o Executivo, por despacho presidencial de 26 de Maio, constituído uma comissão de negociação de "facilidades e incentivos" com investidor.

Ao abrigo da Linha de Crédito da China, o Governo já adjudicou a empresas chinesas, que por sua vez têm de subcontratar também empresas locais, obras de ligações eléctricas para servir quase 500.000 domicílio em várias províncias.

Com um forte défice de produção de electricidade, face às necessidades, o que leva a constantes constrangimentos no fornecimento, Angola enfrenta ainda a inexistência de redes para abastecer as zonas mais rurais e grande parte das cidades são abastecidas por redes de geradores.

O recenseamento da população realizado em 2014, cujos dados finais foram revelados no final de Março último, concluiu que o acesso à rede de electricidade é apenas garantido a 1,7 milhões de casas (31.9%), quase exclusivamente em zonas urbanas, já que na área rural apenas 48.173 agregados familiares são servidos.

O estudo identifica que praticamente ao nível da rede eléctrica nacional (essencialmente nos grandes centros), as lanternas são a segunda principal fonte de iluminação. Servem mais de 1,752 milhões de famílias (31,6<sup>o</sup>1 no país.

Seguem-se em alternativa (candeeiros (14,3%) e os geradores (9,3%).

### 4.2 Investimento público recupera estradas

*Jornal de Angola*

*17 De Junho de 2016*

*Texto: Madalena José*

O Fundo Rodoviário, organismo com a missão de agregar todos os recursos financeiros destinados à conservação e manutenção da rede viária, anunciou ontem, em Luanda, o Início de obras de restauro em várias estradas nacionais.

O programa já em curso desde o princípio do mês contempla, entre outras, a estrada 230 (Luanda a Malanje) e a via expressa, em Luanda, afirmou o presidente do Conselho de Administração do Fundo Rodoviário.

Guido Cristóvão, que falava à margem da cerimónia de tomada de posse do Conselho de Administração da nova instituição, assegurou que os problemas das estradas nacionais estão bem identificados e a instituição está determinada a intervir na sua recuperação. "O tempo de vida útil de algumas estradas nacionais já está vencido, registando-se uma degradação crescente na maioria dessas vias", reconheceu.

Para pôr termo à situação, acrescentou, o Fundo Rodoviário está a dedicar-se à manutenção das estradas com a colocação de lancis, a remover areia e outros obstáculos, à pintura e a limpar os esgotos, entre outras tarefas, que visam tornar as estradas mais funcionais e seguras. O responsável afirmou que as estradas com elevado índice de degradação estão sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estradas de Angola (INEA), pois, "quando as estradas alcançam um determinado grau de degradação saem do programa de conservação e manutenção e passam para o de reconstrução, sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Estradas de Angola", esclareceu.

"O compromisso do Fundo Rodoviário consiste em conservar e manter as estradas a nível nacional", assegurou. Além do presidente do Conselho de Administração do Fundo Rodoviário, tomaram posse os administradores Conceição Luís Cristóvão e Simão António Tomé, numa cerimónia presidida pelo ministro das Finanças, Armando Manuel. Com estatuto orgânico aprovado por decreto

presidencial, em Janeiro deste ano, o fundo tem por função básica a análise e aprovação de todas as propostas apresentadas pelo Instituto Nacional de Estradas de Angola, pelos governos provinciais e pelas administrações municipais com vista à inclusão de obras no Programa Anual de Conservação e Manutenção de Estradas de Angola.

O Fundo Rodoviário pode igualmente seleccionar, através de concurso público, adjudicar-se contratar empresas para a execução e desenvolvimento do Programa Nacional de Conservação e Manutenção de Estradas e supervisionar a gestão física e financeira dos contratos celebrados ao abrigo daquele programa.

Tem também a missão de disponibilizar o financiamento das obras de melhoramento de conservação de estradas, de acordo com a programação definida para cada ano económico e zelar pela transferência das receitas que, nos termos do decreto presidencial, lhe sejam atribuídas.

### 4.3 Equipa económica reunida hoje no Luena

*Jornal de Angola*

*22 De Junho de 2016*

*Texto: Kumuênho Da Rosa, Samuel*

*António e Lino Vieira*

A província do Moxico, cuja capital, Luena, acolhe hoje a reunião das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros, sob orientação do Presidente da República, José Eduardo dos Santos, é um território com numerosos rios, lagos, lagoas e extensas chanas que ficam alagadas na época das chuvas.

À partida tinha tudo para que as populações tivessem água nas torneiras sem grande dificuldade. Mas vários factores fizeram com que a água constitua ainda um problema. Com o programa "Água para Todos", com lugar praticamente garantido na agenda de trabalhos da Equipa Económica do Governo, na reunião de hoje, pretende-se transformar em realidade o que para muitas populações do Moxico e do país, de um modo geral, ainda é um sonho por realizar,

O programa "Água para Todos" no Moxico deve ser também um dos destaques da agenda da reunião das comissões Económica e para a Economia Real do Conselho de Ministros. Uma abordagem que se

impõe devido ao impacto do projecto na vida das populações e também na economia da província.

A reportagem do Jornal de Angola apurou que a execução do projecto foi afectada por cortes de financiamento, o que, por exemplo, no Luena, inviabilizou a continuidade das obras de ampliação da rede de abastecimento de água ao domicílio. O projecto prevê abranger 200 mil consumidores na cidade do Luena, o director provincial de Energia e Aguas, Celestino João, disse que o contrato inicial entre o Governo da província e o empreiteiro previa apenas 1.200 ligações domiciliárias. O trabalho já foi executado e hoje beneficia perto de 14 mil consumidores.

E com o aumento da população na periferia, o Governo da província pretende ampliar a rede de distribuição e, para tal, precisa uma nova linha de financiamento para continuidade aos trabalhos. Enquanto isso, e para responder ao plano de necessidade do Governo da província para o Luena, foram instalados 48 chafarizes e igual número de lavandarias nos bairros Alto Campo, Capango, Sangondo, Zorro e Kuenha.

As 1.200 ligações realizadas beneficiaram os hospitais provincial e municipal, e os bairros Social e Vila Luso, localidades próximas da Estação de Tratamento de água (ETA), inaugurada em Fevereiro do ano passado pelo Presidente da República, por altura da visita à província para a cerimónia oficial do fim das obras de recuperação dos Caminhos-de-Ferro de Benguela e a chegada do comboio ao Luau, na fronteira com a RDC.

#### Água em Cangumbe

Em fins de Março passado, o programa "Água para Todos" registou, na sede comunal de Cangumbe, um dos factos mais marcantes na vida da população desta parcela do município do Moxico, situada a pouco mais de 100 quilómetros da cidade do Luena.

Com perto de sete mil habitantes, a comuna de Cangumbe é uma das três que compõem o município do Moxico. Desde o tempo colonial, quando o Moxico ainda era a Vila Luso, Cangumbe foi construída por ter uma localização privilegiada - é atravessada pela linha de comboio do CFB-, e grande potencial para produção de mel e exploração de madeira. Mas até fins de Março passado, Cangumbe teve sempre um problema, a água potável. A vila fica numa zona inclinada, praticamente uma ribanceira e o rio mais próximo fica a 12 quilómetros. No tempo colonial, contam os mais velhos, a água chegava a Cangumbe de comboio.

Havia um reservatório que era abastecido regularmente e tinha dupla finalidade: armazenar a água para ser usada pelo comboio, que era a vapor, e abastecer a população da vila. Com a Independência Nacional, o problema continuou, aliás, agravou-se com a guerra quando foi destruído todo o ramal do caminho-de-ferro, as locomotivas do CFB e, no Cangumbe, o sistema de abastecimento de água à população.

Beber água da chuva

Sem o comboio, a água passou a chegar em camiões-cisternas, mas a degradação das estradas tomou o preciso líquido um bem ainda mais raro na região. A situação era tão dramática, que ficou impossível para a Administração local convencer os funcionários públicos a ficar.

Sem médicos, sem professores, sem pessoal com as melhores qualificações, à Administração de Cangumbe nada mais restou do que ir remediando e deixar o tempo passar. Não há melhor testemunho do drama de possível realizar alguns programas no Cangumbe, como uma escola do primeiro ciclo do ensino secundário e um centro médico, inseridos no Programa de Investimentos Públicos da província do Moxico.

Cangumbe que o relato feito pelo administrador da comuna Nito Franco. No cargo desde os anos 1990, Nito Franco viu partir muitos filhos de Cangumbe por variados motivos. Sem água é difícil aguentar. Por longos períodos ele próprio consumiu água da chuva. "Era encher os baldes, ferver a água e pôr na arca.

Depois ... seja o que Deus quiser", recorda. Quando em fins de Março passado o governador provincial João Ernesto dos Santos foi à sede de Cangumbe inaugurar o sistema de captação e tratamento de água, duas lavandarias, com cinco chafarizes e três ligações domiciliárias, a população exultou de alegria e satisfação. Para atrás ficaram as longas caminhadas para ir ao rio mais próximo buscar água ou lavar a roupa.

Fim do martírio

À nossa reportagem, o regedor de Cangumbe, Miúdo Calema, disse que os chafarizes e lavandarias na comunidade trazem um "enorme alívio ao sofrimento da população" que agora "tem água para beber, lavar a roupa, cozinhar e fabricar adobes para construir as casas". Antes de se começar a sentir os efeitos da crise económica, foi possível realizar alguns programas no Cangumbe, como uma escola do primeiro ciclo do ensino secundário e centro médico,

inseridos no Programa de Investimento Públicos da província do Moxico.

Obra complexa

Para tomar realidade o sonho das gentes de Cangumbe foi preciso muito empenho do Governo da província, que chegou a fazer desse desiderato um compromisso eleitoral em 2012. "O sofrimento da população de Cangumbe por causa da água vai ter de acabar, custe o que custar", garantiu.

Desde então foram feitos estudos e mobilizados meios para concretizar esse projecto. Celestino João, director provincial de Energia e Aguas, disse que só de ensaios foi preciso um ano. Para fazer chegar água no Cangumbe foi realizado com êxito um furo com 150 metros de profundidade, e mais de 70 metros de caudal dinâmico, que segundo o parecer técnico do engenheiro encarregado da obra, representa uma quantidade enorme de água para o consumo da comuna.

Ainda no âmbito do Programa "Água para Todos" o Governo Provincial do Moxico instalou em Outubro do ano passado três sistemas de captação de água nas comunas de Mussuma Mitete, Ninda e Tchume, no município dos Bundas.

Ontem, em declarações à imprensa, o governador provincial do Moxico adiantou que durante a reunião devem ser aprovados programas dirigidos nas áreas de exploração de madeira e produção de arroz.

Na sequência das medidas adoptadas pelo Executivo para atenuar o impacto da crise económica, aumentar e diversificar a produção interna e acabar com a dependência do petróleo, estão a ser apoiados programas públicos e privados, no quadro de programas dirigidos nos sectores da Agricultura, Indústria e Pesca. O apoio aos projectos é feito a partir de saldos das linhas de financiamentos já aprovadas.

João Ernesto dos Santos disse que o Titular do Poder Executivo vai ser informado sobre o quadro geral do desenvolvimento socioeconómico da província do Moxico, com realce para a implementação de projectos dos sectores da Construção e Energia e Aguas, inseridos no Programa de Investimentos Públicos.



#### 4.4 Requalificação do Sambizanga nas prioridades do PR

*Jornal O PAÍS*

*27 De Junho de 2016*

*Texto: Neusa Filipe*

O residente da República, José Eduardo dos Santos, que no fim-de-semana último visitou as obras de reconversão e requalificação do distrito Urbano do Sambizanga, expressou a sua preocupação em relação aos atrasos verificados, tendo solicitado ao ministro das Finanças e aos responsáveis pelas referidas obras a fornecerem esclarecimentos concernentes ao seu orçamento.

Na ocasião, o Chefe de Estado pediu uma garantia da parte de quem vai conceder o dinheiro para cobrir as despesas das obras em causa.

Outra preocupação do Presidente da República incidiu na garantia de construção de pelo menos cinco mil casas sociais para realojar as pessoas que serão retiradas das zonas adjacentes, em consequência da referida requalificação, situação que está a ser apontada como uma das condicionantes ao avanço das obras.

"Para fecharmos o pacote em relação aos projectos do Sambizanga temos que resolver a questão relativa aos financiamentos para a construção de casas para o realojamento e a construção daquelas que restam", disse o Presidente José Eduardo dos Santos, apelando para que se acelerem os trabalhos de negociação com o Banco de Desenvolvimento da China que se comprometeu em financiar as obras.

"Há um trabalho ainda por se fazer com o Banco de Desenvolvimento da China e o trabalho tem que ser feito o mais depressa possível, sob o risco de não cumprirmos os prazos que estamos aqui a preconizar", reforçou.

De acordo com informações do ministro da Construção, Valdemar Alexandre, foram estabelecidas metas no sentido de se construir as respectivas casas para realojar a população, alegando que a empreiteira encarregada da construção prometeu entregar as primeiras três mil residências que serão construídas na centralidade do Sequele até Dezembro próximo.

A visita presidencial teve início na rua Ndunduma, seguindo-se para o Estádio Mário Santiago, onde foi lançada a pedra para a construção da segunda fase do mesmo, tendo terminado no viaduto que vai ligar a rua Ndunduma à rua Luejí-ya-Konda. No que diz respeito à construção dessa infra-estrutura, OPAÍS

apurou que 70% da obra já foi executada, tendo custado mais de 34 milhões de dólares. A sua conclusão está prevista para o mês de Outubro do corrente ano.

No que se referente às obras de requalificação do Estádio Mário Santiago, o presidente da Fundação Eduardo dos Santos (FESA), Ismael Diogo da Silva, disse, a O PAÍS, que, apesar de a obra estar integrada no projecto de reabilitação urbanística do Sambizanga, ela pertence particularmente à FESA.

O interlocutor fez saber as razões que estiveram na base da sua paralisação' apontando, sobretudo, os requisitos exigidos pela Federação Internacional de Futebol Associado (FIFA) e que, para o seu cumprimento o projecto teve que ser entregue a uma empresa espanhola, a fim de fazer a sua projecção. Referiu ainda que a questão do realojamento da população a ser retirada da área em questão constitui também um empecilho.

"Tendo em conta todas as normas de projecção que a FIFA nos impôs no início da primeira fase, tivemos que recorrer a empresas de gabarito que já fizeram estádios, para o projecto poder obedecer a esses padrões impostos", disse.

O responsável revelou que a primeira fase da referida obra, que já foi concluída, custou aproximadamente dez milhões de dólares. ~

Garantiu que a actual situação de crise económica que assola o país não vai condicionar o avanço das obras.

Salientou que a obra foi entregue a uma das maiores empresas da China e garantiu que depois do lançamento da pedra para a conclusão da segunda fase, feita pelo Presidente José Eduardo dos Santos, como patrono da FESA, a obra vai prosseguir sem constrangimentos, com uma ampliação e cobertura a serem feitas nos padrões estabelecidos pela FIF A.

Inaugurado em 1952, numa partida de futebol entre o Académica do Ambrizete e os 11 Bravos do Kinzau, o Estádio terá a sua capacidade ampliada de 8 mil para 16 mil lugares, estando a sua conclusão prevista para um período de dezoito meses.

## 4.5 Primeira turbina da central II de Cambambe arranca hoje

*Jornal O País*

*30 De Abril de 2016*

*Texto: Hélder Caculo*

O sector da Energia ganha mais uma infra-estrutura que vem dar força à energia eléctrica que se consome em Luanda e noutras províncias, coma entrada, hoje, em funcionamento da primeira unidade (turbina) geradora de energia eléctrica, de um grupo de quatro que compõem a fase II da Central Hidroeléctrica de Cambambe.

À imprensa, o representante do Gabinete de Aproveitamento do Médio Kwanza (GAMEK) João Eduardo Ferrerinha Borges, disse que a turbina, com capacidade de 175 megawatts, "vai ser sincronizada na rede para dar continuidade aos testes e ensaios da Central II".

Após a sincronização da primeira turbina, ainda fora da rede de transportação, as outras três vão ocorrer nos meses de Agosto, Outubro e Dezembro.

Aquele responsável do Gamek explicou que, até ao mês de Dezembro, as quatro turbinas vão gerar 700 megawatts. Adicionando aos 260 MW da primeira central, Cambambe vai gerar 960 megawatts de energia eléctrica.

O Programa de Modernização e Expansão da Barragem de Cambambe contemplou alteamento da queda, de 100 para 130 metros de altura, e a construção de uma nova central, com quatro grupos geradores de 175 Megawatts cada.

Acredita-se que a produção de Cambambe, a contar com o reforço de Laúca, vai ser importante na perspectiva de estender a rede eléctrica para todo o território, principalmente para toda a região Sul. E é neste sentido que foi aprovado um projecto de construção de uma linha de transporte de energia para a província do Huambo.

Actualmente estão a ser testadas as máquinas das obras em curso na central de Cambambe. Segundo informações oficiais, as obras em si foram divididas em três fases. A primeira para reabilitação e modernização da antiga central. A segunda para a construção de uma nova central, enquanto a terceira está reservada à implantação de três novas subestações.

A reabilitação da central número um, escavada na rocha, e que teve início em Março de 2009 e concluída em 2012, consistiu na instalação de quatro

grupos de geradores modernos de 65 megawatts (MW) cada um, em substituição dos quatro anteriores de 45 megawatts cada, o que permitiu elevar a capacidade instalada de 180 para 260 megawatts.

A construção da segunda central, a etapa dois do projecto, abrange obras de construção civil, abertura de túneis hidráulicos e de restituição, túneis de acesso, condutas de água e acabamentos. A construção da segunda central da barragem de Cambambe deve ficar concluída até ao final deste ano.

## 5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

### 5.1 Eleições autárquicas só deverão ocorrer depois de 2021

*Jornal Expansão*  
10 De Junho de 2015  
Texto: Félix Abias

As eleições autárquicas dificilmente ocorrerão antes de 2021, ano em que se deverá proceder à demarcação territorial para fins autárquicos, de acordo com o Plano Nacional Estratégico da Administração do Território (PLANEAT 2015-2025).

O documento, a que o Expansão teve acesso, integra planos de longo-prazo do Governo, como a Estratégia Angola 2025 e o Plano Nacional de Desenvolvimento 2013-2017, dá conta da legislação em vigor relativa às autarquias locais e aos órgãos da administração local do Estado e traça um calendário para a implementação das autarquias.

De acordo com a calendarização prevista (ver cronograma na página ao lado), entre 2015 e 2020 serão feitos estudos e análise de modelos de descentralização, de governação local e de implementação das autarquias.

No mesmo período deverá igualmente ser definida a metodologia para a integração das autoridades tradicionais no sistema governativo autárquico e, na fase final, será determinado o modelo, o calendário e o processo para a implementação das autarquias. Segundo o documento, somente em 2021 estará concluída a demarcação territorial para fins autárquicos.

Objectivo é "modernizar o território", diz Governo

"O PLANEAT 2015-2025 permite prosseguir o esforço de desenvolvimento e modernização da administração do território, a nível central e local, contribuindo para uma governação mais eficiente, mais próxima do cidadão e capaz de causar um impacto no desenvolvimento de Angola", indica o documento, produzido pelo Ministério da Administração do Território (MAT).

O PLANEAT apresenta 'casos de sucesso' no que diz respeito à administração do território que serviram de objecto de estudo, nomeadamente Barcelona, São

Paulo, Rio de Janeiro, Maputo e Timor-Leste, entre outros.

O documento apresenta experiências de descentralização em países como Brasil, Portugal, Bolívia, México e Cabo Verde.

Segundo o PLANEAT, o orçamento previsional da implementação das autarquias é de 2,6 mil milhões de Kz, sendo o Orçamento Geral do Estado e a Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento indicados como possíveis fontes de financiamento.

Contactado pelo Expansão, o porta-voz da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST), Dom Manuel Imbamba, defende que, para além de faltar uma série de condições para a implementação das autarquias, falta "vontade política" para que o processo avance.

"É óbvio que temos problemas básicos, que também temos denunciado, como a falta de Bilhetes de Identidade de muitos angolanos. Há comunidades inteiras em que as crianças não têm registo e há problemas logísticos que é preciso colmatar. Mas se houver vontade política, estas 'coisas vão acontecer muito rapidamente'", afirma.

Autarquias "expressam democracia"

Para Dom Manuel Imbamba, as autarquias são a "expressão máxima da democracia", pois é nelas que o cidadão participa nos destinos do seu município. A ausência desta "democracia vivida em larga escala faz com que muitos ainda não se sintam tidos e achados", considera o responsável, que defende "urgência" na implementação do processo.

"Para os problemas que estamos a atravessar, as autarquias seriam uma receita valiosa para o bem do próprio País", defende.

"Hoje estamos a falar de assimetrias, de falta de informação, de desenvolvimento, de zonas marginalizadas porque muitos dos nossos cidadãos não se sentem protagonistas do seu desenvolvimento", sublinha.

Por sua vez, o politólogo Willy Piassa constata que, com o "atraso" da implementação das autarquias, o País tem "perdido" várias oportunidades de desenvolvimento. "Realisticamente falando, muitos dos projectos que foram realizados a nível dos municípios não foram eficientemente implementados por falta das autarquias", afirma.

O responsável, também formado em Estudos de Desenvolvimento e com vários anos de gestão de

comunidades, entende que "são as autarquias que poderão alavancar o desenvolvimento das comunidades".

Ao protelar a sua implementação das autarquias, garante Willy Piassa, "estaremos a perpetuar más políticas que têm sido implementadas no País".

Sobre os vários modelos que estão a ser estudados pelo Executivo, Willy afirma não haver soluções perfeitas. "Não existem modelos perfeitos, nem os erros cometidos por alguns países do mundo irão fazer-nos adiar as autarquias, que já deveriam ter sido implementadas há mais tempo, se houvesse vontade para isso", conclui.

## 5.2 Presidente 'atirou' autárquicas para depois das eleições gerais que irão ocorrer em 2017

*Jornal Expansão*  
10 De Junho de 2016

O Presidente da República, José Eduardo dos Santos, afirmou, no discurso sobre o Estado da Nação", em 2014, no Parlamento, não haver condições para realizar as eleições autárquicas até 2017, Na altura, recorde-se, o Chefe de Estado disse haver, pela frente, várias tarefas a desenvolver, nomeadamente, a "adequação de recursos económicos, financeiros, técnicos, materiais e humanos",

José Eduardo dos Santos destacou ainda ser necessária, entre outros pontos, a divisão territorial tendo em conta as "especificidades culturais, sociais, económicas e demográficas de cada área".

"Como se pode concluir, a negociação e discussão dos diplomas legislativos para a legitimação e adequação jurídica do processo autárquico levará 6 seu tempo", alertou o Presidente da República, que lembrou que "a discussão da revisão da legislação eleitoral em que se basearam as eleições gerais de 2012 levou mais de um ano e, a acrescentar a isso, há um processo de registo eleitoral para as eleições gerais de 2017, bem como para as autárquicas".

"No registo oficioso previsto na Constituição, não é possível realizar [as eleições autárquicas] até 2017, por vários motivos que o Executivo já submeteu à apreciação e decisão da Assembleia Nacional", disse José Eduardo dos Santos, lembrando que "optar-se-á, certamente, pelo registo administrativo, que também levou mais de um ano a realizar, para as eleições gerais de 2012".

"Prefiro sempre ser realista e pragmático, Prefiro ter um calendário de tarefas que possa cumprir efectivamente", disse ainda o PR, que questionou:

"Será que até ao ano de 2017 poderemos, em primeiro lugar: adequar a legislação eleitoral e actualizar o registo eleitoral para a realização de eleições gerais e, em segundo lugar, conceber a legislação para as autárquicas e para a realização das eleições autárquicas?"

Entretanto, o secretário de Estado da Administração do Território, Adão de Almeida, disse, recentemente, que "estão em execução as tarefas ligadas à preparação das eleições gerais de 2017, e muitas delas foram já concluídas".

As autárquicas, recorde-se, chegaram a estar previstas para 2014 ou 2015.

## 6. URBANISMO E HABITAÇÃO

### 6.1 Ilídio Daio: “parcerias privadas devem trabalhar com o Estado na solução da problemática habitacional”

*Novo Jornal*

*01 De Julho de 2016*

*Texto: Hortêncio Sebastião*

Como nasceu a sua inclinação para a arquitectura?

Descobri este jeito no ensino secundário. Gostava muito de desenhar, e o meu professor de desenho técnico disse que eu tinha que ser arquitecto. Até quis ser piloto, mas mudei de ideias. Segui os conselhos do professor do ensino pré-universitário e fiz arquitectura em Portugal, curso que terminei em 1998.

Como foi a sua participação no prémio Kubikuz 2015 da Imogestín?

Vi, tanto na internet como na televisão, alguns anúncios do concurso Kubikuz 2015 e, como já havia desenvolvido dois modelos de obras, porque é a minha especialidade - para além do curso de arquitectura, sou especialista em habitação social, formado em Espanha – achei que encaixava nos meus objectivos. Peguei em alguns projectos que já havia desenvolvido, melhorei-os e concorri com mais um engenheiro, já que era essa a condição de participação. São raros esses concursos, e foi uma oportunidade única. A iniciativa é louvável, tivemos de abraçar de corpo e alma e cumprir os procedimentos regulamentares.

Para quem projecta casas sociais, o que é que o concurso representou?

É um grande desafio o projecto de habitação social, face ao contexto actual de diversificação da economia e a um contexto também de grande carência habitacional o Executivo tem envidado esforços no sentido de diminuir o défice de habitação social. Construiu as centralidades, quer em Luanda, como em quase todo o país. Foram feitos esforços no quadro do Programa Habitacional do Ministério de urbanismo de 200 fogos por município. No contexto actual, as parcerias público-privadas deverão também entrar no jogo e ajudar o Governo a dotar a oferta de habitação social. Hoje fala-se da regeneração dos musseques, que é um dos objectivos do Plano Director de Luanda (PDG). Essa regeneração passa

pela oferta de habitação social de muito baixo custo. Os modelos de casas, como os das centralidades do Kilamba, do KK, ou mesmo do Sequele, obviamente surgiram para colmatar a demanda, mas deverão ser ajustados, tanto do ponto de vista económico, de forma a serem mais facilmente pagáveis com renda resolúvel, como também ser ajustados do ponto de vista social e cultural.

Essas questões vão ser acauteladas?

Este foi o primeiro concurso e serviu para ajustar as condições socioeconómicas das famílias que serão realojadas nos musseques, que são de muito baixo custo. Logo, os apartamentos deverão ter áreas mínimas; muito menores do que, por exemplo, os do KK. Deverão obedecer a um processo de auto-construção dirigida, isto é, os apartamentos serão entregues com os acabamentos em tosco. Aliás, é apenas entregue o apartamento acabado, só com instalações sanitárias e a cozinha. O restante da edificação será as próprias populações que iriam fazer com a auto-construção dirigida. São soluções, tanto de economia, como também da dimensão e redimensionamento dos apartamentos, que é uma novidade nesta solução. O nosso projecto de habitação social foi dirigido aos musseques de Luanda, concretamente o musseque do Cazenga. Foi feito um estudo aprofundado sobre o modo como as pessoas vivem nos musseques, como é o seu dia-a-dia, como é que interagem. Normalmente, são famílias alargadas, vizinhos que se encontram num pátio, onde é feito o acesso às moradias e são concebidos com ruelas estreitas. Toda esta interacção humana é salutar e, neste processo, foi tido em conta para a solução encontrada, que se resume a edifícios construídos em torno de um pátio, com quatro níveis de apartamentos. Isto vem recriar o modo de vida das pessoas que vivem nos musseques.

Acha que essas soluções estão a ser implementadas?

Poderão ser perfeitamente utilizadas. Aliás, o objectivo é que as parcerias público-privadas venham a acelerar a construção de habitação social, porque o Executivo face à crise financeira que vivemos não tem verbas para tudo.

Tem que criar mecanismos para que o sector privado possa também entrar nesta parceria.

Temos também de ser críticos e localizar as falhas. A centralidade do Kilamba resolveu muitos problemas de habitação, reduziu, e de que maneira, a demanda, mas do ponto de vista da adequação sociocultural, isto é, os espaços de recreio, para os óbitos, festas que são próprias da nossa identidade, esse projecto não deu resposta. Mas no nosso já encontra esta

solução. Por exemplo, no caso dos óbitos, os pátios que foram propostos podem funcionar na eventualidade de existir esse evento no piso térreo. Pode servir também como zona de recreio para as crianças, que poderão brincar de forma segura. Em casos de festas, existem zonas fechadas para não incomodar. São estes aspectos que vão de encontro ao nosso modo de estar e que foi tido em conta.

Está a dizer que as centralidades, por carecerem desses espaços, merecem ser melhoradas?

O projecto merece ser melhorado, porque também não houve muito tempo para afinar detalhes que são importantes para a adequação sociocultural. Havia, no momento, uma grande responsabilidade, ou um objectivo forte de reduzir o défice habitacional. Estamos a falar em termos quantitativos, agora, alguns aspectos qualitativos, como essa adequação sociocultural, como a economia, é de ter em conta e, justamente, agora quando se fala de diversificação da economia, é o momento também de as empresas angolanas participarem. Isto vai garantir emprego e uma maior inclusão social.

É o momento de se encontrar novos modelos de implementação de habitação social e não ser só o Estado a engajar-se nesse processo.

## 6.2 Municípios devem ter direitos exclusivos na urbanização

*Novo Jornal*

*1 De Julho de 2016*

*Texto: António Paulo*

Branca do Espírito Santos, que discursava no acto de abertura do VI Conselho Consultivo Alargado do Ministério do urbanismo e Habitação, salientou que a ausência de planos urbanísticos tem desorientado as populações que, não encontrando resposta às suas necessidades básicas de habitação, no sistema de planeamento, enveredam por práticas de construção clandestina.

Incidindo sobre o lema do encontro "A gestão fundiária na diversificação da economia", Branca do Espírito Santos disse ser urgente confrontar o planeamento com a gestão fundiária, de forma geral e em particular, com a formação do preço do solo. "A gestão fundiária como suporte da diversificação da economia sustenta o princípio de que o planeamento é fundamental para superar os desafios enfrentados

pelos municípios que constituem aglomerações urbanas", justificou.

Para a ministra do urbanismo e Habitação, o planeamento de áreas metropolitanas constitui espaço privilegiado de negociação entre actores sociais confrontando e articulando interesses e alternativas para a sociedade. "O planeamento deve assegurar a ampla mobilização e participação de todos os interessados na discussão, negociação e tomada de decisões. Trata-se de uma alternativa ao mesmo tempo política e técnica de negociação e decisão colectiva e compartilhada, sobre o futuro comum dos municípios", pontualizou.

Branca do Espírito Santos entende que confronto deverá obedecer ao conceito de valor justo de rendimento com o valor patrimonial, decomposto em duas partes fundamentais: os custos de investimentos em todas as operações envolvidas no processo de adaptação, construção e comercialização, e o valor correspondente do solo.

Apontou os investimentos em infra-estruturas de base, como redes de estradas, telecomunicações, energia, água, saneamento, entre outros, com a factores impulsionadores que criam as bases para a expansão da actividade económica de forma competitiva e sustentável.

Chamado a intervir no Conselho Consultivo, o vice-governador para a Área Económica, José Cerqueira, considerou oportuna a realização do evento para a definição do uso dos solos, e para a análise e definição de questões inerentes à gestão fundiária e à diversificação económica.

O vice-governador considerou importante o lema do evento por se tratar de um assunto actual e ainda pelo facto da cidade de Luanda "ter sofrido uma pressão demográfica em relação às 17 províncias do País". Acrescentou que Luanda, por ser, também, uma localidade agrícola, exerce

uma pressão sobre o solo urbano, razão pela qual considerou ser importante a definição do uso do mesmo.

Sobre o plano Director Metropolitano da Província, José Cerqueira informou que o processo decorre a bom ritmo, porém considerou existirem questões concretas a serem resolvidas durante e depois da reunião do Ministério do urbanismo e Habitação.

No evento, foram discutidos temas como "Meio urbano como fonte de diversificação da economia" e "Os mecanismos e procedimentos técnicos e

administrativos relativos ao licenciamento de operações urbanísticas".

Durante o certame, a assembleia avaliou o plano de acção para 2016, tendo passado em revista o relatório de balanço do primeiro trimestre. No encontro, foi apresentada uma visão sobre como equacionar o ordenamento e o planeamento como suporte para a diversificação da economia. A plenária do MINUHA concluiu ser necessário e urgente tipificar como crime o acto de auxílio ou facilitação na ocupação ilegal de terrenos.

Advogou ainda a necessidade de o Estado priorizar o processo de loteamento, como iniciativa para ajudar a colmatar as necessidades habitacionais da população, bem como estabelecer parcerias estratégicas com o sector privado na prossecução do programa de urbanismo e habitação.

participaram do evento vice-governadores provinciais, directores nacionais e responsáveis de instituições tuteladas pelo Ministério do urbanismo e Habitação.

Nos próximos dias, a titular do urbanismo e Habitação irá deslocar-se ao Huambo para constatar o grau de execução dos projectos no seu sector.

Naquela província, a ministra irá encontrar-se com o governador Kundi Paihama, com quem irá deslocar-se às centralidades do Lossambo e da Caála.

Na Centralidade de Lossambo, Branca do Espírito Santos visitará as casas modelo, designadamente apartamentos, moradias duplex e simplex. A ministra vai avaliar as infra-estruturas de apoio (ETA/ Central Térmica/ ETAR).

Na nova urbanização da Caála, visitará infra-estruturas como escolas, infantário, centro de saúde, ETA, subestação Eléctrica e ETAR.

Durante a sua estadia no planalto central, a governante presidirá a uma reunião do Instituto Nacional da Habitação com os organismos privados no Huambo, em que serão abordados assuntos relacionados com a venda livre dos fogos habitacionais.

### 6.3 População ganha novas casas

*Jornal De Angola*

*3 De Junho de 2016*

*Texto: Mazarino Da Cunha*

Os habitantes da vila sede da Muxima e da comuna do Cabo Ledo, no município da Quiçama, contam desde ontem com 400 residências do tipo T2, uma

ambulância e dois geradores com capacidade de mil KVAS.

As 400 residências foram inauguradas pelo vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica, Joaquim Malaxe, no âmbito das comemorações dos 78 anos de existência do município da Quiçama, assinalado ontem.

Para além de inaugurações e da entrega de uma ambulância e outros meios de apoio às populações, as comemorações foram marcadas pela realização de uma feira de produtos agro-pecuários e de pesca artesanal, exposição fotográfica, desporto e um momento músico-cultural, onde participaram músicos, alguns dos quais locais.

Na ocasião, o vice-governador provincial de Luanda para a Área Técnica apelou aos munícipes para mais engajamento nas actividades locais e garantiu que o Governo provincial tudo vai fazer para resolver, a curto prazo, as principais preocupações do município da Quiçama.

O soba da comuna do Cabo-Ledo, Joaquim Palma, foi um dos vários beneficiários das casas do tipo T2. A autoridade tradicional disse ao Jornal de Angola que a sua vida vai durar mais com a nova moradia que acaba de receber das mãos do vice-governador provincial.

O acto central das festividades dos 78 anos de fundação da Quiçama decorreu sob o lema "Unidos no trabalho para crescer e desenvolver".

### 6.4 Novas moradias atraem quadros aos municípios

*Jornal de Angola*

*11 De Junho de 2016*

*Texto: Amo Marfins*

A construção de um número considerável de moradias nos municípios da província da Huila está a motivar a fixação definitiva de quadros das instituições públicas, admitiu ontem, no Lubango, o responsável do Instituto Nacional de Habitação.

Muhatili Durão disse ao Jornal de Angola que, desde o processo de entrega de casas, se assistiu a uma melhoria significativa nas instituições a nível dos municípios, que passaram a funcionar em pleno.

Os projectos do Executivo de construção de 200 fogos habitacionais por cada município e de autoconstrução dirigida obteve resultados positivos.

A materialização dos programas permitiu a construção de 522 moradias, actualmente habitadas por quadros nacionais.

O responsável provincial do Instituto Nacional de Habitação informou que neste momento estão concluídas as infra-estruturas necessárias para a construção de 280 habitações sociais nos municípios de Chipindo, Chicomba, Matala, Quilengues, Cacula, Chibia e Humpata.

Para obter uma melhor urbanização, disse que foram já loteados os espaços de implantação das casas e preparados os sistemas de abastecimento de água e energia eléctrica. Neste momento, acrescentou, estão a ser mobilizados meios para a construção de 155 habitações sociais nos municípios de Caconda, Jamba, Quipungo, Cuvango, Gambos, Lubango e Caluquembe e de 200 habitações evolutivas no município do Lubango.

Muhatili Durão considerou positivo os avanços registados na centralidade da Quilemba, arredores da cidade do Lubango, onde das onze mil casas previstas, sete mil dos quais estão concluídas e prontas para serem habitadas. A implantação da empreitada beneficia também infra-estruturas de apoio, como escolas, hospitais e espaços de lazer. Com a conclusão das obras, a carência habitacional deixa de ser um problema.

## 6.5 Imogestin premeia bons projectos

*Jornal de Angola*

*15 De Junho de 2016*

A Imogestin, uma das maiores empresas angolanas do sector imobiliário, anuncia hoje, às 15 horas, no Hotel Epic Sana, em Luanda, os vencedores da primeira edição dos Prémios Imogestin de Habitação Social 2015, que visa distinguir engenheiros e arquitectos que, com recurso a materiais locais, conceberam projectos de habitação rural e urbana acessíveis à maior parte dos cidadãos angolanos.

Nesta primeira edição, segundo a imobiliária, estão a participar 11 projectos distribuídos nas categorias Habitação Social Urbana e Habitação Social Rural. O acto, que vai contar com a presença da ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, vai distinguir três projectos em cada categoria.

Os vencedores recebem, como prémio, o equivalente em kwanzas a 15 mil dólares e um certificado. Os autores dos projectos que ficarem no segundo e

terceiro lugar, em cada categoria, recebem um certificado de menção honrosa.

Com periodicidade bienal, o prémio resulta da política da Imogestin de valorização de projectos de habitação social que recorram significativamente a recursos locais, que apresentem soluções respeitadoras do ambiente e sejam sustentáveis do ponto de vista energético e hídrico. A iniciativa, segundo a Imogestin, visa sobretudo que o custo de venda seja acessível ao nível de rendimento médio/baixo da população. Segundo a imobiliária, esta actividade, à semelhança da campanha de doação de sangue realizada pela empresa, no passado sábado, a favor das crianças do Hospital Pediátrico de Luanda, faz parte do programa de celebrações do seu 180 aniversário a ser comemorado hoje.

## 6.6 Moradores da vila Pacifica denunciam más condições dos imóveis

*Jornal Expiação*

*17 De Junho de 2016*

*Texto: Neusa Salgado*

A comissão de moradores do Condomínio Vida Pacifica, no Zango O, endereçou, em Maio, uma carta a Sonangol Imobiliária e Propriedades (Sonip), entidade gestora da vila, solicitando a reparação de infiltrações de água, fissuras entre outros problemas, no bloco 4, mas o documento não teve resposta, soube Expiação.

Na carta, enviada em Maio passado, a comissão alerta ainda para o facto de as caixas de visita de água e energia estarem enferrujadas e de o circuito de televisão não funcionar na sua plenitude. Os moradores que estão na vila desde 2013 - queixam-se da existência de infiltrações de água nos quartos de banho e varandas, e de dificuldade em manusear o programa de gestão das cancelas, uma vez que o mesmo está escrito em mandarim.

O documento relata também a existência de fissuras nos tanques de água para extinção de incêndio bem como da falta de testagem e entrega de todo o sistema anti-incêndio.

, Segundo um dos coordenadores da comissão, Cristiano Kuame, trata-se da terceira carta enviada à Sonip expondo inúmeras preocupações dos moradores. A primeira, datada de 28 de Janeiro, seguiu também para a Casa Civil do Presidente da



República, Provedoria Geral de Justiça, Instituto Nacional de Defesa dos Consumidores e Associação Angolana dos Direitos dos Consumidores, contestando os valores das rendas indexados ao dólar e a imposição do pagamento de uma taxa administrativa de 3%.

No dia 2 Março, a Sonip respondeu aos moradores informando que a taxa administrativa de 3% seria eliminada, mas explicou que "como resultado da aquisição do empreendimento Vida Pacífica no Zango, a Sonip ficou sem uma exposição em dólares considerável", lembrando que a moeda norte-americana era a referência dos contratos.

Dia 21 de Março, a comissão de moradores da Vida Pacífica voltou a enviar uma carta à direcção da Sonip manifestando interesse em reunir com a entidade gestora a fim de obter melhores esclarecimentos, mas a missiva não teve resposta.

A imposição da taxa administrativa surgiu após os moradores terem ficado dois anos sem pagar as suas prestações, por causa da Sonip, garante o coordenador, ao Expansão. A primeira anuidade, relativa ao período Abril 2013/Abril 2014, foi paga normalmente. Mas a segunda, do período Abril 2014/Abril 2015 não foi aceite pela empresa.

#### Cedências da Sonip

Em Novembro de 2015, alguns moradores receberam uma nota de pagamento relativa ao período Setembro/Dezembro de 2015, com a taxa de 3% e instrução para pagamento da prestação ao câmbio do BAI. E foi em resposta ao 'protesto' destes moradores que a Sonip

'deixou cair' a taxa de 3% e aceitou que o pagamento fosse feito ao câmbio do Banco Nacional de Angola, Mas, de então para cá, os moradores não pagaram e aguardam mais explicações da entidade gestora. E reivindicam a aplicação de uma taxa de conversão de 100 Kz por cada dólar que, diz o coordenador, era a que estava em vigor à datada assinatura dos contratos.

O Expansão contactou a Sonip, através da Comunicação e Imagem da Sonangol, - a petrolífera detém a entidade gestora -que reencaminhou o nosso correio electrónico para a imobiliária, mas não houve resposta até ao fecho da edição, na madrugada de quarta-feira, dia 15 de Junho.

A nova Lei do Arrendamento Urbano (LAU), em vigor desde 22 de Janeiro deste ano, recorde-se, impõe a obrigatoriedade de fixação de rendas em kwanzas em todos os contratos. Contudo, a LAU não esclarece qual a taxa de referência a aplicar aos

contratos celebrados antes da data da sua entrada em vigor com rendas fixadas em moeda estrangeira.

A Sonip começou em 2012 a venda de habitações no Condomínio Vida Pacífica. As vendas foram processadas em Regime de renda resolúvel, com capital inicial e sem capital inicial, num horizonte de 15 a 20 anos.

Na condição de renda resolúvel estão aproximadamente 650 apartamentos.

## 6.7 Ministério realiza Conselho Consultivo

*Jornal de Angola*

*22 De Junho de 2016*

O Ministério do Urbanismo e Habitação realiza sexta-feira, em Luanda, o seu Conselho Consultivo que vai servir para fazer o balanço das actividades desenvolvidas no primeiro semestre deste ano e apresentar outras para o segundo.

A reunião é orientada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, conta com a intervenção do governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, e a presença dos secretários de Estado do Urbanismo e da Habitação, Nhangá de Assunção e Joaquim Silvestre.

O conselho decorrer sob o lema "A gestão fundiária na diversificação da economia" e são abordados temas como "Meio urbano como fonte de diversificação da economia" e "Os mecanismos e procedimentos técnicos e administrativos relativos ao licenciamento de operações urbanísticas". São também apresentadas a "Visão, missão e objectivos do projecto Blue Ocean", em implementação em Benguela, e a "Experiência de gestão fundiária da Edurb na urbanização de Talatona - Luanda Sul". O evento tem participação de vice-governadores provinciais, directores nacionais e responsáveis de instituições tuteladas pelo Ministério do Urbanismo e Habitação.

Recentemente, o director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zangui, anunciou em Luanda que a elaboração do diagnóstico prospectivo sobre o ordenamento do território e urbanismo, iniciado no âmbito do acordo de cooperação com a UNHabitat, deve ser concluída em breve.

Manuel Zangui disse que vão ser identificadas acções que devem traduzir -se em projectos no futuro.

Depois segue-se a fase de discussão com as instituições afins para validar a informação, seguido da fase de apresentação da estratégia e modelo de desenvolvimento da política que deve dar lugar à discussão pública. Angola está a elaborar igualmente o Estudo da Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo.

"Na habitação não estamos bem, porque ainda existem problemas por resolver. Mas deu para acudir àquelas situações mais alarmantes que reclamavam soluções imediatas. Falo das centralidades e do sub-programa do urbanismo e habitação que consiste na implantação de 200 casas por município. Penso que deu para aliviar a pressão", disse.

## 6.8 Moradores desalojados da ilha de Luanda continuam em tenda

*Jornal A República*  
24 De Junho de 2016

Mais de três mil Famílias levadas para uma zona descampada, no Zango 1, em Luanda, há sete anos continuam a viver em tendas, apesar das promessas do Governo de que iriam receber casas em apenas 90 dias.

Agora, os antigos moradores da zona nobre da Ilha do Cabo dizem ter perdido a esperança de voltarem a morar numa casa condigna.

Nem mesmo a intervenção dos deputados da 10.ª Comissão da Assembleia Nacional há um ano serviu para resolver este problema "Partiram as nossas casas, prometeram-nos que em 90 dias teríamos as nossas casas e até hoje nunca mais se falou no assunto, lamenta Manuel Correia, ex - morador da Ilha do Cabo que em 2009 viu a sua casa demolida.

Na altura, Correia foi levado num camião com a família para a zona do Zango 1, para viverem numa tenda.

Juvenal Kiambí, outro antigo habitante do bairro Lello na Ilha de Luanda, chefe de uma família de 12 membros, considera injusto ter sido retirado de uma casa de construção definitiva para ser colocado numa tenda, com capacidade para seis pessoas.

## 6.9 Urbanismo e Construção avalia novas acções

*Jornal de Angola*  
27 De Junho de 2016

Os programas e acções na área do Urbanismo e Construção em Angola são avaliados hoje em Luanda durante o conselho consultivo do sector, que vai também fazer o balanço das actividades desenvolvidas no primeiro semestre e perspectivar o segundo.

A reunião, que conta com a presença dos governadores provinciais, realiza-se numa altura em que o Ministério do Urbanismo e Construção garante promover mais estudos sobre a situação habitacional no país e formular propostas e medidas políticas legislativas e regulamentares, de acordo com a Política de Habitação e os Planos de Ordenamento do Território e Urbanístico.

O conselho decorre sob o lema "A gestão fundiária na diversificação da economia" e são abordados temas como "Meio urbano como fonte de diversificação da economia", "Os mecanismos e procedimentos técnicos e administrativos relativos ao licenciamento de operações urbanísticas", a "Visão, missão e objectivos do projecto Blue Ocean", em implementação em Benguela, e a "Experiência de gestão fundiária da Edurb na urbanização de talatona Luanda-Sul.

A reunião é orientada pela ministra do Urbanismo e Habitação, Branca do Espírito Santo, e conta com a intervenção do governador da província de Luanda, Higinio Carneiro, e a presença dos secretários do Estado do Urbanismo e da Habitação, Nhangha de Assunção e Joaquim Silvestre.

O Ministério anunciou que vai continuar a orientar a execução das políticas de gestão, alienado e conversão do património habitacional do Estado nos termos da lei e promover a participação das cooperativas, os promotores privados e a população no desenvolvimento enaltecido. o aro ha taciona l existente, bem como participar na preparação de medidas financeiras e fiscais para habitação social.

O director nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo, Manuel Zanguí, anunciou recentemente

em Luanda que a elaboração do diagnóstico prospectivo sobre o ordenamento do território e urbanismo, iniciado no âmbito do acordo de cooperação com a UN-Habitat, deve ser concluída em breve.

Manuel Zangui disse que vão ser identificadas acções que devem traduzir-se em projectos no futuro. Depois segue-se a fase de discussão com as instituições afins para validar a informação, seguida da fase de apresentação da estratégia e modelo de desenvolvimento da política que deve dar lugar à discussão pública.

Angola está a elaborar igualmente Estudo da Política Nacional do Ordenamento do Território e Urbanismo. "Na habitação não estamos bem, porque ainda existem problemas por resolver. Mas deu para acudir àquelas situações mais alarmantes que reclamavam soluções imediatas. Falo das centralidades e do sub-programa do urbanismo e habitação que consiste na implantação de 200 casas por município. Penso que deu para aliviar a pressão" disse.

## 7. TERRA

### 7.1 ONGs denunciam esbulho de terras no Cunene

*Jornal O País*

*2 De Junho de 2016*

*Texto: Maria Custódia*

Dezoito organizações não-governamentais angolanas, integrando o chamado Grupo de Trabalho de Monitoria dos Direitos Humanos (GTMDH), subscreveram, ontem, um abaixo-assinado no qual denunciam a existência de um suposto esbulho de terras no município do Curoca, província do Cunene, provocando o desalojamento "ilegal" de 39 comunidades de uma extensão de 80 quilómetros de cumprimento e 40 de largura.

Os denunciadores esclarecem no documento, enviado a OPAÍS, que a expropriação de terras em causa não visa qualquer interesse público, mas privado.

Citando "testemunhos recolhidos no local" as ONGs afirmam que estão a ser afectadas as comunidades de Kavango, Milenda, Kandjove, Ovípaka.Eyawo, Okatewe, Namatanga, Hano, Kaoloka, Mayova, Kanuambandje, Kamukúwa, Tchitapawa, Kambelona, Nombelo, Noholongo, Kahalala, Mulavi, Tyiheke- Tchomokati, Mukekete,Eume, Kitetembo, Konongunga, Komudi, Námua, Ngeyaúla, Munhandi,Mutily, Luenge, Mudingalala, Tyiolofeu, Oufina, Komikambo, Víwayanga, Haykoty, Kononkhanga, Tchikuahepo, Tyiakiti e Tyikoto.

O documento destaca que ,"no dia 03 de Dezembro de 2015, algumas comunidades foram surpreendidas com a entrada de tractores nas suas terras, derrubando e queimando diversas árvores, incluindo algumas com valor medicinal, frutífero e alimentar, provocando a devastação do pasto e a destruição de cemitérios. Tudo isso ocorreu ante o olhar passivo de agentes da Polícia Nacional".

Acrescenta que o acto de esbulho está a ser acompanhado de ameaças de prisões a cidadãos inocentes e de detenções ilegais, levadas a cabo por agentes da Polícia Nacional, citando a detenção de seis membros das comunidades no dia 8 de Abril de 2016 "por agentes da Polícia Nacional, quando pretendiam negociar com os responsáveis da empresa sedeadada no estaleiro".

Os mesmos teriam sido libertos posteriormente pela Procuradoria-Geral da República. Para as ONGs

subscritoras do abaixo assinado, "a usurpação de terras daquela dimensão e nos modos em que ela está a decorrer, põe em risco de extinção os subgrupos étnicos dos ovahimbos, ovandimbos, ovatyavikwas, ovandongoenas, ovankhumbis e ovangâmbwes, estimados em 2.129 famílias e 10.675 crianças. Admitem que com a perda dos meios de sobrevivência das comunidades e do gado bovino, gado caprino, gado suíno, ovelhas, burros e cavalos as populações locais "poderão recorrer à força com o fim de assegurar o próprio direito à terra e isto poderá causar consequências graves, tais como revoltas comunitárias, suicídios, represálias, perda da auto-estima.

As organizações subscritoras do documento apelam ao Executivo angolano a tomar as medidas urgentes e necessárias "no âmbito dos compromissos assumidos com a ratificação dos tratados internacionais de Direitos Humanos".

À Assembleia Nacional pedem que crie uma comissão de inquérito para avaliar a situação dos Direitos Humanos nas localidades acima citadas e que "agende um debate sobre a usurpação das terras comunitárias que ocorre no país, uma vez que antes da existência do Estado as comunidades já existiam".

À Comunidade Internacional pedem que continue a monitorar a situação dos Direitos Humanos em Angola. O Governo da província do Cunene ainda não reagiu a esta denúncia que já vem sendo feita há já algum tempo por figuras e sensibilidades locais conhecidas, com é o caso da Associação "Construindo Comunidades (ACC), dirigida pelo conhecido pároco dos Gambos, Jacinto Pio Wacussanga. Entre as ONGs que assinaram a denúncia o destaque vai para a Associação Construindo Comunidades (ACC), Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário (FORDU), Instituto para a Cidadania MOSAIKO), Centro Nacional de Aconselhamento NCC e S.O.S HABITAT

### 7.2 ONG's denunciam esbulho de terras no Cunene

*Jornal de Angola*

*2 De Junho 2016*

*Texto: Maria Custódia*

Dezoito organizações não-governamentais angolanas, integrando o chamado Grupo de Trabalho de Monitoria dos Direitos Humanos (GTMDH), subscreveram, ontem, um abaixo-assinado no qual

denunciam a existência de um suposto esbulho de terras no município do Curoca, província do Cunene, provocando o desalojamento "ilegal" de 39 comunidades de uma extensão de 80 quilómetros de comprimento e 4D de largura.

Os denunciadores esclarecem no documento, enviado a OPAÍS, que a expropriação de terras em causa não visa qualquer interesse público, mas privado.

Citando "testemunhos recolhidos no local" as ONGs afirmam que estão a ser afectadas as comunidades de Kavango, Milenda, Kandjve, Ovipaka, Eyawo, Okatewe, Namatanga, Hano, Kaoloka, Mayova, Kanuambandje, Kamukúwa, Tchitapawa, Kambelona, Nombelo, Noholongo, Kahalala, Mula-vi, Tyiheke- Tchomokati, Mukeke-te, Eume, Kitetombo, Konongunga, Komudi, Námua, Ngeyaúla, Munhandi, Mutily, Luenge, Mudingalala, Tyiolofeu, Oufna, Komikambo, Viwayanga, Haykoty, Kononkhanga, Tchikuahepo, Tyiakiti e Tyikoto.

O documento destaca que, "no dia 03 de Dezembro de 2015, algumas comunidades foram surpreendidas com a entrada de tractores nas suas terras, derrubando e queimando diversas árvores, incluindo algumas com valor medicinal, frutífero e alimentar, provocando a devastação do pasto e a destruição de cemitérios. Tudo isso ocorreu ante o olhar passivo de agentes da Polícia Nacional".

Acrescenta que o acto de esbulho está a ser acompanhado de ameaças de prisões a cidadãos inocentes e de detenções ilegais, levadas a cabo por agentes da Polícia Nacional, citando a detenção de seis membros das comunidades no dia 8 de Abril de 2016 "por agentes da Polícia Nacional, quando pretendiam negociar com os responsáveis da empresa sediada no estaleiro".

Os mesmos teriam sido libertos posteriormente pela Procuradoria Geral da República. Para as ONGs subscritoras do abaixo assinado, "a usurpação de terras daquela dimensão e nos modos em que ela está a decorrer, põe em risco de extinção os subgrupos étnicos dos ovahimbos, ovandimbos, ovatyavikwas, ovandongoenas, ovankhumbis e ovangâmbwes, estimados em 2.129 famílias e 10.675 crianças. Admitem que com a perda dos meios de sobrevivência das comunidades e do gado bovino, gado caprino, gado suíno, ovelhas, burros e cavalos as populações locais "poderão recorrer à força com o fim de assegurar o próprio direito à terra e isto poderá causar consequências graves, tais como revoltas comunitárias, suicídios, represálias, perda da auto-estima.

As organizações subscritoras do documento apelam ao Executivo angolano a tomar as medidas urgentes e necessárias "no âmbito dos compromissos assumidos com a ratificação dos tratados internacionais de Direitos Humanos".

À Assembleia Nacional pedem que crie uma comissão de inquérito para avaliar a situação dos Direitos Humanos nas localidades acima citadas e que "agende um debate sobre a usurpação das terras comunitárias que ocorre no país, uma vez que antes da existência do Estado as comunidades já existiam".

À Comunidade Internacional pedem que continue a monitorar a situação dos Direitos Humanos em Angola. O Governo da província do Cunene ainda não reagiu a esta denúncia que já vem sendo feita há já algum tempo por figuras e sensibilidades locais conhecidas, como é o caso da Associação "Construindo Comunidades (ACC), dirigida pelo conhecido pároco dos Gambos, Jacinto Pio Wacussanga. Entre as ONGs que assinaram a denúncia o destaque vai para a Associação Construindo Comunidades (ACC), Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Associação Justiça Paz e Democracia (AJPD), Fórum Regional para o Desenvolvimento Universitário (FORDU), Instituto para a Cidadania MOSAIKO, Centro Nacional de Aconselhamento (NCC) e S.O.S. HABITAT.

### 7.3 Terras devolvidas a antigos militares

*Jornal de Angola*

*2 De Junho de 2016*

*Texto: Victorino Joaquim*

A presidente da Sétima Comissão da Assembleia Nacional, Irene Neto, defendeu ontem, em Luanda, a restituição dos terrenos dos antigos combatentes desapropriados ilegalmente por vários indivíduos, incluindo efectivos das Forças Armadas Angolanas (FAA).

Irene Neto, que falava à imprensa no final de uma visita que deputados daquela Comissão realizaram à comuna dos Ramiros, para se inteirarem das actuais condições de vida dos antigos combatentes, lembrou que foi graças à coragem, dedicação e sacrifício consentidos pelos antigos combatentes na luta de libertação que hoje o país está a caminhar rumo ao desenvolvimento. A deputada disse que os antigos combatentes devem ser merecedores de uma protecção especial.

Na comuna dos Ramiros, os deputados visitaram o condomínio habitacional dos antigos combatentes e reuniram-se com os responsáveis do sector ao nível da província.

## 7.4 Empresários esbulham terras de camponeses

*Novo Jornal*

*3 De Junho de 2016*

*Texto: Eduardo Gito*

Um grupo de empresários está a expropriar terrenos de camponeses no Cunene. Máquinas destroem lavras e derrubam kimbos na localidade de Kalueke, denunciou ao Novo Jornal Jacqueline Gerrard Reis, activista britânica, residente em Angola desde a década de 1980.

Os empresários, muitos deles gestores públicos, de acordo com a nossa fonte, não poupam nada. "Até cemitérios estão a destruir". "Este é o cenário que se vive em Kalueke, zona limítrofe ao rio Cunene", acentua.

A activista contabiliza que, até ao momento, os "invasores" já ocuparam um espaço superior a 40 Km x 80 km, para além de extensões de terra afectadas pelas queimas e que foram transformadas em cinza.

O trabalho dos invasores é feito sob protecção policial, pontualiza Jacqueline Gerrard, que, desde a década de 80, trabalha com o meio ambiente, na defesa e protecção dos direitos humanos e lei de terras. "As máquinas continuam a derrubar árvores, a população reivindica, mas é intimidada por polícias e estes disparam contra os habitantes que protestam contra a destruição das zonas de habitação e trabalho", denuncia.

A também engenheira agrónoma revela que, até final do passado mês de Abril, se contavam seis presos e um número indefinido de pessoas cujo paradeiro é ainda desconhecido pelos familiares.

Por intermédio da Associação Construindo Comunidades (ACC), órgão em que Jacqueline trabalha, em parceria com a Comissão Africana dos Direitos Humanos, conseguiu obter dados relativos à zona de Kalueke, tornando-se a assim na advogada "voluntária" daquele povo.

Chamada a remediar o conflito na aldeia do Kwanza, outra zona afectada, a interlocutora conta que se deparou com uma mata fechada, "onde as máquinas não entram", mas residem mais de duas mil

famílias. "Antes mesmo de chegar à aldeia, deparei-me com estradas, espaço sem vegetação, postes, armazéns, máquinas mineira, e cães de raça bulldog que controlavam a área. Cenário que evidenciava a ocupação do espaço dos autóctones".

Violação da dignidade das pessoas

A activista entende que a situação que o país atravessa obriga a que se dê um impulso maior à economia e que se façam investimentos no sector agrícola, porém, critica a forma como os empresários procuram obter a terra. "A autorização para tomar esta extensão de terra não é muito clara e não reconheço nenhuma organização capaz de inverter a situação ou que garanta que as terras estão a ser delegadas para uso agro-pastoril sustentável", questionou-se a cidadã, que olha com preocupação para algumas questões pontuais do mau uso da terra.

"Não se sabe ao certo o que estes empresários farão com a terra.

No entanto, deve-se lembrar que o uso indevido da terra pode acarretar consequências "nefastas" para o meio ambiente, já que "a biodiversidade da área não está classificada/mapeada e está a ser perdida", bem como "representa igualmente uma violação da dignidade das pessoas afectadas pela expropriação".

## 7.5 Investimento de cinco mil milhões para casas Sociais

*Novo Jornal*

*3 De Junho de 2016*

*Texto: H.S*

Cinco milhões de dólares é o valor que a empresa canadiana Salomon Werner Heb Privee Group HAB & JPR aplicará na construção de 60 habitações sociais em 10 províncias angolanas, durante os próximos 15 anos.

O montante foi anunciado terça-feira, 31, na cerimónia de assinatura do contrato da empreitada, no âmbito de um projecto de investimento privado denominado Organizações Ribeirinho, com a Unidade Técnica para o Investimento Privado (UTIP).

As casas da tipologia T3 serão construídas nas províncias de Luanda, Bengo, Zaire, Malanje, Kwanza-Sul, Lunda-Sul, Moxico, Huambo, Huila e Benguela e envolverão a intervenção de 14 mil profissionais, entre os quais seis mil expatriados.

Segundo os promotores, a obra irá criar valor acrescentado para a economia nacional e vai transferir "know-how" aos trabalhadores e ao mercado nacional.

"O projecto vai de encontro à nova política de investimento privado e responde a vários objectivos identificados no Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) 2013-2017, ao garantir o alcance dos objectivos que se inserem no fomento da produção nacional, promoção do emprego e qualificação da mão-de-obra nacional", indicou uma fonte das Organizações Ribeirinho.

Caberá à UITP, na qualidade de representante do Estado, prestar apoio institucional ao projecto, através de mecanismos de acompanhamento e articulação com os demais órgãos do aparelho estatal em matéria de investimento privado.

Segundo o gestor das Organizações Amaral Ribeiro, Hernani José Ribeiro, trata-se do maior projecto privado habitacional em Angola em termos de habitação social, com capital inteiramente estrangeiro.

"Este dinheiro vem para ajudar-nos a construir casas, pois criamos parcerias para podermos executar esta grandiosa obra. Pensamos que, daqui a dias, iremos lançar a primeira pedra", acrescentou o também general reformado, evidenciando que existem vários empreiteiros seleccionados para a concretização do empreendimento, que inclui uma equipa de italianos e americanos os prontos a vir a Angola para participar na sua execução.

"Estamos a construir casas para o povo angolano, uma vez que cada um tem o direito de comprar casa própria. Este é o desejo do Executivo", vincou.

Em declarações ao NJ, o gestor escusou-se a mencionar os preços de cada moradia e prometeu fazê-lo por ocasião do lançamento da empreitada.

Por seu lado, o secretário de Estado do Urbanismo e Habitação, Adriano dos Santos da Silva considerou que a obra também é de responsabilidade estatal, já que se encarregará de conceder os terrenos infra-estruturados para que as casas possam ser erguidas.

"Tratando-se de um projecto para promover a construção de habitação social, naturalmente, que o Ministério de Urbanismo e Habitação tem responsabilidades acrescidas em promover a habitação social", afirmou o governante.

Adriano dos Santos de Silva anunciou ainda que, em Luanda, o projecto consistirá na construção de cinco mil casas, no município de Cacucaco, nas proximidades da centralidade do Sequele.

## 7.6 Organizações denunciam esbulho de terras de 39 comunidades

*Jornal Manchete*

*3 De Maio de 2016*

Segundo publicou a portal Rede Angola, na última quarta-feira, 1 de Junho, pelo menos 18 organizações da sociedade civil subscreveram um comunicado em que denunciam o desalojamento de 39 comunidades no município do Curoca, na província do Cunene, "devido a interesses particulares".

No documento intitulado "Tomada de Posição", as organizações mostram-se preocupadas com a sobrevivência de vários subgrupos étnicos que ocupam a extensão de 80 Km de comprimento e 40 Km de largura na província.

"Usurpação de terras daquela dimensão e nos modos em que ela está a decorrer, põe em risco de extinção os subgrupos étnicos ovahimba, ovandimba, ovatyavikwa, ovandongoena, ovankhumbi e ovangâmbwe, estimados em aproximadamente 2.129 famílias e 10.675 crianças", alertam numa nota enviada ao Rede Angola.

Segundo o comunicado, o esbulho de terras teve início no dia 3 de Dezembro do ano passado. "Algumas comunidades foram surpreendidas com a entrada de tractores nas suas terras, derrubando e queimando diversas árvores, incluindo algumas com valor medicinal, frutífero e alimentar, provocando a devastação do pasto e a destruição de cemitérios", denunciam e alegam que "tudo isso ocorreu ante o olhar passivo de agentes da polícia".

Para além da retirada das famílias de seus locais de residência, os que resistem, diz o documento, têm sofrido ameaças, chegando alguns, até mesmo, a serem detidos.

"O acto de esbulho está a ser acompanhado de ameaças de prisões a cidadãos inocentes e de detenções ilegais, levadas a cabo por agentes da Polícia Nacional", denunciam, citando como exemplo a "detenção arbitrária, a 8 de Abril de 2016, de seis membros das comunidades por agentes da polícia, quando pretendiam negociar com os responsáveis da empresa sedeadada no estaleiro".

Ainda, segundo o documento, os mesmos foram colocados em liberdade, no dia 12 de Abril, após pressão das organizações sociais. O documento alerta ainda para o facto de, com a perda de seus meios de subsistência, as comunidades recorram à força para terem os seus direitos garantidos.

"Com a perda dos meios de sobrevivência das comunidades (gado bovino, gado caprino, gado suíno, ovelhas, burros e cavalos) e ante a inacção das autoridades competentes, as comunidades poderão recorrer à força com o fim de assegurar o próprio direito à terra e isto poderá causar consequências graves, tais como revoltas comunitárias, suicídios, represálias, perda da auto-estima", destacam.

O documento foi divulgado em nome do Grupo de Trabalho de Monitoria de Direitos Humanos (GTMDH) cujo objectivo é ser uma plataforma de organizações da sociedade civil angolana que trabalham para divulgação, promoção, protecção e monitoria dos Direitos Humanos no país. Diante da situação, o grupo pede à Assembleia Nacional que sejam tomadas medidas urgentes a fim de proteger os direitos daquelas comunidades "que crie uma comissão de inquérito para avaliar a situação dos Direitos Humanos nas localidades e que agende um debate sobre a usurpação das terras comunitárias que ocorre no país, uma vez que, antes da existência do Estado as comunidades já existiam", apela.

A carta também é endereçada ao Executivo, ao poder judicial e também à comunidade internacional, a quem o grupo solicita que "continue a monitorar a situação dos Direitos Humanos em Angola, bem como o grau de cumprimento das recomendações endereçadas ao Estado angolano pela Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos da União Africana e pelo Conselho dos Direitos Humanos através do mecanismo da RPU-Revisão Periódica Universal das Nações Unidas".

## 7.7 Venda ilegal de terras preocupa administração de Viana

*Jornal Manchete*

*3 De Maio de 2016*

*Texto: A. Sampaio e L. Sebentina*

As autoridades locais estão a fazer todos os esforços no sentido de prender os transgressores administrativos para serem punidos de acordo com a lei o administrador municipal de Viana, Jeremias Dumbo, garantiu recentemente, naquela circunscrição que alguns indivíduos aproveitadores têm estado a destruir residências de populares em nome da administração local.

Segundo o governante, que falou ao *Manchete*, à margem de uma actividade cultural, realizada recentemente, no Zango 3, "nos próximos dias, muitos destes elementos caso sejam identificados pagarão pelos próprios actos ilegais e criminais que

desenvolvem na referida comunidade". Jeremias Dumbo aproveitou a oportunidade para advertir os populares que pretendem comprar um espaço para a construção da sua residência, no sentido de procurarem as instituições da administração para não cometerem erros, tais como a invasão das reservas fundiárias do Estado. "A nossa população tem costume menos aconselhável de comprar terrenos em mãos de pessoas oportunistas, depois ficam a reclamar quando o governo toma medidas", disse, acrescentando que a melhor forma de fazer as coisas é procurar as instituições do Estado para a compra de um terreno num lugar seguro.

De acordo ainda com o responsável, as pessoas que ocupam os terrenos à margem da lei são puníveis por lei, sendo acusadas do cometimento do crime transgressão administrativa.

O governante referiu, por outro lado, que os fiscais afectos ao seu pelouro têm sido orientados a prestarem um trabalho de qualidade às comunidades, onde encontram situações de conflito entre o cidadão e a administração municipal de Viana, no que, concernente as situações de litígios de terreno.

Outra questão afluída pelo administrador, tem à ver com os camponeses, que têm, segundo o governante, por costume, comercializar os terrenos nas zonas onde praticam a agricultura.

No entanto, Jeremias Dumbo lembrou que os agricultores não têm legitimidade para comercializar terras, pois que as mesmas são pertences do Estado.

"A lei é bem clara, uma pessoa singular não tem direito de comercializar terra. Esta é uma tarefa do próprio Estado", asseverou.

Por outro lado, frisou que as questões relacionadas com a falta de energia eléctrica, centro de saúde, assim como escolas públicas em alguns bairros novos, tratam-se de processos que estão bem avançados a nível dos sectores de tutela.

Esclareceu igualmente, que muitos projectos sociais que estão já bem avançados diminuíram o seu ritmo de execução, na sequência da baixa do preço de petróleo, tendo garantido que o cenário irá mudar nos próximos tempos, com a estabilidade económica e financeira do país.

Sobre a insistência de muitos cidadãos de venderem na via pública, o responsável disse existirem muitos mercados a nível do município para os habitantes exercerem a sua actividade que se consubstancia na venda de produtos diversos. "Mas, estas pessoas preferem comercializar os seus produtos em locais proibidos", disse, tendo prometido que todos os



mecanismos necessários têm sido testados no intuito de educar a população para o exercício da actividade do género dentro dos espaços indicados.

## 7.8 Várias famílias são realojadas

*Jornal de Angola*  
*04 De Junho de 2016*

Mais de mil famílias que residem em zonas de risco nos bairros Bula Matadi e Lalula, no município do Lubango, na província da Huíla, serão realojadas em áreas mais seguras, no âmbito de um programa da Administração Municipal.

A informação foi prestada ontem à Angop pelo administrador dos bairros, Hilário Estacumba, que disse que as famílias abrangidas foram registadas, enquanto se aguarda pela autorização da Administração Municipal do Lubango, para identificar as áreas onde serão alojadas. As famílias a realojar residem próximo de ravinas, pontes, rios e debaixo de postes de energia de alta tensão, o que põe em perigo a saúde e a vida.

A Administração Municipal do Lubango, segundo Hilário Estacumba, tem conhecimento da situação e está a estudar mecanismos para colocar as famílias em melhores condições de habitabilidade.

"Nestes bairros, identificámos sete ravinas que se têm alastrado. Uma das tarefas é combatê-las", afirmou o administrador Hilário Estacumba, que apelou aos moradores destes bairros para construir em nas zonas orientadas pela Administração Municipal do Lubango por forma a evitar acidentes.

Residem nos bairros Bula Matadi e Lalula mais de 30 mil habitantes, segundo dados da Administração Municipal.

## 7.9 Comunidades agro-pastoris denunciam ocupação de terras para projecto empresarial

*Jornal Expansão*  
*10 De Junho de 2016*

Quase 40 comunidades agro-pastoris dos municípios de Curoca e Ombanja, no Cunene, denunciaram no fim da semana passada a ocupação de largas

extensões de terra desde o início do ano por um projecto empresarial. A denúncia foi feita em Luanda, numa conferência de imprensa de organizações de defesa dos direitos humanos nas áreas da habitação e acesso às terras.

Domingos Fingo, da Associação Construindo Comunidades, orienta uma delegação, que inclui membros das comunidades afectadas, que chegou a Luanda segunda-feira para manter contactos com instituições. Disse, que das oito audiências solicitadas, apenas se realizaram dois encontros - no Ministério da Agricultura e com a secretária de Estado dos Direitos Humanos.

O activista contou que as 39 comunidades, constituídas por mais de duas mil famílias, foram surpreendidas no início do ano com a invasão das suas terras, numa extensão de 80 Km de comprimento por 40 de largura, cuja finalidade, acusam, "não tem interesse público".

Isaiás Tyimphandjeni, membro da comunidade presente na conferência, disse que foram surpreendidos com a chegada de máquinas, que logo iniciaram o derrube de árvores e queima de pasto para o gado. Contou que a comunidade pediu explicações e foi explicado que o objectivo é fazer uma lavra comunitária para benefício da comunidade, que recusou, pedindo a suspensão dos trabalhos.

Segundo Isaiás Tyimphandjeni, a 27 de Fevereiro a comunidade 'manteve contacto com uma delegação que se deslocou ao local, na qual só conseguiram identificar o governador do Huambo, Kundi Paihama.

A presença da delegação, referiu, visava negociar com a comunidade, tendo os populares recusado' aceitando apenas "a retirada das máquinas e a paralisação imediata do projecto".

Face à resistência da comunidade, foram detidos pela polícia a 7 de Abril, seis cidadãos, sob a acusação de "oposição ao trabalho aprovado pelo Governo", postos em liberdade após cinco dias, relatou Domingos Fingo.

Disse que foi endereçada uma carta ao PR, com conhecimento à X Comissão Parlamentar, ao ministro da Administração do Território, deputados e governador do Cunene e instituições do Estado locais. Se não houver solução a nível interno, Fingo levantou a possibilidade de recorrer a instâncias internacionais.

## 7.10 Venda ilegal de terrenos é debatida em Cacongo

*Jornal de Angola*

*11 De Junho de 2016*

A problemática da venda anárquica de lotes de terreno e do saneamento básico, no município de Cacongo, a norte da cidade de Cabinda, está a ser debatida desde ontem, num encontro entre as autoridades locais, tradicionais e religiosas.

Na reunião, refere a Administração local em comunicado, é feita uma reflexão profunda sobre a actual situação social, económica e política da localidade, além de analisar o processo de diversificação da economia no município, tendo em conta a difícil situação económica do país, derivada da baixa do preço do crude no mercado internacional.

A situação de limpeza nos vários cemitérios do município, com destaque para o da sede, na Vila de Lândana, está a ser igualmente debatida.

captação e tratamento de água, com capacidade de produção de 500 metros cúbicos por hora, garantiu ontem o secretário provincial de Energia e Aguas,.

André Massanga, que efectua visitas de ajuda e controlo aos municípios do interior da província, sublinhou que se trata de um projecto cujo sistema será construído ainda este ano, com vista a acudir as actuais dificuldades que ainda existem no consumo e aumento de oferta deste produto nas referidas localidades.

## 7.11 Distribuídos terrenos para autoconstrução

*Jornal De Angola*

*17 De Junho de 2016*

*Texto: Domingos Mucuta*

A distribuição de lotes de terrenos pela Administração Municipal do Lubango Impulsiona o processo de autoconstrução dirigida e a expansão da sede provincial da Huíla para a nova urbanização da comuna de Quilembas, Informou ontem o administrador municipal adjunto para Área Técnica e Infra-estruturas.

Barreto Ferreira sublinhou que a Administração do Lubango já entregou cerca de 300 lotes na nova urbanização da Quilemba, onde uma reserva bruta de

278.83 hectares está em preparação, para a expansão da vila.

O processo de entrega de terrenos, iniciado o ano passado na zona do rio angombe, continua com a distribuição de mais lotes à população interessada, à luz do plano de urbanização da comuna da Quilemba.

A segunda fase de entrega deste ano, orientada pelo administrador municipal adjunto para Area Técnica e Infra-estruturas, Barreto Ferreira, contemplou, na terça-feira, mais de 150 beneficiários, entre os quais viúvas e antigos combatentes. Até ao momento estão disponíveis cerca de 1.334 lotes, de 600 e 1.000 metros quadros.

Os beneficiários têm o prazo legal de três meses para o início das obras de construção e três anos para a conclusão das obras. A construção de residências obedece a estrutura arquitectónica autorizada pela Administração Municipal, visando assegurar a harmonia e comodidade. A Reserva Fundiária do Estado na comuna da Quilemba, localidade que acolhe o maior mercado informal da província da Huíla, está em constante transformação, para acompanhar a dinâmica de desenvolvimento urbano da cidade do Lubango. O loteamento permitiu definir os terrenos, quarteirões e ruas. A nova estrada Lubango-Namibe e a linha férrea atravessam a localidade e impulsionam o seu desenvolvimento. O bloco de lotes integra uma extensão de terras dividida em duas áreas, com ruas e estradas secundárias e terciárias já demarcadas, para assegurar a fluidez do trânsito e o acesso às zonas habitacionais.

O espaço paralelo aos Caminhos de Ferro de Moçamedes alberga a cintura verde com 24 hectares. A nova zona habitacional dispõe de vários lotes destinados à actividade económica, para a construção de estabelecimentos comerciais e o mercado comunal, com 99.125 metros quadrados. O administrador municipal adjunto explicou que os serviços sociais básicos estão integrados. Acrescentou que está reservado um espaço de 195.605 metros quadrados para escolas, postos de saúde, infantários, espaços desportivos e recreativos.

A ausência de energia eléctrica e de sistemas de água canalizada é uma das principais preocupações dos novos moradores, mas o administrador municipal adjunto assegurou a abertura para breve de furos de água.

## 7.12 População em zona de risco é realojada

*Jornal de Angola*

*21 De Junho de 2016*

Mais de duas centenas de famílias residentes em zonas de risco, com inundações frequentes, nas localidades ribeirinhas de Quizenza, Terra Nova I, Mbanza Calumbo e imediações do Parque Nacional da Quiçama, na comuna de Calumbo, município de Viana, devem ser transferidas em breve para áreas mais seguras, na mesma circunscrição, anunciou ontem o administrador comunal de Calumbo.

Menezes Gonçalves disse que está a ser feito o levantamento do número de pessoas nestas condições e neste momento decorrem trabalhos de loteamento e urbanização das áreas de acolhimento.

"Estas famílias vivem em zonas que inundam constantemente no tempo chuvoso e, em consequência disso, perdem regularmente os poucos bens que possuem e as suas culturas", disse.

Menezes Gonçalves adiantou que o bairro Caquila está incluído no programa de reassentamento, porque as pessoas "passam mal" no tempo chuvoso e a circulação é bastante difícil.

Em consequência da última época chuvosa, em que mais de duzentas famílias viram as suas casas e lavras inundadas, a Administração Municipal de Viana decidiu realojar estas pessoas em locais mais seguros.

O administrador municipal frisou que tem sido feito um trabalho de sensibilização dessas pessoas, para que o processo decorra sem sobressaltos, com a intervenção, sempre que possível, das autoridades tradicionais.

### Ocupação de terrenos

A Administração Comunal desenvolve um plano de sensibilização das pessoas que insistem em vender em locais impróprios, ao invés dos mercados criados para o efeito, e de combate à ocupação ilegal de terrenos, disse Menezes Gonçalves. "Temos mercados na comuna às moscas, enquanto pessoas insistem em vender nos passeios e nalgumas ruas, sob pena de serem atropeladas e correrem outros riscos."

Menezes Gonçalves referiu que a Administração Comunal vai continuar a dialogar com as pessoas para que deixem de vender nas ruas, na perspectiva de dar uma outra imagem à comuna e garantir a saúde ambiental.

O administrador comunal adiantou que ainda existem muitos casos de ocupação ilegal de terrenos e denunciou que algumas pessoas incorrerem em prática de falsificação de

documentos para justificarem a titularidade dos mesmos.

"Quando nos deparamos com casos desta natureza, em que vários cidadãos reclamam a titularidade de uma mesma parcela de terreno, encaminhamos para o gabinete jurídico da Administração Municipal de Viana", esclareceu.

Veze sem conta, disse, os supostos detentores dessas terras já não aparecem e nalguns casos são detectados documentos falsos, descobrindo-se que alguns cidadãos têm sido alvo de burlas.

"Quem quiser uma parcela de terreno deve procurar a Administração Municipal e sempre que for comprar a terceiros deve antes averiguar junto da direcção local de cadastramento e ordenamento do território sobre a veracidade da titularidade", aconselhou Menezes Gonçalves, que condenou a atitude de alguns cidadãos que insistem em ocupar ilegalmente casas, sobretudo na zona do Zango, construídas pelo Governo para albergar pessoas que residem em zonas de risco em Luanda.

"Nestes casos felicitamos a colaboração da Polícia Nacional, que tem actuado com prontidão para combater tais práticas", concluiu.

### Situação sanitária

Menezes Gonçalves defendeu o desenvolvimento de projectos de captação e tratamento de água nas localidades de Kaquila e Ana Guengue, para que a população possa evitar as doenças e explicou que os postos de saúde pública daquelas localidades têm registado casos frequentes de diarreia aguda, provocados por consumo de água bruta tirada directamente do rio e sem o devido tratamento. "A sede comunal de Calumbo é abastecida regularmente com água potável, pois tem uma Estação de Captação e Tratamento de Água. Mas temos de melhorar a qualidade do produto consumido pelas populações das zonas mais distantes de Kaquila, Ana Guengue, Kassaka Mateia e Banza Calumbo", reconheceu.

Para minimizar a situação, informou que camiões cisternas da Administração Municipal de Viana têm feito o abastecimento regular de água às zonas mais distanciadas da sede comunal.

Menezes Gonçalves referiu que o Centro Médico de Calumbo carece de uma ambulância para acudir os pacientes que necessitam de evacuação para o

Hospital do Zango e Capalanga. O administrador comunal de Calumbo disse que a distribuição de água a nível do Zango tem sido regular e que os constrangimentos que ainda se registam em algumas áreas vão merecer solução em breve.

### 7.13 Venda ilegal de terrenos com os dias contados

*Jornal de Angola*

*27 De Junho 2016*

*Texto: lourenço Bule*

Combater a venda ilegal de terrenos e o crime organizado, melhoria do saneamento básico e o reforço da limpeza urbana são acções que constam entre as prioridades do novo administrador do município de Menongue, Fernando Cassanga, anunciadas no sábado.

O responsável, que falava durante a sua investidura, acrescentou que vai dar prioridade ao diálogo com população, a fim de conhecer os principais problemas e, em conjunto, traçarem estratégias para a sua resolução.

Fernando Cassanga garantiu que, a breve trecho, e em estreita colaboração com os munícipes, alguns dos problemas vão ser resolvidos, apesar da actual situação financeira que o país vive, com a queda acentuada do preço do petróleo no mercado internacional.

"Vou trabalhar em colaboração com a população do município, com base no diálogo, com o intuito de ouvir os problemas que mais lhes preocupam e consciencializar os munícipes sobre os programas e projectos a serem implementados na região, para o garante do bem-estar social e económico de todos", garantiu o administrador.

O administrador acrescentou que é necessário unir-se a experiência dos munícipes e os recursos financeiros disponibilizados para se desenvolver programas e implementar projectos que visam dar resposta, de forma integrada, às necessidades da população da região e melhorar as suas condições de vida.

De acordo com o responsável, Menongue, apesar de ser uma das cidades mais antigas do país, ainda está longe de ser o que merece, pois ainda não estão resolvidos os problemas fundamentais da região.

O governador da província do Cuando Cubango, Pedro Mutindi, apelou ao recém-empossado para se responsabilizar pela gerência dos bens, valores e

rendimentos do município de Menongue e ser o primeiro e fiel defensor dos direitos dos munícipes, bem como criar condições que proporcionem sanidade e limpeza, fim de fazer que a região cresça de forma ordeira e disciplinada. Pedro Mutindi salientou que é necessário trabalhar arduamente e não poupar esforços para enfrentar e conduzir os problemas que Menongue enfrenta. Nesta empreitada, prometeu o governante, o administrador contará com todo o apoio do governo local e dos munícipes que queiram ver a cidade a crescer e compreendem que a união faz a força.

"A tarefa que lhe foi incumbida não é fácil, pois a cidade de Menongue, capital da província do Cuando Cubango, não tem urbanização estudada e disciplinada, cobertura total de energia eléctrica em todos os bairros, estradas, rede de esgotos, terrenos camarários e debate-se com o problema da construção desordenada", disse.

O governador do Cuando Cubango preveniu o novo administrador de Menongue que, apesar do apoio do governolocal, encontrará muitas dificuldades, como difamação, intriga e suspeita, quase sempre movida pela inveja e inconfessáveis interesses, que tentarão, a todo o custo, desmotivá-lo e amargurá-lo.

Acrescentou que a venda ilegal de terrenos e as construções anárquicas têm de acabar, para que se possa criar um plano urbanístico e mudar a imagem da cidade de Menongue.

## 8. SERVIÇOS BASICOS

### 8.1 Compromisso firme com o Ambiente

*Jornal de Angola*  
*05 De Junho de 2016*

A o eleger este ano Angola como país sede para as comemorações oficiais do Dia Mundial do Ambiente as Nações Unidas mais não fizeram do que reconhecer, implicitamente, os esforços práticos que o País vem fazendo no sentido de consolidar e aprimorar o seu contributo para a defesa ambiental, de um modo global, através de diversas acções que reafirmam, inequivocamente, o compromisso firme de protecção da biodiversidade.

O mais recente exemplo prático desse compromisso foi dado sexta- feira, no Cuando Cubango, com destruição de uma enorme quantidade de marfim que havia sido apreendida nas mãos de traficantes internacionais, numa cerimónia assistida por dezenas de jornalistas estrangeiros e aplaudida por altos responsáveis das Nações Unidas ligados às questões ambientais que também se encontram em Angola.

Esse compromisso, respaldado no empenho que Angola tem tido nas diferentes conferências internacionais onde tem participado, foi aliás amplamente reconhecido pela queniana Lisa Rolls, chefe da campanha do Programa das Nações Unidas para o Ambiente. Esta renomada especialista apontou como exemplo a activa participação de Angola no desenvolvimento do projecto turístico Okavango Zambeze e onde está excelentemente espelhada a diversidade biológica do País. Trata-se de um programa transfronteiriço que abrange diversos países da região, como a

Zâmbia, Zimbabwe, Namíbia, Botswana e Angola. Este tipo de projectos, que estão a catapultar o País para centro das atenções internacionais, são o reflexo claro de escolhas políticas modernas e adequadas às respostas a dar às preocupações internacionais sobre o problema que se prende com os mecanismos a usar para salvaguardar a defesa do Ambiente.

N a recente Cimeira Internacional de Paris, a posição de Angola, excelentemente expressa pelo ministra do Ambiente, Fátima Jardim, foi atentamente ouvida e elogiada pelos diferentes países presentes no evento, o que repre senta uma importante mais-valia para todos os que lidam com as questões ambientais.

Definitivamente, Angola está entre os países que cumpre com aquilo que promete e não se revê nas

posições hipócritas de algumas potências, que exigem aos outros aquilo que eles se recusam a fazer. Tentando exercer a sua influência política; muitos países obrigam os mais pobres à tomada de exigentes medidas para a protecção do Ambiente, "esquecendo-se" de darem o devido exemplar casando mesmo a aceitação da ideia de se esforçarem para contribuírem para um Planeta menos poluído. O nosso País, até pela sua vasta extensão territorial, ainda tem algumas dificuldades, por exemplo, em fazer um combate mais cerrado ao comércio ilegal de animais selvagens e ao tráfico de marfim. Trata-se de uma situação compreensível e que obriga à necessidade de haver uma maior interligação com diferentes países da região. Esse trabalho está a ser feito, contribuindo para isso o já referido projecto Okavango-Zambeze, e prova disso foi a enorme quantidade de marfim apreendido desde Janeiro nas fronteiras angolanas e que foi agora destruído no Cuando Cubango. O Ministério do Ambiente, honra lhe seja feito, tem sido incansável na liderança de projectos nacionais que visam a defesa do clima e perseverante no modo como se tem empenhado nos certames internacionais que visam, precisamente, a criação de condições para a melhoria do nosso Planeta.

Também a nível legislativo, como se pode verificar neste caderno AMBIENTE alusivo ao Dia Mundial do Ambiente, as coisas têm estado a andar, havendo uma série de leis que visam, claramente, criar as balizas de actuação para todas as organizações que estão empenhadas nesta luta.

As forças da ordem pública também têm um importante papel a desempenhar na criação dos mecanismos que permitam um combate mais eficaz ao tráfico que envolve animais selvagens, fazendo uso das novas tecnologias de vigilância para melhor poderem monitorar o espaço territorial do País.

E de todos estes esforços conjuntos que podem resultar as medidas para que Angola consolide a sua posição na linha da frente dos países que mais têm trabalhado para que possamos viver num mundo cada vez mais amigo do Ambiente.

### 8.2 Empresas vão pagar pela captação de água bruta

*Jornal O PAIS*  
*9 De Junho de 2016*  
*Texto: Brenda Sambo*

O Instituto Nacional de Recursos Hídricos (INRH) vai, este ano, começar a fazer a cobrança de Taxa de Captação da Água Bruta para haver maior controlo

nas grandes empresas que utilizam a custo zero, revelou ontem, em Luanda o director geral da instituição, Manuel Quintino.

Segundo o gestor, que falava no workshop de divulgação do manual de procedimentos para a implementação de títulos de utilização dos recursos hídricos, o estudo para a cobrança já está concluído, aguardando-se apenas a sua aprovação. Sem adiantar o valor a ser cobrado, o director acrescentou que, neste momento, as grandes unidades empresariais deverão começar já a cadastrar-se junto ao Ministério da Energia e Águas, bem como no INRH, para assim saber o volume de água a ser utilizado e quanto deverão pagar num determinado período de consumo.

Os valores a cobrar pela utilização da água bruta permitirão ao Estado angolano fazer novos investimentos no sector das águas, em geral, e no subsector dos recursos hídricos, em particular.

Assim, acrescentou, a cobrança da Taxa de Captação da Água Bruta, por parte dos mais diversos utilizadores, tornará mais responsável, racional e equilibrado o uso deste bem cada vez mais escasso em algumas regiões do país.

O objectivo do registo dos utilizadores é gratuito e pode ser efectuado através do Website do INRH ou em formulários próprios disponíveis nas instalações do instituto ou do Órgão de Administração da Bacia Hidrográfica (OABH). "

O INRH iniciou em Fevereiro do ano em curso a divulgação do manual de procedimentos numa perspectiva de levar ao conhecimento público as modalidades sobre a gestão e a utilização dos recursos hídricos em todo o território nacional", disse.

O responsável fez saber que Angola partilha cinco bacias hidráulicas com os seus países vizinhos para garantir uma melhor qualidade da água, quer bruta quer tratada, dentro e fora do território nacional.

Estas bacias são a Zamcom, Cuvecom, Cicos, Ctcp Cunene e a Okacom e estão localizadas nas províncias de Cabinda, Moxico; Cunene e Soyo e permitirão às províncias fronteiriças um maior controlo, bem como uma qualidade melhor da água potável. As bacias hidráulicas são repartidas com a Namíbia, Congo e Zâmbia.

Manuel Quintino referiu que actualmente estão em construção 15 estações hidrométricas, que estarão activas a curto prazo e que, com o actual plano de investimentos, este número deve ultrapassar as 80 estações.

A água, prosseguiu, é um bem económico e social e o Estado deve geri-la dentro dos princípios do consumidor-pagador.

Está em curso um estudo para regulamentar o funcionamento que permitirá regularizar o cadastro nacional para um maior controlo dos recursos aquíferos, bem como efectuar o balanço do sector.

### 8.3 Aumenta capacidade de água nos bairros

*Jornal de Angola*

*10 De Junho de 2016*

Mais de quatro mil ligações domiciliárias vão ser efectuadas nos bairros da Carreira de Tiro, Cangambo e Campo de Aviação, até Dezembro, em Malanje, pela empresa de água e saneamento da província, com a conclusão do novo reservatório de distribuição deste ano, garantiu ontem o administrador da área técnica da firma.

Óscar Tavares Ferreira esclareceu que está em fase de conclusão o novo reservatório de distribuição de água, que vai permitir o abastecimento da cidade capital e os bairros a mesma.

Apesar de alguns constrangimentos resultantes da crise financeira que o país está a viver, as obras do reservatório decorrem a bom ritmo e indicou que a conclusão acontece entre os meses de Agosto e Setembro, para até Dezembro se fazer as ligações, explicou Óscar Tavares Ferreira. "Com a conclusão do novo reservatório de distribuição de água e com a entrada em funcionamento, nos próximos tempos, da estação do rio Kuije espera-se por um aumento da capacidade do fornecimento de água à cidade".

Óscar Tavares Ferreira admitiu que a entrada da estação do rio Kuije permite a distribuição de água potável aos municípios de Cacuso, Caculama e Calandula, sublinhando que a atenção é aumentar a capacidade de distribuição em função da densidade populacional e do surgimento gradual de novas zonas habitacionais.

Actualmente a cidade de Malanje e bairros periféricos são abastecidos com água potável a partir do Centro de Captação e Tratamento da Guiné, com capacidade de bombear 13.800 metros cúbicos de água por dia, beneficiando 128 mil consumidores. O número de ligações domiciliárias é de 8.500.

Município de Cangandala

O plano de acção imediato de desenvolvimento do município de Cangandala vai proporcionar um espírito de cidadania no seio dos munícipes, afirmou quarta-feira, nesta localidade, a administradora da circunscrição.

Rosa Lourenço referiu que o projecto visa essencialmente reforçar o diálogo permanente entre a administração municipal e à população, com vista a sensibiliza-la para a manutenção e preservação do património público, limpeza e remoção de obstáculos que causam constrangimentos nas vias do município.

O projecto contempla acções de sensibilização e mobilização sobre o saneamento básico, construção de latrinas, pintura das instituições públicas e residências, na margem da via principal do município, recuperação e criação de jardins e plantação de árvores.

A luta contra a produção ilícita de carvão, caça furtiva, melhoria da distribuição de água e energia, funcionamento da Comissão Municipal da Criança no âmbito dos 11 compromissos, e elaboração de um modelo urbanístico que prevê a autoconstrução dirigida em zonas comerciais, desportivas e culturais constam do programa de acção para Cangandala.

Com uma extensão de 6.301 quilómetros quadrados, o município de Cangandala, situado a 28 quilómetros a sul da cidade de Malanje, conta com uma população estimada em 40 mil habitantes, distribuídos em quatro comunas: Bembo, Caribo, Culamagia e sede municipal.

## 8.4 Bairros de Luanda privados de água

*Jonal de Angola*

*11 De Junho de 2016*

Os bairros Uíge, Dala Mulemba Cazenga, HojiyaHenda, Tala-Hady Rangel, Sambinzanga Valódia e Boa Esperança I e II, ficam privadas água potável, das 8h00 às 20h00 de terça-feira, devido aos trabalhos de reabilitação da Estação de Tratamento de Água do Kifangondo.

Segundo uma nota de imprensa da Empresa Pública de Águas (EPAL), os trabalhos de reabilitação implicam a paralisação do Sistema II (Estação de Tratamento Águas de Kifangondo, o que vai também limitar o abastecimento nas zonas do Miramar, Bairro Operário, Cruzeiro, Vila Alice, Boa Vista Maculusso, Combantentes, Patríce Lumbumba, parte da Ingombota (alta e baixa), Kinaxixi e Ilha (

Cabo. Para o efeito, a EPAL aconselha a população das referidas zonas a fazerem reserva de água. Após a conclusão dos trabalhos, a Empresa Pública de Águas vai prestar melhor serviço á população.

## 8.5 Governo aposta nas condições de vida das populações

*Jornal de Angola*

*11 De Junho de 2016*

*Texto: Armando Sapalo*

Dois novos sistemas de produção, tratamento, distribuição e abastecimento de água potável vão ser construídos na sede municipal do Cuango e vila mineira do Cafunfo, na Lunda Norte, anunciou ontem governador provincial durante uma visita de constatação àquelas localidades.

Ernesto Muangala explicou que as infra-estruturas a serem construídas ainda este ano são financiadas pela "Linha de Crédito da China" e visam, fundamentalmente, reduzir as dificuldades que as populações locais enfrentam em termos de acesso a água potável.

Para esta empreitada, disse que o governo da Lunda Norte trabalha em coordenação com técnicos do Ministério da Energia e Águas que vão ajudar a definir as dimensões dos sistemas de abastecimento de água potável, de acordo com o número de habitantes.

Além do sistemas de produção, o projecto prevê igualmente a construção de tanques de armazenamento de água, a abertura de condutas e a criação de redes de distribuição por via de ligações domiciliárias nas zonas urbanas. Do projecto consta ainda a construção de chafarizes nos bairros mais populosos localizados nas periferias da sede municipal do Cuango e vila do Cafunfo.

O governador provincial da Lunda Norte ressaltou que as fontes de água para as duas captações vão ser erguidas nos rios mais próximos, com menos de 15 quilómetros de distância, para se evitar que as condutas sejam vandalizadas, recordando que os sistemas construídos em 2009 na vila de Cafunfo, além de ter sido destruídos pelas ravinas, foram igualmente desfeitos pela própria população.

Para se evitar situações de vandalismo nas infra-estruturas, Ernesto Muangala disse ser importante que se encontre a melhor solução de modo a que este seja um investimento duradouro e que os cerca de

174 mil habitantes do município do Cuango tenham o acesso água potável.

Durante o período em que a sede do município do Cuango e a localidade do Cafunfo se encontram privados do abastecimento de água potável, as populações consomem líquido retirado dos rios, sem o mínimo de protecção de higiene, e a que é comercializada pelos camiões cisternas.

O governador reconheceu os momentos menos bom por que passam às populações das referidas localidades com a falta de água potável, considerando ser um problema social preocupante e que merece uma especial atenção das autoridades locais. Ernesto Muangala tranquilizou a população e disse o Governo Provincial continua empenhado em estabelecer mecanismos eficazes com vista a garantir a todos os habitantes do município um acesso fácil e adequado a água potável.

Com o alargamento e conseqüente expansão da rede de distribuição de água potável em todas as zonas mais habitadas da sede municipal do Cuango e vila do Cafunfo, Ernesto Muangala acredita estarem criadas as bases para se evitar de forma substancial o índice de doenças.

Os sistemas de captações de água a ser construídas no município do Cuango vão ser dotados de capacidades suficientes, por de canalizações modernas, para permitir que os níveis de abastecimento sejam aceitáveis.

O objectivo das autoridades da Lunda Norte é a de melhorar de abastecimento de água canalizada a milhares de famílias da região visando contribuir para o seu desenvolvimento sustentável nos mais variados níveis.

Tais metas, segundo Ernesto Muangala, serão alcançadas não só com a materialização dos projectos traçados pelo governo da província, mas também com algumas iniciativas empresariado do Cuango que manifestou já a intenção de criar pequenos sistemas de abastecimento de água.

## 8.6 Água beneficia milhares de habitantes

*Jornal de Angola*

*13 De JUNHO de 2016*

*Texto: Arão Martins*

Um total de 50 mil casas de bairros do Lubango passam a beneteclar de água potável, nos próximos

tempos, com a criação de um novo pacote, que prevê a instalação de 350 quilómetros de rede de distribuição domiciliária, disse sexta-feira o director provincial da Energia e Águas.

Abel João da Costa considerou que a instalação. do. dos 350 quilómetros da rede vai aumentar a capacidade de distribuição, melhorar a qualidade e contribuir para a expansão do serviço à população.

Até Abril último, o programa Agua para Todos" permitiu colocar disposição da população um total de 58 sistemas de captação, tratamento e distribuição. junto. das comunidades rurais da Huíla", informou Abel João da Costa, que explicou que foram construídos 145 pontos de água em toda a província, que estão a beneficiar mais de 200 mil pessoas.

"A nível de toda a província da Huíla, o. programa tem resultados positivos, com benefícios directos para mais de 500 mil pessoas", prosseguiu Abel João da Costa, para garantir que ,a implementação do. Programa "Agua para Todos", nos 14 municípios da província da Huíla, tem ajudado. a reduzir em grande medida as doenças que antes eram causadas pelo. consumo de água imprópria.

"A implementação. do. programa abrange os municípios de Caconda, Cacula, Caluquembe, Chibia, Chicomba, Chipindo, Cuvango, Gambos, Jamba, Matala, Humpata, Quilengue s e Lubango, informou Abel da Costa, que referiu que o programa de remodelação da rede de distribuição, feita no Lubango, tem resultados positivos, tendo em conta que grande parte dos munícipes já consme água potável.

Abel João da Costa salientou que recentemente decorreu um encontro entre as direcções províncias da Energia e Água do. Huambo, Huíla e Bié e o Banco Mundial, em que se fez a análise económica dos investimentos do. Programa de Desenvolvimento Institucional do Sector das Águas (PDISA 2), nas três províncias.

Para a cidade do Lubango, indicou o director Abel João da Costa, o programa tem um significado especial, porque contempla a instalação. de nova rede de distribuição de água e ligações domicilires. Acção tem ainda o financiamento de acções que visam buscar mais água para a capital da província da Huíla.

Abel João da Costa disse que a cidade do. Lubango. depende do aquífero subterrâneo, daí ser preciso. saber onde está esse potencial, através de estudos e acções de engenharia, para permitir identificar o volume de água em quantidade e qualidade exigidas.



"Terminou recentemente o projecto de modernização da ca ta ão Encontro com Banco Mundial umsistema moderno, para a captação. de água sem muitas avarias e interrupções à cidade do. Lubango", acrescentou o. director Abel João da Costa.

Além destes projectos. Abel João da Costa anunciou que está prevista a instalação. de 60 quilómetros de rede em várias localidades da cidade do Lubango, com destaque para o bairro. da Minhota, parte da Laje e do. Lucrécia. Com isso, salientou Abel João da Costa, o. programa atinge uma execução. superior a 50 por cento. e permite por isso que sejam efectuadas 4.600 ligações. "Mas está em preparação. um pacote de adenda para que se insiram mais 500 famílias".

Abel João da Costa explicou que a nova captação, com capacidade de 500 metros cúbicos por hora, foi também avaliada, para se saber quando. a empresa que ganhou o. concurso público. deve iniciar a fase seguinte, que visa a instalação. de 140 quilómetros de rede e 20milligações.

A instalação. dos 140 quilómetros do. Lubango está avaliada em cerca de sete milhões de dólares, concluiu o. director provincial da Energia e Águas.

Na província da Huíla, além do. Sector de Energia e Águas, estão em curso diversas acções de impacto. social que visam melhorar a qualidade de vida da população, com desta ue ara a construção de hospitais e escolas.

## 8.7 Contrato de centro de água do Cazenga vai custar mais USD 3,4 milhões

*Jornal O PAÍS*  
13 De Junho de 2016

A ampliação e requalificação do Centro de Distribuição de Água do Cazenga, arredores de Luanda, a cargo das empresas portuguesas Casais e Efacec, vaicustarmaisUSD3,4milhões do que o previsto.

Em causa está uma adenda ao contrato inicial, de 2014 e que previa a conclusão dos trabalhos em 30 meses, por USD 41 milhões para duplicar a capacidade do reservatório. O equipamento data do período colonial português (1960) e conta com 15.000 metros cúbicos de capacidade de armazenamento.

Por despacho presidencial de 07 de Junho o contrato é agora alvo de uma adenda, face à "necessidade de se realizar trabalhos adicionais estritamente necessários

para o acabamento da empreitada e extensão do prazo do contrato e da garantia", mantendo os dois empreiteiros, Casais Angola e Efacec Angola.

Além do Centro de Distribuição do Cazenga, o Executivo lançou na mesma altura obras de requalificação semelhantes no Centro de Distribuição da Maianga, adjudicada à empresa Sinohydro; por USD 30 milhões, e no Centro de Distribuição do Marçal, entregue à China Gezhouba Group Company por USD 68,5 milhões, todos com cerca de meio século de operação no abastecimento de água a Luanda.

Através da Empresa Pública de Águas de Luanda (EPAL), o Executivo tem em curso projectos para aumentar o fornecimento de água à. capital, aplicando entre 2014 e 2017 perto de USD 6 mil milhões em obras públicas.

Segundo informação da EPAL consultada pela Lusa, esses investimentos vão permitir triplicar o volume de água fornecida a Luanda para 1,2 milhões de metros cúbicos e quintuplicar o número de consumidores ligados à rede pública, que se estima em 200.000 até 2017.

## 8.8 Milhares de pessoas no Ebo beneficiam de água potável

*Jornal De Angola*  
21 de Junho de 2016  
texto: Carlos Bastos

As populações das comunas e aldeias dos municípios da Cela e Ebo, no Cuanza Sul, passaram, desde a semana finda, a consumir mais água potável, com a instalação dos sistemas de captação e distribuição do produto, no âmbito do "Programa Água para Todos", disse ontem o vice-governador provincial para o Sector Técnico e Infra-estruturas.

António da Gama Teixeira disse que os sistemas de captação de água inaugurados representam todo um esforço das autoridades da província, no quadro da melhoria das condições de vida dos habitantes do meio rural.

Os sistemas combinados de captação e distribuição de água, acoplado de uma lavandaria cada, foram construídos pelas empresas Mitrelli e Fabricom, no quadro do Programa de Investimentos Públicos (PJP), do Governo Provincial.

As infra-estruturas sociais vão beneficiar cerca de 9.230 habitantes distribuídos por comunas e aldeias.

"Vamos continuar a apoiar as populações, dando resposta a algumas das inquietações que mais preocupam as comunidades, sobretudo a saúde, educação, agropecuária e outras. O que pretendemos é o bem-estar das famílias", disse o vice-governador para o sector Técnico e Infra-estruturas.

António da Gama Teixeira apelou aos habitantes das comunidades para preservarem os empreendimentos. A instalação dos sistemas de abastecimento de água, acrescentou, melhora a qualidade de vida das populações, que no passado eram obrigadas a consumir água do rio.

A população reconheceu o esforço do Executivo na criação de condições sociais que permitem uma vida melhor e solicitaram as autoridades a reverem a situação do fornecimento de energia eléctrica aos bairros, para a redução da criminalidade.

Os sistemas de captação de água foram instaladas nas localidades de Banza Kixocota, Kissecula, no município da Cela. No Ebo foram contempadas as regiões de Quitundo, Banza Cunda, Caquende Cunha e Capunda.

## 8.9 Zona uroanacom mais crvicas

*Jornal De Angola*

*27 de junho 2016*

*texto: Domingos dos Santos*

Grande parte dos consumidores da cidade de Luanda furtam-se ao pagamento mensal do consumo de água, revelou 80 Jornal de Angola, o chefe de departamento de marketing da Empresa Pública de Água (EPAL).

Bernardo Ngola fez essa denuncia quando falava sobre o restabelecimento do fornecimento de água aos municípios de viana e Belas e distrito urbano da maianga, kilamba kixi, ingombotaesamba, que a sexta-feira ficaram sem abastecimento devido à paralisação da estação de Bombeamento de cassaque para trabalhar de manutenção.

Grande parte do casco urbano, se compararmos com a zona sub-urbana, não paga o consumo de água "disse Bernardo Ngola Num estudo de comparação estatística entre a Maianga e o Cazenga, constatamos que os consumidores do Cazenga tem mais apetência em fazer pagamento de água, uma situação que chega a ser constangedora se tivermos em conta que a Maianga recebe água 24 sobre 24 horas, ao contrario do Cazenga", exemplificou.

A campanha selectiva de corte decorre desde a primeira quinzena de Junho e abrange todos os clientes devedores dos municípios e distritos urbanos de Luanda.

O chefe de departamento de marketing da EPAL, apesar de não avançar números, diz ser "muito grande" o número de cliente que não cumprem os compromissos contratuais. "Por isso, estamos a Empresa Pública perde milhões de kwanzas devido à falta de pagamento do consumo realizar uma campanha massiva contra os clientes devedores, porque o número é muito grande", afirmou Bernardino Ngola, acrescentando que a "tolerância acabou" para os clientes devedores. "Dia e noite, sem interrupção, os nossos técnicos tabalham para levar água aos consumidores com a manutenção das nossas infra-estruturas. Por isso, é preciso arrecadar receitas para cobrir os investimentos realizados para o bem da população", disse. O chefe de departamento de marketing da EPAL aconselhou os consumidores a dirigirem-se às agências comerciais para fazerem o pagamento do consumo de água e a evitarem dar dinheiro directamente a funcionários da empresa.

"O cliente, se tiver alguma dúvida sobre o valor a pagar, deve contactar os nossos serviços de apoio que lhe vão prestar todo esclarecimento sobre as taxas cobradas", garantiu. Há dois anos, o Presidente do Conselho de Administração da EPAL, Leonídio Ceita, revelou que a

empresa perdia mensalmente cerca de três milhões de kwanzas, devido à falta de pagamento, principalmente das instituições públicas.

Leonídio Ceita, que desde 2010 dirige aquela empresa pública, referiu que a falta de pagamento do consumo de água cria vários constrangimentos à EPAL, que precisa de rentabilizar os investimentos feitos para melhorar o fornecimento de água aos moradores de Luanda.

## 8.10 Afianal nos enganamos: o lixo continua ser um animal imbatível

*Jornal Manchete*

*10 De Junho de 2016*

Quando o General Higino Carneiro foi nomeado governador de Luanda, os residentes desta cidade acreditaram que o lixo teria o seu fim imediato. Houve alguns milagres ... o lixo estava a ser removido com dedicação e profissionalismo. Hoje aquela dedicação

e profissionalismo constituem miragem. Afinal a recolha de lixo dos primeiros dias era actos figurados.

Os amontoados de lixo em várias ruas, avenidas, ruelas e becos, induz-nos satiricamente a crer que estamos diante de um património provincial de grande valia económico. Faz-me lembrar o jogo de "perde com essa e ganha com essa", um tipo de entretenimento que gerava animosidade por parte do praticante prejudicado, ou seja, o enganado. No referido jogo as cartas surgem como bênção de quem os podem escolher. Depois da escolha cria-te um espírito de frustração.

Portanto, os nossos bairros estão a semelhar-se com esse jogo menos digno, no que tange a aversão que se provoca. O que parece bênção toma frustrante. Por outro lado, Luanda parece ser uma passerelle onde qualquer estouvado mascara-se e se afirma artista, monta seu cenário e faz desfilar seus modelos. As várias formas adoptadas para recolha de lixo em Luanda, foram sempre de grandes insucessos ... o lixo em Luanda faz desta cidade uma metrópole nociva. É um animal de difícil combate.

Eu acho que o Senhor Higino Carneiro precisa parar, sonhar alto e rever as suas técnicas de recolha de lixo, sob pena de acabarmos de cairmos todos num precipício fatal. Recolher resíduos sólidos é um acto natural. Não precisa de mágica, não precisa de orientações profundas, não precisa de profetas e não precisa nada que não seja deste mundo. Pois apenas precisa de empenho, conhecimento, honestidade, orçamento, materiais e recursos humanos.

Eu penso que o Executivo devia com muita urgência obrigar o governador a limpar a cidade de maneira pragmática e técnica. Por que se nós somos um povo especial, se nós somos povos de terras ricas, se nós somos um povo trabalhador, se nós somos agente de uma Angola moderna, o lixo não pode ser um produto de convívio. O lixo enferma e mata!

Por outro lado, é hora das operadoras de lixo mostrar humanismo e patriotismo independentemente das propostas do governo ser insignificantes para as suas empresas. É a sociedade que está em risco eminente! Qualquer civilização nesse globo terrestre recusa ter um convívio social com o lixo. Mesmo os governos ditatoriais não são apologistas de poluição ambiental. O lixo é um claro inimigo de saúde humana, sua presença não só inibe os homens, mas também pode provocar doenças irreversíveis. E não teremos perdão pelas gerações vindouras.

Os amontoados de lixo em várias partes de Luanda constitui também um atentado ao ambiente. O nosso

governo ao albergar o evento mundial sobre o ambiente, demonstra claras intenções de repudiar os efeitos nocivos contra a mãe natureza. essa sua preocupação com as questões ambientais faz dele um Executivo de iniciativas ambientais, ao lixo não se deve tolerar. A preocupação do ambiente em particular ao lixo deve ser de menos discursos, deve ser de menos olhares, deve ser de urgência e de vontade de todos.

Nós formadores de opiniões, pedagogos, encarregados de educação, pastores e outros precisamos dizer à nação que essa ilustre paz deve ser consolidada sob o signo da ética, da moral e do amor ao próximo. Temos de advertir com toda verticalidade e dizer que se o ambiente não for resguardado teremos muitas probabilidades de sermos seres mórbidos.

Mas é também tarefa de qualquer angolano velar pelo bem-estar do seu habitat. Vigiar o bairro, rua, vila, município ou província, é um acto heróico e de patriotismo se não houver iniciativas por nossa parte seremos cidadãos vulneráveis.

Nós somos um povo com postura cultural pura, com uma matriz emanada na africanidade, baseada na ética, moral com vários princípios, com critérios culturais bem definidos. Por isso, o lixo não pode ser elemento da nossa convivência.

## 8.11 Cidade do Sequele sem operadoras de limpeza

*Jornal O PAÍS*

*10 De Junho de 2016*

*Texto: Alberto Bambi*

Os moradores da cidade do Sequele, município do Cacucaco, em Luanda, denunciam a ausência de uma empresa de recolha de lixo e descrevem o quanto tem sido difícil viver nessa situação.

Dona Anita, que acabava de sair de uma consulta no hospital local, actualmente a Funcionar sob regime de centro médico, disse que fazia tempo que não via o lixo a ser recolhido nessas paragens. "Eu estou aqui há dois anos e nunca vi uma empresa de limpeza encarregue de recolher o lixo no Sequele. Havia, sim, um grupo de pessoas que usavam algumas carrinhas brancas de marca Mitsubishi, através das quais carregavam os resíduos sólidos", explicou a moradora, tendo adiantado que os amontoados de lixo já estão a ter impacto na saúde dos habitantes. Na verdade, em quase todas as áreas da cidade do Sequele existe pelo menos uma concentração de lixo, conforme constatou O PAÍS nas ruas 1,2,7,8 e 9, as

que mais registam o deficiente quadro de saneamento básico, também de acordo com o consentimento dos residentes.

O facto de o lixo ocupar lugares próximos de instituições públicas como escolas, hospital, paragens de autocarros e o mercado preocupa os populares, que, de vez em quando, decidem criar aquilo que denominam como programas de intervenção colectiva. Trata-se de uma contribuição financeira dos moradores de cada edifício que possibilita o aluguer de viaturas veículos de tracção com pá escavadora. Como o referido esforço nem sempre encontra a resposta desejada, os habitantes costumam optar por queimar os resíduos sólidos, alternativa que reconhecem estar proibida pela Administração local, além de apontarem a mesma como causa de algumas doenças respiratórias.

Dona Ana admitiu que as medidas tomadas por si e pelos vizinhos não são as mais adequadas, mas, enquanto tarda a solução da administração, dizem não ter alternativa. O morador Francisco José com maçou por apontar o facto de o lixo estar a ser depositado no chão, para demonstrar que os locais de concentração não foram indicados por nenhuma empresa.

"É só para verem que nem contentores temos para colocar o lixo e isso é sinal de que o Sequele não tem uma. Empresa de limpeza", observou Francisco, suplicando que os dirigentes da cidade ou do município se apressem a inverter o quadro.

O jovem não entende como é que com a recente política implementada pelo Governo de Luanda, segundo o qual uma determinada empresa de limpeza devia operar num município, a centralidade do Sequele ficou esquecida. "Será que, na sede do município esta empresa também não funciona?", questionou Francisco José, ironizando que encarava a sua zona habitacional numa referência desta municipalidade. As crianças que estudam nas escolas mais próximas dos concentrados de lixo mostraram-se preocupadas com o cenário. Elas dizem que em quase todo o trajecto que percorrem encontram mais de uma lixeira. As suas instituições não estão à margem da situação, pois, segundo confirmaram, os poucos recipientes de lixo existentes nas escolas estas vêm quase sempre cheios. Os alunos falaram de alguns casos de desmaios. "Recolha dentro em breve" Depois de ter explicado que a empresa encarregada limpar a sua área de jurisdição estava numa fase de adaptação, o administrador da Cidade do Sequele, Domingos Cruz da Fonseca, assegurou que a recolha efectiva começará dentro de poucos dias. Segundo ele, a operadora ficou mais de 20 dias sem actuar, razão pela qual, durante este período, ele e a sua

equipa se irados a implementar adidas alternativas. Domingos da Fonseca acusou a população de estar a sabotar os programas da administração, visto que não cumpre o horário da deposição do lixo.

"Os moradores deviam ter consciência de que estabelecemos o depósito de lixo entre 17 horas de um dia e as oito de outro, mas eles não obedecem isso, além de continuarem a mandar menores de 14 anos deitar o lixo", reclamou o administrador, acrescentando que também não havia participação activa dos moradores nas reuniões de concertação.

## 8.12 Defendidas melhorias no saneamento básico

*Jornal de Angola*

*13 Junho de 2016*

*Texto: Domingos Calucipa*

O reforço das medidas que visam melhoramento do saneamento básico na cidade de Ondjiva, com maior incidência na eliminação dos focos de reprodução de mosquitos, principais causadores de surtos epidémicos, como a malária e a febre-amarela, constam da lista das prioridades da Administração Municipal do Cuanhama, segundo o administrador Gonçalves Namweya.

O administrador, que falava esta semana na reunião da Comissão Municipal de Protecção Civil e Bombeiros, defendeu a necessidade de se executarem grandes acções de combate aos mosquitos que transmitem a malária e a febre-amarela.

"Precisamos trabalhar bastante no saneamento básico e sensibilizar a população no sentido de evitar o abandono, nos seus quintais, de recipientes susceptíveis de acumular águas, como latas e pneus", reforçou Gonçalves Namweya.

O município do Cuanhama notificou, de Janeiro a Maio deste ano, 7.769 casos positivos de malária, com 14 óbitos e três casos de febre-amarela, que provocaram um morto.

O administrador do município disse que os bairros da cidade de Ondjiva beneficiaram recentemente de uma campanha de fumigação, mas ainda existem muitos mosquitos, pelo que, nos próximos dias, realizar-se-á uma jornada de pulverização intra-domiciliar. A reunião abordou igualmente a situação do uso, pelas populações, das águas de represas e o seu estado de conservação.

## 8.13 Viana quer pôr fim aos focos de lixo

*Jornal de Angola*  
13 Junho de 2016

A desobstrução das vias e a eliminação dos grandes focos de lixo em Viana são prioridades do novo modelo de recolha de lixo em vigor no município, um dos mais populosos da província de Luanda, informou o director municipal dos Serviços Comunitários.

Fernando Binge, que falava à Angop, informou que o novo modelo de recolha de lixo "está a surtir resultado", estando a actividade no município de Viana a cargo da empresa Nova Ambiental.

O plano traçado pela administração e a Nova Ambiental visa recolher resíduos depositados ao longo das estradas asfaltadas.

O modelo, salientou, é vantajoso, uma vez que as empresas recolhem o lixo encontrado no chão e imediatamente no local colocam contentores para evitar a recolha com máquinas pesadas, como camiões basculantes que danificam o solo.

"É uma recolha convencional, que visa o depósito do lixo nos contentores, depois recolhidos por camiões compactadores, que atrelam o contentor para dentro da viatura", referiu. O responsável acentuou que este modelo é diferente do anterior, que era feito através de camiões basculantes e pás carregadoras que, ao recolherem o lixo do chão, arrastavam também terra e faziam buracos".

Fernando Binge reconheceu que continua a haver "muitos amontoados de lixo", pelo que foi aprovado um plano que visa consciencializar a população sobre a necessidade de depositar o lixo nos contentores, colocados em todos os bairros do município. A empresa Nova Ambiental está a fazer também recolha de resíduos sólidos porta-a-porta e a colocar contentores.

A recolha é diária, de manhã e à noite, no município de Viana, que tem uma população com mais de dois milhões de habitantes. O director municipal dos Serviços Comunitários de Viana, Fernando Binge, apelou ontem à população que coloque diariamente o lixo nos pontos de depósito. Fernando Binge, que falava à Angop, referiu que foram escolhidos locais apropriados para evitar que as pessoas depositem lixo no chão.

O director dos Serviços Comunitários de Viana disse esperar que a população ponha fim à prática de

depositar lixo em lugares impróprios, como na linha férrea. Uma dificuldade encontrada na recolha de lixo é a presença de fogo nas lixeiras e contentores, ateados pela população. Fernando Binge afirmou que os focos de lixo existentes no município de Viana se devem ao tempo que ficaram sem recolha, mas já estão a ser retirados pela empresa Nova Ambiental.

O município de Viana tem pontos de transferência no Quilómetro 12B, no bairro Rio de Janeiro, na CAOP A, no Quilómetro 30, nas imediações do Mercado, e no Zango Quatro, todos construídos de raiz e entregues a uma gestão privada.

## 8.14 Cobrança de lixo começa em breve

*Jornal de Angola*  
16 De Junho De 2016  
Texto: Marcelo Manuel

As populações residentes nas zonas urbanas do município de Cambambe, na província do Cuanza Norte, passam em breve a pagar aos cofres da Administração local uma taxa equivalente a 400 kwanzas, para garantir a sustentabilidade do projecto de recolha de lixo a nível da urbe, anunciou o administrador municipal de Cambambe.

A informação foi avançada ontem, na cidade do Dondo, durante realização do conselho de audição e concertação social do município de Cambambe, em que foi esclarecido que os habitantes das localidades peri e suburbana vão desembolsar entre os 200 e 300 kwanzas.

O administrador municipal de Cambambe, Manuel Francisco Diogo, exortou os membros do conselho para a necessidade da promoção de informações que visem consciencializar a população sobre a educação ambiental. Além da questão da taxa de lixo, o conselho recomendou a criação de políticas para incentivar a utilização do Mercado da Quissanga, já reabilitado, mas que se encontra às moscas. Como medida, a administração deve acabar com a conhecida Pracinha do 54, para que os vendedores possam ir expor os produtos no mercado.

Em relação à Praça do 54, situada nos arredores do rio Mucoso, a administração prevê a sua ampliação, com zonas de armazéns e outros serviços conexos, segundo Manuel Francisco Diogo.

Autoconstrução dirigida

O administrador municipal de Cambambe informou que a região possui uma reserva fundiária de 500 hectares, localizada na zona do bairro 10 de Agosto, adjacente ao projecto dos 200 fogos habitacionais, destinados à projectos de auto construção dirigida.

O projecto contempla também a construção de postos médicos, centros de saúde e estabelecimentos de ensino.

Os conselheiros da administração ressaltaram a necessidade dos efectivos do comando municipal da Polícia Nacional de Cambambe se implementarem uma maior dinâmica no que toca aos serviços operativos e redobrem o patrulhamento de proximidade, para contrapor as acções dos marginais.

### 8.15 Ligação eléctrica á barragem de Benguela custa mais 8,2 milhões USD que o previsto

*Jornal Expansão*

*17 de Junho de 2016*

*Texto: p.v.j.Lusa*

A ligação da rede eléctrica à barragem do Lornaum, construída na província de Benguela no tempo colonial e entretanto reconstruída por um consórcio chinês, vai custar mais 8,2 milhões USD do que o previsto em 2013, revela um diploma publicado em Diário da República.

A informação consta de uma autorização do Presidente da República (PR) para uma adenda ao contrato inicial com a empresa, também chinesa, Guangxi Hidroelectric Construction Bureau, para construção de uma linha de transporte (220 KV) entre Lornaum, Biópio, Benguela Sul e duas subestações.

Em causa estava uma obra avaliada em Dezembro de 2013 em 50,8 milhões USD, financiada pelo Industrial Commercial Bank of China (ICBC), contratada pelo Estado para garantir que a energia produzida na barragem de Lornaum, no rio Catumbela, chegue a 92 mil consumidores entre as cidades de Benguela, Lobito, Catumbela e Baía Farta.

Em despacho de 7 de Junho, citado esta semana pela agência Lusa, o Presidente autoriza um aumento de 8,191 milhões USD ao mesmo contrato, para a implantação desta linha dupla de transporte de electricidade, numa extensão de 89,4 quilómetros entre a barragem de Lornaum e a subestação de Biópio, acrescidos de 57 quilómetros entre Biópio e Benguela Sul.

Construída em 1959 Instalada no município do Cubal, Benguela, a barragem hidroeléctrica do Lornaum, com 20 metros de altura e 250 de comprimento, foi construída em 1959, ainda no tempo colonial português, mas ficou paralisada durante três décadas, devido à guerra civil no País.

Em Junho do ano passado, iniciou a operação experimental, após obras de reabilitação da infraestrutura que também permitiram elevar a sua capacidade de produção de 90 para 140 MegaWatts, sendo gerida pela Kanazuro Electric, num regime de parceria público-privada.

### 8.16 Lixo

*Jornal o Crime*

*18 De Junho de 2016*

*Texto: Penelopa Muila*

Sem querer, mas vamos sempre voltar ao tema de actualidade e que incomoda todos nós: a problemática do lixo.

Hoje, na sala de aula, um dos meus alunos perguntou-me: "Professora, o que farias se fosses num lugar de decisão, em questão do lixo?".

Uma pergunta muito pertinente, sobre um aspecto muito importante para a vida de nos todos.

Pensei, e aí vai a minha tentativa de "resolver" esta questão. Lixo tem a ver com a organização da nossa casa, com os nossos hábitos, com o nosso consumo em questões de tipos de comidas, bebidas, etc. Tendo em conta isso, acredito que em primeiro lugar faria muitas, muitas, muitas campanhas de educação cívica e sanitária, onde tentarei explicar o porquê é tão importante o nosso comportamento, o porque é importante respeitar o espaço público. Aí eu ia envolver pessoas especialistas voluntárias (sem pagamento pelo serviço prestado), considerando que nos todos devemos algo a sociedade onde vivemos. Além dos especialistas, eu ia me basear no entusiasmo dos jovens que tenho certeza que querem participar de forma activa na vida social.

O espaço que nos todos dividimos, o espaço público, nos oferece facilidades organizadas pelo Estado através das estruturas. Essas facilidades devem ser respeitadas no sentido de serem utilizadas de forma correcta. Por isso, o envolvimento dos jovens faz sentido.

Dentro de todos bairros eu ia organizar Comissões formadas pelos jovens e supervisionadas pelos

especialistas (Polícia, Especialistas em áreas sociais, de saúde, etc.).

Organizava campanhas voluntárias todos os fins-de-semana de uma vez em toda Luanda, com uma boa supervisão e controlo, envolvendo também a população do próprio bairro e pedia ajuda aos empresários que lá residem e praticam o comércio, a participar de uma forma financeira, assegurando o lance, uma água, uma fruta para os participantes, porque são os primeiros fornecedores do lixo, poderiam ser mais responsáveis, e não só, eles devem devolver de uma forma cívica o facto de terem lucro naquele território (eu sei que alguns vão dizer que toda empresa paga impostos ao Estado). Não discordo com isso, mais toda empresa de um certo território, uma certa comunidade, tem uma obrigação moral-cívica de dar algo para aquela comunidade. Esta seria uma forma benéfica para as duas partes: o comerciante e o povo de outro lado. Eu acredito no facto de que nos todos, de uma forma ou outra, devemos algo a sociedade de modo geral, envolvendo, desta forma, a população, as empresas privadas, a juventude, os especialistas e todos entenderem que deveriam participar de forma voluntária. Acredito que, além do lixo, nós poderíamos até um certo nível resolver também a questão da criminalidade.

O ser humano tem um lado sensível, um lado que se levanta para unir-se com o outro na hora de resolver um assunto que afecta todos nós. A criminalidade surge, às vezes, por frustração, por falta de meios económicas, por falta de atenção, por falta de utilidade, por falta de objectivo. Angola é formada por uma sociedade muito jovem. Então, temos que aproveitar esta faixa etária e dar mais responsabilidade aos jovens, ter mais confiança em eles, nas tarefas que eles podem exercer, sobretudo na área social, cultural. Sabemos que a juventude está muito ligada a outra palavra que se chama imaginação inovação progresso.

Eu acredito no cidadão angolano, acredito na capacidade de mudar, acompanhando As mudanças grandes que Angola está a atravessar, acredito que ninguém quer ser um "marginal". Todos nos queremos participar, de uma forma ou outra, no bom funcionamento da sociedade onde vivemos. Falta, às vezes, alguém que nos acompanha, que nos guia.

Não sei se o meu plano é mais justo, mais funcional, mas é isso que eu ia fazer ou tentar fazer.

Vou deixar um conselho para todo cidadão angolano e espero, de coração, que sigam:

- Comecem passo por passo, não espera o outro fazer primeiro, começa TU. Não deitam mais lixo no chão, levam um saco plástico na pasta ou no bolso e depositam o lixo pessoalmente neste saco plástico e levam para o contentor mais próximo.

- Não deitam no contentor o lixo directamente, usam em casa nos baldes o saco de plástico e amara-o quando for deitar .

- Ensinam as crianças a terem controlo em questões de necessidade fisiológicas (pode ser controladas sim), e não habituam as crianças a fazerem nas ruas.

- Não compram mais comidas nas ruas, em qualquer condição (sem higiene)

- Não cusparam nas ruas, usam guardanapos ou lenço de bolso (foram inventados por isso)

- Não atirem dos carros ao andar, ou ao estacionar os restos de comidas, bebidas nas ruas.

- Minhas senhoras, não tratem mais o cabelo nas ruas - estamos no século XXI, existem salões de beleza para todos os bolsos.

- Minhas senhoras, mais uma vez é indecente e imoral, tratar dos pés e das mãos nas ruas, na beira da estrada. Usam as ruas, o espaço público como fossem usar as suas casas, com respeito, responsabilidade e carinho.

As ruas de uma cidade mostram o nível educacional daquela população que lá vive. Então, por favor, tratem bem das nossas ruas, dos nossos passeios, dos nossos jardins para deixar algo como elemento de cultura para gerações futuras.

## 8.17 Associação quer mais contentores

*Jornal De Angola*  
*25 De junho 2016*

A insuficiência de contentores para a deposição de resíduos e a fraca capacidade técnica das operadoras de limpeza são os principais itivos da dispersão de lixo na cidade de Luanda, considerou ontem' ambientalista César Cassule.

O Presidente da Associação para a otecção ambiental Xiame (APAX) fendeu a necessidade de as operaras aumentarem o número de conitores de grande e pequeno porte e colocá-los em locais adequados.

“No quadro dos trabalhos que estamos a efectuar junto das comunidades, verificámos que, em algumas

localidades, a população caminha muito para a deposição de resíduos e noutros casos nem sequer há contentores disponíveis para a deposição de resíduos, o que obriga os munícipes a colocarem o lixo em locais imôprios e ao ar livre", afirmou.

Além disso, César Cassule defendeu a definição de horários para a posição e recolha de lixo, com vista a facilitar o processo.

A associação está a trabalhar na racterização do impacto dos resíduos sólidos urbanos nos municípios de Icolo e Bengo e Cacuaco, onde sensibiliza a população para a separação do lixo e a preservação meio ambiente. César Cassule disse que a organização que dirige continua a empreender esforços no sentido de apoiar o combate à malária e febre-amarela. Com o apoio Ministério do Ambiente, a Associação para a Protecção Ambiental xiame está envolvida em projectos como Mercados Limpos, Saúde Seguirança e Amemos Angola.



## 9 GÉNERO E VIOLÊNCIA

### 9.1 Crescem as denúncias de casos de violência

*Jornal de Angola*

*2 De Junho de 2016*

*Texto: André Brandão*

Dos casos registados durante o período em referência destacam-se negligências, violências físicas e abusos sexuais. José Maria Pereira explicou que o caso de abuso sexual que envolveu o padrasto da criança abusada já foi transferido para o Serviço Provincial de Investigação Criminal (SPIC), para o devido tratamento.

O director provincial do INAC na província do Cuanza Norte disse existirem pais que transgridem as normas dos 11 compromissos, levando as crianças em idade escolar para as lavras, a fazer trabalhos forçados e transportarem cargas superiores ao seu peso. Outra preocupação apontada por José Maria Pereira prende-se com a existência, em Ndalatando, de crianças na rua que depois de anoitecer voltam para casa dos seus tutores.

José Maria Pereira explicou que em 2015 a instituição registou 173 casos de violência doméstica, envolvendo 424 crianças, dos quais 138 resolvidos pela Direcção Provincial do INAC e 35 transferidos à PGR. De entre os casos registados, 118 foram de fuga à responsabilidade parental, 14 abandono de infante, 12 negligências, 11 violências físicas, cinco de tentativa de abuso sexual, quatro de subtracção de menores e três de abusos sexuais. Registaram-se também casos de trabalho infantil, acusação de feitiçaria e disputa de guarda.

Segundo o relatório do INAC, durante o ano passado, o Departamento de Prevenção e Combate à Delinquência Juvenil dos Serviços de Investigação Criminal no Cuanza Norte registou 40 casos de natureza diversa, como ofensas corporais simples, furtos, roubos, abusos sexuais, homicídios voluntários, falsificação de documento, e posse de estupefacientes.

No Julgado de Menores do Tribunal Provincial do Cuanza Norte, acrescentou José Maria Pereira, foram registados 108 casos de crianças em conflito com a Lei. No domínio de prevenção do tráfico de crianças, segundo o responsável provincial do INAC, foram expedidas 48 declarações para obtenção de

passaporte normal junto do Serviço de Migração e Estrangeiros, solicitadas pelos pais, encarregados de educação ou tutores, dentre as quais 45 declarações de viagens para a deslocação de crianças ao estrangeiro.

José Maria Pereira explicou que, no âmbito do programa referente às actividades do Dia da Criança, assinalado ontem, foram realizadas palestras sobre as causas e consequências da violência contra a criança e a problemática da fuga à paternidade, debates, mesas redondas, distribuição de folhetos ou cartilhas.

Em prol do Dia da Criança, foram agendadas palestras nas escolas sobre os direitos da criança à saúde e educação; actividades recreativas, desportivas e culturais, plano de rua gigante, com corridas de jantes, pneus, sacos, trotinetas, arcos e atletismo.

Estão programadas no Cuanza Norte campanhas de arborização e de limpeza nas escolas, em alusão ao 5 de Junho, Dia Mundial do Ambiente, colóquio sobre o papel da família na prevenção do abuso sexual, a igreja na educação da sociedade para protecção das crianças e visita ao Gabinete Provincial de Apoio à Assembleia Nacional, na cidade de Ndalatando.

### 9.2 Sociedade civil defende criação de painéis de resolução de conflito

*Novo Jornal*

*3 De Junho 2016*

*Texto: David Filipe*

A sociedade CML defende a criação "urgente" de painéis de resolução de conflitos, para pôr cobro a situações que ocorram, durante a fase de pré-campanha e de campanha eleitoral, tendo em vista as eleições de 2017.

Alguns activistas dos direitos humanos contactados pelo Novo Jornal prevêem que a maior parte dos casos de vandalismo e violência poderá acontecer fora dos centros urbanos, onde escasseiam estruturas de controlo e até da autoridade do Estado.

"Apelamos aos partidos políticos em Angola a comprometerem-se publicamente e a respeitarem os direitos humanos durante a pré-campanha e campanha eleitoral", disse ao Novo Jornal o activista dos direitos humanos Ramos Mbuanza.

Segundo ele, "é grave nesta fase começarem a receber relatos de violência política entre partidos rivais", sugerindo a criação de painéis de resolução de conflitos.

Na opinião de um outro activista, João Pedro Massumo os apoiantes dos dois principais partidos (MPLA e UNITA) não podem optar pela violência.

"Sabemos que o MPLA está aflito com a crise económica e a UNITA quer fazer tudo para vencer as próximas eleições. Tudo tem que acontecer com calma", aconselhou.

Relativamente à situação, o líder da UNITA, Isaías Samakuva, anunciou que vai apresentar um protesto ao Presidente José Eduardo dos Santos, sobre o incidente envolvendo deputados do partido na província de Benguela e que terminou com três mortos.

Na declaração, a UNITA sublinhou que incidentes como o ocorrido, recentemente, na província de Benguela, com militantes daquele partido, "devem ser condenados".

"Vamos dizer ao senhor Presidente que compete a ele a responsabilidade de criar condições de segurança a todos os cidadãos. Ele é o chefe do Executivo, portanto a responsabilidade é dele se isso acontece várias vezes", concluiu.

O ministro do Interior de Angola, Ângelo Veiga Tavares, exortou os partidos políticos a dirigirem mensagens com responsabilidade e prudência, numa altura em que se aproxima o processo de pré-campanha eleitoral.

O governante angolano sublinhou que "uma postura menos adequada e uma pequena rixa podem descambar para situações que depois podem criar dificuldades aos órgãos a quem compete garantir a segurança de todos".

"Vai arrancar, nos próximos dias, registo eleitoral oficioso e há toda a necessidade de garantirmos o acto como tal, a segurança dos meios e dos brigadistas que irão participar neste processo", frisou Ângelo Veiga Tavares, citado pela agência noticiosa angolana.

### 9.3 A violência doméstica

*Jornal A República*  
*3 De Junho de 2016*

A violência doméstica abarca comportamentos utilizados por uma das partes de num relacionamento, sobretudo para controlar a outra.

Violência emocional: qualquer comportamento do (a) companheiro (a) que visa fazer o outro sentir medo ou ainda sentir-se inútil. Usualmente inclui

comportamentos como: ameaças aos filhos; magoar os animais de estimação; humilhar o outro na presença de amigos, familiares, entre outros.

Violência social: qualquer comportamento que intente controlar a vida social do (a) companheiro (a), como por exemplo, impedir que este (a) visite um familiar ou um amigo, controlar as chamadas e as e mensagens do (a) parceiro (a), trancar o outro em casa.

Violência física: qualquer forma de violência física que um (a) agressor (a) inflige ao (a) companheiro (a). Pode traduzir-se em comportamentos como: esmurrar, pontapear, estrangular, queimar, impedir que o (a) companheiro (a) obtenha medicação ou tratamentos.

Violência sexual: qualquer comportamento em que o (a) companheiro (a) force o outro a protagonizar actos sexuais que não deseja.

Violência financeira: qualquer comportamento que intente controlar o dinheiro do (a) companheiro (a) sem que este o queira.

## 9.4 Detido falso regulador de trânsito no km 9 em Viana

*3 De Junho de 2016*

*Texto: André Mussamo*

A detenção de um falso agente regulador de trânsito é uma das mais comentadas e partilhadas durante a semana em Angola.

Trata-se do cidadão nacional que diz chamar-se Wilson da Silva clemente, de 36 anos de residente no bairro Zango que passava-se pela falsa qualidade de membro da Polícia Nacional e que habitualmente fazia as suas falcaturas na zona do km 9 Viana. O falso agente, que habitualmente apresentava-se fardado e com passadores de agente de primeira, fazia-se transportar em uma falsa motorizada de dinheiro a pacto cidadãos preferencialmente na paragem de táxi do Km 9 em Viana" contou uma fonte policial. O falso agente de autoridade foi detido em flagrante delito por uma patrulha da Polícia Nacional que montara uma operação específica depois de receber denúncias de cidadãos.

Segundo a mesma fonte, os cidadãos na zona queixavam -se de um "arrogante agente regulador de trânsito que não queria saber dos documentos dos veículos ou condutores senão apenas a sua habitual

gasosa". O falso polícia implicava de preferência com taxistas de motorizadas de 3 rodas e vendedores.

O suposto marginal terá confessado a sua falsa qualidade e terá contado que a farda policial e a arma as tinham furtado de um parente. Não foi possível apurar quais eram as características da motorizada que usava e se possuía os distintivos da corporação.

## 9.6 Polícia registou 74 crimes nas últimas 24 horas

*Jornal O PAÍS*

*3 De Junho de 2016*

Durante as últimas 24 horas que se completaram nesta Quinta-feira, 2) a Polícia Nacional registou 74 crimes, dos quais 50 foram esclarecidos com 64 detidos.

O maior índice de crime ocorreu nas províncias de Luanda com 15, Benguela e Cuanza Norte com 8 casos, Huambo e Cunene com 6 casos cada. Dos crimes registados, 5 foram praticados com recursos armas de fogo, sendo 1 homicídio frustrado e 4 roubos, 3 na via pública e 2 em residências, ocorridos nas províncias de Luanda, e Cabinda. No mesmo período, registaram-se ainda 17 acidentes de viação no país, tendo como consequências 4 mortes, 11 feridos e danos materiais avaliados em Akz. 464.000,00.

A província com maior taxa de sinistralidade foi o Cuanza Sul com 3 acidentes de viação. Sobre a segurança nacional, importa referir que registaram-se violações de fronteira, nas províncias da Lunda Norte, Cabinda, Moxico, Uíge e Zaire, o que culminou com a detenção de 10 cidadãos da RDC.

## 9.7 Cidadão assassinado com um tiro na cabeça

*Jornal O Crime*

*4 De Junho de 2016*

*Texto: Costa Kilunda*

O crime ocorreu por volta das 20 h45 de quarta-feira, dia 25 do mês transacto, no bairro Fofoca, quando um grupo composto por quatro marginais, que se fazia transportar em duas motorizadas e imbuído de armas de fogo de tipo AKM, invadiram um estabelecimento comercial, vulgo cantina. No estabelecimento, beneficiando-se de tais armamentos,

renderam os proprietários e levaram consigo vários telemóveis e uma quantia em dinheiro imprecisa.

Para a consumação do acto criminoso naquele dia, os meliantes, com o objectivo de lucro fácil, ao percurso assaltavam todos aqueles com quem se deparavam. Foi aí que Sebastião Kingongo, ou simplesmente "Chano" como também era tratado o malogrado pelos mais próximos, aparece na cena criminoso.

O infeliz, que acabava de chegar em casa após uma partida de futebol e com ligeira dor de cabeça, resolveu ir a uma farmácia comprar medicamentos para pôr fim às referidas dores. Porém, se bem pensou mal fez, porque, exactamente naquele instante, o local estava sob domínio dos malfeitores que, através da acção armada, criaram um alvoroço à multidão ali presente.

A mãe do malogrado, Gongga Manuel Jacinto, explica que ao chegar na supracitada farmácia, Sebastião deparou-se com uma "nuvem de pessoas que, desesperadamente, corria sob pena de perder suas vidas. Para sua infelicidade, ao afastar-se daquela multidão para retomar a direcção à casa, seu filho é atingido mortalmente por uma bala na cabeça. Em consequência, sucumbiu no local.

Questionada se os tiros foram disparados exactamente com o objectivo de dispersar aquela multidão ou para atingir mortalmente ao seu descendente, a lesada respondeu "Não. Ele disparou mesmo para matar! Acredito que são pessoas do bairro, porque, segundo os amigos do meu filho, só tem de ser pessoas que conhecem a zona, porque a rua detrás tem muita areia, o que dificulta o acesso de motorizadas. Quando se avistaram com meu filho, então dispararam!", denunciou.

## 9.8 Assaltos a residências deixam moradores aterrorizados

*Jornal O Crime*

*18 De Junho de 2016*

*Texto: Walter Rafael*

Considerada como uma área conflituosa, o bairro Campismo é conhecido como um covil de todos os tipos de criminosos, o facto é facilmente observado durante o dia. Andar por aquelas "bandas" carece de atenção redobrada e da protecção de Deus, pois, em cada esquina, há um grupo de jovens a beber, fumar ou simplesmente a observar a movimentação de quem por aí "dá a cara". A falta de iluminação e de patrulhamento policial constante na

zona aumenta, significativamente, o sucesso dos assaltos.

A situação encarada como desesperadora convida muitos moradores da zona a evitar circular no período noturno e nunca pegarem sono profundo, porque a qualquer altura podem ser vítimas. Alguns classificam a situação como uma autêntica selvajaria, tendo em conta as denúncias de que a Polícia nada faz para contrapor o ímpeto dos marginais.

Conforme explicaram os moradores, os abusos sexuais constituem outra situação associada aos assaltos em residências. As vítimas, sobretudo jovens raparigas, que são encontradas nas residências, clamam por uma intervenção urgente das autoridades por aquelas zonas. Os becos servem, ao longo do dia, como locais preferenciais dos meliantes, onde normalmente assaltam de forma violenta.

Uma das moradoras do mesmo bairro, Tukade Rosa Ncossy; falou que durante os três assaltos de que foi vítima, os meliantes levaram o seu plasma, decodificadores, panos e vestidos do seu ateliê de costura. Na sua residência, os ladrões levaram a botija de gás e algumas galinhas de seu pai.

"A situação, aqui no bairro, está muito má: a partir da meia-noite, zero horas, ninguém mais consegue dormir com medo de ser assaltado. Temos de estar sempre em alerta e, qualquer barulho que escutarmos, temos que nos espantar e gritar para ver se eles fogem", referiu.

Segundo os moradores, o policiamento de proximidade no bairro, quase não se vê. A moradora, Joana Pedro, falou ao Jornal que em menos de três semanas foi alvo de um assalto, em que os meliantes levaram o gerador que estava ligado no quintal. Acrescenta que eram por volta das 2 horas da madrugada, quando sua família sentiu um estrondo forte no quintal. Assustada, avisou ao marido que estavam a ser vítima de um assalto, e com receio, o marido preferiu não abrir a porta.

Os jovens com idades compreendidas entre 14 e 25 anos, abriram o portão de sua casa, desligaram o gerador e, com ajuda de um carrinho de mão, levaram-no. Já na manhã do mesmo dia, o marido de Joana Pedro contactou alguns vizinhos e amigos da área colocando-os em alerta sobre o assalto de que foi vítima.

Três dias depois, o gerador apareceu na casa de um vizinho do bairro que pretendia comprar o mesmo. "As pessoas com quem o meu marido falou avisaram ao vizinho que o gerador que estava para comprar é roubado. Quando nos apercebemos onde se

encontrava o gerador, acabamos também por descobrir que um dos envolvidos no assalto era um adolescente, chamado Mabiná, que é irmão do nosso vizinho".

Neste caso, apenas foi detido preventivamente durante dois dias, o irmão mais velho de Mabiná, que actualmente já se está em liberdade. Quanto ao adolescente, o mesmo continua a impor o pânico na área, pois não sofreu qualquer consequência pelo facto de ser comparsa num assalto.

'O Crime' soube ainda que os assaltos que acontecem no bairro Campismo, especialmente em residências e na via pública, são realizados por jovens e adolescentes, residentes da mesma área. "A situação é preocupante, quando os jovens roubam na zona, fogem durante algum tempo e, quando voltam, continuam com a acção. Já participamos, já foram detidos pela Polícia, mas depois de alguns dias são vistos novamente a andar pelo bairro", referiu Joana Pedro.

Os moradores aproveitaram apelar ao Comando de Divisão do Distrito do Sambizanga, para o reforço do patrulhamento noturno, a fim de contrapor os constantes casos de roubos e assaltos à residência que se têm verificado.

Durante o périplo, ficou-se ainda a saber da grande situação por que passam os proprietários de cantinas no referido bairro, principalmente, no período noturno, hora que os amigos do alheio impõem o terror na zona.

Já uma vez contactado pela nossa reportagem, Mohamed, proprietário de um estabelecimento comercial na zona, falou que os assaltos continuam e cada vez mais agressivos, "os meliantes levam tudo, quase não deixam nada, a Polícia só aparece depois de tudo estar feito e nunca nos apresentam os ladrões", disse.

"Continuamos a ser os alvos preferenciais dos meliantes, é um grande sofrimento, pedimos à Polícia que apanhe estes bandidos e os coloquem na cadeia", apela.

Para os moradores da zona, a Polícia deve reforçar os patrulhamentos no período da madrugada, pois é durante este momento que os meliantes aproveitam agir. O Jornal constatou que o bairro não possui um sistema fiável de iluminação pública, situação que facilita a actuação dos meliantes.

## 8.9 Gangs implantam terror no Bairro da paz em Luanda

*Jornal O PAIS*

*24 De Junho de 2016*

*Texto: Maria Teixeira*

O bairro da Paz, pertencente ao distrito da Samba {Gamek a direi- ta), faz fronteira com o bairro Huambo (Rocha Pinto), que é distrito da Maianga. Os dois bairros estão divididos por uma gigantesca vala. Tanto a primeira zona, quanto a segunda estão tomadas pela criminalidade, ao se diz por causa da vala.

Luzia de Almeida, de 69 anos de idade, moradora na zona há mais de 20 anos, disse que quando ela e a família se mudaram para o bairro "era um lugar calmo, sem lixo, sem razões para muitas preocupações com a delinquência, porque na altura era uma área pouco habitada, alias, contava-se o número de casas". Agora, os moradores, a partir das 18 horas, ficam com receio de andar pelo bairro porque as ruas são poucas iluminadas facilitam a vida aos seus bandidos. O perigo é tanto que os taxistas se recusam a prestar serviço na zona ao anoitecer.

"Trabalho por conta próprio, ainda não tenho transporte pessoal, se chegar às 20h30 e quiser pegar um táxi que me deixa em casa fico na paragem mais de uma ou duas horas, na esperança que alguém de boa-fé me leve até a minha residência. Serviço de táxi, ninguém aceita, mesmo com um valor acima dos dois mil kwanzas", declarou. Luzia de Almeida, mais conhecida como "avó Luzia", explicou também que a vala é realmente enorme, e os bandidos se aproveitam disso para poderem fugir sem serem vistos. "Havia épocas que nem dormíamos, eles assaltavam as casas, ameaçavam e ainda violavam e metiam as pessoas dentro do tanque de água para morrerem afogadas, mas agora diminuiu", contou.

A anciã acrescenta que a vala está a aumentar cada ano que passa e muitas residências desapareceram devido às fortes chuvas que se abateram sob Luanda, mas ainda assim, continua vivendo ao lado da mesma, por ser casa própria.

Luzia de Almeida fez saber que o seu filho também foi vítima desses bandidos, quando decidiu sair às cinco da manhã para trabalhar e deparou-se com um grupo de jovens que fumavam mesmo próximo da vala, numa residência abandonada e lhe receberam

tudo até o único dinheiro que tinha para o táxi.

"Queremos acabar com a delinquência no bairro, mas sem o apoio, da nossa Polícia nunca vamos conseguir", disse Luzia de Almeida. Pelo que alguns moradores nos fizeram constar, o bairro era calmo e não se ouvia falar em assaltos a mão armada. Mas desde o ano de 2002, segundo António Alberto de 30 anos de idade, data em que o bairro começou a crescer as coisas tomaram um péssimo rumo.

## 8.10 Onda de assaltos com proporções alarmantes no Cazenga

*Jornal A República*

*24 De Junho de 2016*

*Texto: Mafuta Malanda*

Os dias que correm não têm sido fáceis para os moradores do bairro da Mabor, município do Cazenga. À semelhança do que acontece um pouco por todos os arredores da província de Luanda, no bairro da Mabor os assaltos à mão armada atingiram contornos incontroláveis nos últimos tempos. Todos os dias são assaltadas em média cinco residências. Geralmente o grupo de assaltantes é composto de oito a doze elementos que se fazem acompanhar de armas de fogo, viatura de marca Toyota Hiace (vulgo "quadrado") ou então as famosas "kupapatas" São várias as técnicas usadas por eles para terem acesso ao interior das residências, desde arrombar as portas e as janelas, ou com auxílio do ácido sulfúrico abrem um orifício na parede, bem como em alguns casos entram pelo tecto. Uma vez no interior da residência, os meliantes exigem das famílias somas avultadas em dinheiro, obrigam a que as vítimas carreguem para a viatura os electrodomésticos, telemóveis, roupas e outros haveres que os interessam. Em alguns casos torturam e violam, sobretudo, adolescentes e jovens.

Existem zonas naquele bairro que a partir das 18 horas não se circula, os moradores assim como os proprietários das cantinas e outros estabelecimentos são obrigados a fechar as portas sob pena de os amigos do crime aproveitarem-se e fazerem das suas.

Muitos assaltos que ocorrem ali acabam fazendo vítimas mortais. Só no primeiro semestre de 2016 cerca de dez pessoas perderam as vidas durante os assaltos, entre os quais dois agentes da polícia.

O caso mais recente ocorreu na semana passada, quando um grupo de meliantes assaltou uma residência na zona da Seur Madó, após apoderarem-se dos bens da família, um deles disparou indiscriminadamente contra o proprietário da residência, tendo atingido o seu abdómen, socorrido e levado ao Hospital Militar não resistiu e veio a falecer horas mais tarde.

Os moradores questionam a passividade das autoridades diante da situação de terror que os meliantes instalaram no bairro. "Não compreendemos que as autoridades tenham conhecimento do que se passa aqui no bairro e não fazem absolutamente nada. Os meliantes quando entram no bairro ficam duas a três horas a criar terror no bairro, mas a polícia não aparece", disse à nossa equipa de reportagem um morador que preferiu o anonimato.

Apesar da Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) encontrar-se no bairro da Mabor, o mesmo depara-se com problemas graves de electricidade, facto que poderá estar na base da crescente onda de assaltos. Face ao elevado índice de assaltos, são muitos os moradores que abandonaram as suas residências e os preços para as casas de rendas baixaram consideravelmente, ainda assim muitas delas sem inquilinos.

Os moradores que ainda continuam ali lançam um grito de socorro às autoridades para que usem todos os mecanismos possíveis para se estancar a onda de assaltos no bairro.

## **8.11 Os gatunos que estavam só no bairro Huambo tomaram de assalto as casas do bairro da Paz**

*Jornal OP AIS*

*24 De Junho de 2016*

Os gatunos que estavam só no bairro Huambo tomaram de assalto também as casas do bairro da Paz e, hoje, todos os dias, fazem vítimas. António Alberto foi uma das vítimas recentemente, quando saído serviço. Conta que decidiu atravessar a vala para chegar à sua residência quando "fui interpelado por três meninos aparentemente com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos que me receberam os documentos e o telefone e depois me mandaram ir sem olhar atrás".

António está convencido de que os gatunos saem do outro lado do bairro, se bem que têm comparsas

residentes no bairro. Para ele, "a Polícia não tem agido a 100% e o local onde se encontra a esquadra não facilita muito, por isso, queremos a colocação de uma esquadra móvel próximo à vala que divide os bairros".

Entende que a Polícia de certa forma tem receios de andar por aí, dada a fama que o bairro tem. "Há energia eléctrica nas casas, mas não existe iluminação pública suficiente, o que, de certa forma, facilita a acção dos meliantes no período nocturno", afirmou o morador.

António Alberto disse que, pelo facto de não existir uma esquadra móvel no bairro, muitas vezes os bandidos praticam as suas acções maléficas a seu bel prazer. A situação atingiu tal extremo que a população já foi movida a fazer patrulha por conta e risco próprio.

"É um favor que faziam, enquanto a polícia não aparecia. É triste, os assaltos aqui acontecem a qualquer hora e os 'ma-madous' nesse momento são os que mais sofrem no bairro", lamentou António Alberto.

Luzia teve que mandar o seu neto à província do Huambo, para a casa de uma das suas filhas, porque muitas vezes os bandidos daquela zona mandavam as crianças roubar caixas de fósforos para fumarem e também davam aos pequenos para provarem. "O meu neto tem apenas 9 anos de idade e já foi vítima desses delinquentes que o obrigaram a fumar com eles", contou. Segundo as mesmas fontes, os que mais sofrem nesse momento são os motoqueiros que não conseguem entrar no interior do bairro porque lhes são recebidos o dinheiro e as motorizadas". A vala que começa na estrada do RES, Avenida 21 de Janeiro e desemboca na Praia Amélia, Samba, para além de servir de refúgio para delinquentes, serve também para guardar as armas e praticar violações sexuais", denunciam os moradores.

## **8.12 Delinquentes aterrorizam moradores com ameaças de violação e morte**

*Jornal O Crime*

*25 de Junho de 2016*

*Texto: Walter Rafael*

Em modo de retaliação ao sucedido, os ou tros integrantes do grupo prometeram levar a cabo vários assaltos em residências, violar e matar. A situação, que causou um alvoroço no seio da comunidade, tendo em conta o histórico do grupo, obrigou a

comunidade a informar à Polícia que até ao momento ainda não desarticulou o grupo que continua a causar o caos a nível dos dois bairros.

Segundo constatou o jornal, depois da ameaça feita pelo grupo, constituído por 15 jovens, a segurança do estabelecimento comercial Blessing Uniforme, que se encontrava em serviço, foi assassinado na sua guarita e a arma de fogo do tipo AKM, que era seu instrumento de trabalho, foi levada pelos algozes.

O responsável do estabelecimento, Alfredo Rodrigues, falou que os meliantes não tinham como plano saquear o estabelecimento, pois não tentaram sequer arrombar a porta, mas tinham como intenção clara matar e retirar a arma em posse do segurança.

Alfredo Rodrigues disse que a situação foi desesperadora, pois assustaram com uma grande multidão na porta do estabelecimento na manhã de 12 de Maio. "Foi terrível, tivemos aqui os órgãos de comunicação e informamos a situação que nós, os comerciantes desta zona, estamos a passar, e até ao momento nada foi feito pela Polícia", referiu.

Devido à situação, o responsável preferiu abandonar o estabelecimento e ir à procura de outra zona que, ao menos, possa oferecer melhores condições de segurança, comparando com a situação que hoje se vive nos dois bairros, Simione e Soba Capaça. A mesma fonte referiu ainda que os jovens que cometeram o assassinato do guarda, na madrugada do dia 12 de Maio, até ao momento se encontram em liberdade e a cometerem outros crimes.

Assassinatos, violações, assaltos em residências e vias públicas com recurso à arma de fogo são alguns dos crimes predominantes, perpetrados pelo grupo liderado por "Toy" a nível dos bairros citados.

No dia 24 de Maio, o grupo voltou a atacar, por volta das 14 horas, quando o guarda da empresa Chike Chabane, virado ao comércio de gás de cozinha, foi rendido e morto no seu local de trabalho. Segundo a fonte, novamente os meliantes apenas levaram a arma do tipo AKM.

Depoimentos de alguns moradores apontam que os jovens roubam botijas de gás, aparelhos de som, televisores, telemóveis, bijutarias e dinheiro. Em alguns casos, quando as suas intenções não são correspondidas, os jovens acabam por matar. Para os populares, este ambiente de insegurança nunca se viveu tão intenso naquelas áreas, sobretudo com acentuado envolvimento de menores de idade.

**RUAS G E H, AREAS DE CONCENTRAÇÃO DO GRUPO DE "TOY"**

O relógio marcava 8h45 minutos, quando a equipa de reportagem deste jornal começou a andar pelas ruelas dos bairros Simione e Soba Capaça. O cenário matinal de sábado era notável: alguns a varrerem a rua e outros a montarem as bancadas à frente das portas de casa.

Tudo parece tranquilo e que nada ocorre na zona, até que fomos informados para ter cuidado e que não déssemos nas vistas, porque os jovens residem mesmo na zona. Acompanho pela fonte, conseguimos conhecer uma das residências, pintada de cor branca, utilizada pelo grupo, localizada na rua H.

Segundo informações, a mesma se encontra abandonada há um tempo considerável e os jovens utilizam-na como refúgio, servindo de local para o consumo de drogas e esconderijo dos meios roubados, durante os assaltos em residência e roubos na via pública.

Devido à agressividade dos jovens, os moradores são obrigados a ficarem calados por medo de represálias. Em alguns casos, o grupo chega mesmo a se dirigir à residência de quem faz a denúncia para tirar satisfação e se vingar.

Ainda durante o périplo, a equipa chegou até à rua G, onde acabou por descobrir a residência da dona "Teté", frequentada pelos jovens para o consumo de bebidas alcoólicas. Um facto que demonstra a convivência entre os bandidos e alguns moradores. Segundo a fonte, os jovens são conhecidos no bairro como sendo perigosos, "não sei se existe convivência, mas é necessário que a Polícia actue com seriedade e rapidez", sublinhou a fonte.

O grupo está ligado também ao roubo que aconteceu a um Ciber Café, situado a escassos metros da rua G, onde foram levados todos os computadores do estabelecimento.

A existência de muitas residências inabitadas é uma das grandes preocupações levantadas pelos moradores que residem nos bairros que vimos citar, pelo facto de as mesmas estarem a servir como covil de elementos que atentam contra a paz, a tranquilidade e a segurança pública.

O jornal apurou ainda que é do conhecimento da Polícia local as práticas do grupo, como o caso de crimes de homicídios, violações e assaltos à mão armada. Os 15 integrantes ainda são identificados, pelos moradores, como elementos envolvidos em venda e consumo de droga, facto que é habitue a nível daquelas zonas.

Ainda na nossa marcha, foi possível descobrir que os jovens fazem o consumo de drogas como a liamba e o crack, em casas abandonadas e acabam por albergar também outros marginais que saem de outras áreas. Apurou-se que os jovens têm como ponto de concentração as duas barbearias existentes na rua principal do bairro Simione, local em que é impossível andar no período nocturno.

#### CONSUMO E VENDA DE DROGAS: UMA ACTIVIDADE FREQUENTE

Associada à situação criminal, nos bairros Simione e Soba Capaça, está a venda de drogas que é feita por jovens angolanos e estrangeiros congolezes, praticada, quer à luz do dia ou não, e de forma simulada. O facto dá origem à insegurança a nível dos bairros citados e outros, pois os consumidores, por insatisfação do vício, recorrem a práticas de assaltos e roubos à mão armada em residências e via pública.

Segundo apurou o jornal, as drogas mais vendidas na zona são a cannabis, vulgo liamba, e a libamga. Os preços variam entre 500 e 1000 kwanzas para a libamga e, 100 e 300 para a liamba. Actualmente, a droga é comercializada de forma normal, sem muitos receios da intervenção policial, uma situação que retira a tranquilidade e a segurança do pacato cidadão que, em determinado momento, é assassinado por sair de casa rumo ao seu local de trabalho.

Associada à droga está também consumo de bebidas alcoólicas a nível dos bairros, que culmina quase sempre com assaltos a estabelecimentos comerciais na zona.

Hamedi, proprietário de um estabelecimento, ouvido pela reportagem, informou que os assaltos acontecem diariamente e que os ladrões, para além de levarem dinheiro, também carregam a mercadoria. "Não conseguimos fazer o nosso trabalho em paz, ficamos sem saber o que fazer, pois, sem dinheiro e mercadoria, somos a contrair dívida a um irmão, se aceitar ajudar", sublinhou.

Para os moradores, o fraco policiamento tem contribuído para o aumento da criminalidade a nível dos bairros Simione, Soba Capaça e outros do distrito do Kilamba Kiayi, pelo que apelam a intervenção deste órgão a fim de verem resolvida a situação.

### 9.13 Por ciúmes cidadão Assassina Esposa a Tiros

*Jornal o Crime*

*25 de Junho de 2016*

*Texto: Norberto Paulo*

A triste história aconteceu no passado dia 12 de Junho, por volta das 9 horas, no bairro Sapu, numa tura que a malograda foi surpreendida pelos gritos do então marido Walter Júnior, pedindo justificações pelo facto desta não ter dormido em casa no dia anterior.

Espantada pelas constantes reclamações e gritarias do marido, Ana Pinto resolveu retirar-se do local onde se encontrava e rapidamente dirigiu-se à sua casa, tendo Walter Júnior a seguido até reacender uma briga "feia". Passados alguns minutos, o mesmo resolveu sair à rua e sentar sob o passeio, supostamente reflectindo o que fazer.

Quando toda a vizinhança pensava que aquela atitude do agora assassino era uma forma de evitar o pior enganaram-se, porque domado pelo ciúme doentio Walter voltou a entrar em casa e sem dó nem piedade efectuou três disparos na cabeça da sua esposa, Ana Pinto, que teve morte imediata.

De acordo com Adriana Pinto Francisco, filha da malograda, o então padrasto sempre teve atitudes reprováveis com a sua mãe, principalmente quando chegava embriagado. Conta que a sua mãe já sofreu várias tentativas de homicídios por parte de Walter Júnior.

"Quando ele chegava bêbado, ofendia minha mãe. Houve uma vez que ele tentou matar eu e minha mãe com gasolina. Primeiro tirou os três filhos que ele teve com a minha mãe e, depois, trancou a porta por fora, tirou o meu telefone para não conseguir pedir socorro e começou a colocar gasolina em volta da casa. A intenção era queimar-nos, mas Deus é grande e minha mãe conseguiu acordar e evitou o pior", recordou Adriana Pinto.

Contou ainda Adriana Pinto que a tentativa frustrada em atear fogo na casa com a esposa e a enteada dentro não foi o único "ensaio" do padrasto em tirar a vida da esposa com quem viveu durante doze anos. E, pior é que Rosa, a vítima, nunca apresentou queixa à Polícia contra o marido.



"Ele já ameaçou enforçar-se a nossa frente caso a minha mãe terminasse com a relação. Um dia chegou mesmo a colocar a corda e disse que iria matar minha mãe e depois matava-se, e assim não ficaria ninguém para contar a história. Já ameaçou, várias vezes, matar minha mãe. O mais engraçado é que quando ele dizia que queria se matar, só queria mesmo matar-se à nossa frente e nunca na nossa ausência", desabafou a filha da malograda.

## QUANDO O CIÚME CEGA A RAZÃO

Visivelmente abalada ao lembrar que jamais voltará a ter aquela sua mãe, amiga e que sempre

a acompanhava em todos os momentos da sua vida, Adriana Pinto contou à nossa reportagem que Ana Pinto trabalhava em uma residência como empregada doméstica e só voltava à casa aos sábados, sendo as quartas-feiras o seu dia de folga. Entretanto, naquela quarta-feira, que era o seu dia de folga, Ana Pinto não regressou à casa, acabando por regressar apenas no sábado, um dia antes de ser assassinada. Facto que acabou por enfurecer o marido.

Conta a nossa interlocutora que mostrando preocupação ou desagrado com ausência da esposa em casa no seu dia de repouso, Walter (furioso) dirigiu-se até a igreja para tirar satisfações com a pessoa que tinha arranjado o emprego para a sua esposa. "Ele, além de ciumento, era também gatuno, porque tirava quase tudo em casa e ia vender. Chegou de vender a botija, tirava os nossos telefones, e quando perguntavam se era ele negava", denunciou Adriana Pinto.

Atendendo as inúmeras tentativas que vinha a sofrer pelas mãos do marido, Ana Pinto equacionava separar-se de Walter Júnior, algo que acabou por não acontecer, pois Walter, ao que parece, jogou na antecipação. O mesmo, depois de matar a mulher, ciente do que fez, dirigiu-se até a esquadra mais próxima da Polícia Nacional e entregou-se voluntariamente.

# 19 AMBIENTE

## 10.1 Centenas De Árvores Diversas Foram Plantadas No Cunene

*Jornal de Angola*

*05 De Junho de 2016*

*Texto: Dionísio David*

Mais de 100 árvores foram plantadas, na sexta-feira, no bairro Ona-humba, na cidade de Ondjiva, no âmbito das comemorações do Dia Mundial do Ambiente, a assinalar-se amanhã, informou o director provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal.

Abel Alcino Jamba, que orientou acto, sublinhou que o 5 de Junho foi consagrado pelas Nações Unidas em 1972, em Estocolmo, Suécia, como Dia Mundial do Ambiente, com objectivo de chamar a atenção e alertar as sociedades e as nações para a importância da conservação do meio ambiente.

Abel Alcino Jamba disse que o plano de arborização para saudar a data é uma iniciativa do Instituto de Desenvolvimento Florestal, em parceria com a Escola de Formação de Professores "Doutor António Agostinho Neto" e da Administração Municipal do Cuanhama.

A campanha de plantação de árvores contou com a presença de representantes de instituições estatais, bem como professores e alunos de escolas de Ondjiva.

Abel Alcino Jamba avançou que, a par da plantação de árvores, realizou-se uma campanha de limpeza e embelezamento à área que circunda a escola 8 de Janeiro, com o intuito de lhe conferir uma melhor imagem.

Do programa para saudar o Dia Mundial do Ambiente constou a realização de uma palestra, na escola 8 de Janeiro, com o tema "a venda ilegal de produtos derivados da fauna e da flora e as medidas educativas e sancionatórias aos infractores", que contou com a participação de alunos, professores e comunidades dos arredores da referida escola.

Campanhas de sensibilização Abel Alcino Jamba disse que Instituto de Desenvolvimento Florestal tem realizado campanhas de sensibilização nas comunidades urbanas e rurais no sentido de ajudar a diminuir o abate indiscriminado de árvores e animais selvagens.

Os municípios do Cuanhama e Cuvelai, acrescentou, continuam a ser os que mais casos de abate indiscriminado de animais selvagens registam, apesar do empenho das autoridades administrativas e tradicionais na educação das populações em relação à defesa do meio ambiente.

Abel Alcino Jamba informou que Instituto de Desenvolvimento Florestal, em coordenação com parceiros sociais, prevê plantar, até ao final do ano, mais árvores nas cidades e vilas da província, pelo que foram criadas condições e reservadas mais de 20 mil plantas, nos viveiros existentes no Cunene.

A directora da Escola 8 de Janeiro, Angelina Justina, agradeceu a iniciativa do Instituto de Desenvolvimento Florestal, e garantiu que tudo está a ser feito para o crescimento e conservação das árvores plantadas.

## 10.2 Legislação para Ambiente

*Jornal de Angola*

*05 De Junho de 2016*

*Texto: Adelina Inácio*

Angola possui uma legislação moderna que regula as questões ambientais, o que confirma o comprometimento do país para com o Ambiente. O trabalho começou com a aprovação, pela Assembleia Nacional, em 1998, da Lei de Bases do Ambiente, que abriu caminho para uma legislação ambiental inovadora.

Entre os documentos, vale destacar a Política Nacional da Floresta e Fauna Selvagem, o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação, a Lei de Terras, a Lei das Associações de Defesa do Ambiente, a Lei sobre a Criminalização das Infracções Subjacentes ao Branqueamento de Capitais e a-Estratégia e Plano Nacional da Biodiversidade e a Resolução que aprova a Política Nacional de Florestas, Fauna Selvagem e Áreas de Conservação.

Ao aprovar a Política Nacional da Flora e da Fauna Selvagem, o país reconhece o grande potencial natural para a médio e longo prazos desenvolver a sua economia, reduzir a pobreza e garantir a segurança alimentar. Já o Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação vem estabelecer directrizes, instrumentos legais e institucionais para otimizar a formulação e execução de políticas públicas e privadas, com vista a lutar

contra a desertificação e à mitigação dos efeitos de seca, além de promover o desenvolvimento sustentável.

As autoridades pretendem, assim, criar mecanismos institucionais de coordenação, participação e acção entre os distintos sectores sociais, melhorar o conhecimento dos processos de desertificação e da ocorrência de fenómenos de seca, formular e implementar estratégias de controlo da desertificação ao nível local e formular directrizes para a concepção e revisão de políticas e medidas de apoio ao desenvolvimento sustentável das áreas susceptíveis ou afectadas. O trabalho tem como meta a criação de instrumentos de apoio ao desenvolvimento de actividades compatíveis com a preservação, conservação e maneio sustentável de recursos naturais.

Outro foco das autoridades esteve centrada nas convenções e no intercambio com países e organizações internacionais. Nos últimos anos foram aprovadas uma resolução que aprova a adesão de Angola à Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, a Convenção sobre a Conservação das Espécies Migradoras da Fauna Selvagem ou Convenção de Bonn e uma resolução que aprova o Memorando de Entendimento entre Angola e a Namíbia para o estabelecimento da área transfronteiriça de conservação conjunta, entre outras. O presidente da Comissão de Ambiente, Ciência e Tecnologia, Trabalho e Segurança Social da Assembleia nacional, Fernando Heitor, garantiu que o Parlamento angolano presta muita atenção às questões ambientais.

Como exemplo apontou a urgência na aprovação do Pacote Legislativo na área dos Resíduos, urna série de diplomas na qual constam o Estatuto Orgânico da Agência Nacional de Resíduos, o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos, o Regulamento sobre a Gestão de Resíduos Hospitalares e de Serviços de Saúde, os Planos de Acção Provinciais de Gestão de Resíduos Urbanos. Foram ainda aprovados os Planos de Acção Provinciais de Gestão de Resíduos Urbanos, Gestão dos Resíduos de Construção e Demolição, bem como os formulários legais para o registo de empresas que exercem actividade nas áreas de resíduos, tratamento de águas e águas residuais. "Temos propostas legislativas sobre o regulamento do processo de concessão dos serviços de limpeza urbana e recolha de resíduos urbanos, o regulamento sobre o processo de registo e licenciamento das empresas que exercem actividades nas áreas de resíduos, o tratamento de águas e águas residuais e sobre a gestão de embalagens nacional da Agência Nacional", disse Fernando Heitor.

### 10.3 Luta contra desflorestação no município

*Jornal de Angola*  
05 De Junho de 2016  
Texto: José Chaves

As autoridades do município do Andulo estão empenhadas no repovoamento florestal como forma de combater a desflorestação, anunciou ontem o administrador municipal adjunto.

António Capita Chico sublinhou que várias espécies de árvores têm sido plantadas no quadro do programa de repovoamento florestal.

António Capita Chico referiu que cerca de 100 mil árvores de diversas espécies foram plantadas no Andulo nos últimos quatro anos pelo Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF). Entre as espécies plantadas estão eucaliptos, cedros, acácias, pinhos, árvores frutíferas e algumas ornamentais. O Instituto de Desenvolvimento Florestal no Bié realizou também o ensaio de três espécies nativas em via de extinção, como a ombongo, ossesse e omanda.

Uma das causas do desaparecimento de algumas espécies de árvores na província é o abate indiscriminado por produtores de carvão.

O Instituto de Desenvolvimento Florestal na província do Bié se tem preocupado com a formação de fiscais florestais, aos quais são transmitidos conhecimentos que os ajudam a sensibilizar as comunidades sobre a importância de se preservar a natureza.

Andulo faz parte da reserva natural do Luando. Com 70.314 quilómetros quadrados e uma população estimada em mais de dois milhões de habitantes, a província do Bié tem florestas densas favoráveis à prática da caça, principalmente nos municípios de Chitembo, Cuemba, Camacupa e Andulo.

### 10.4 Huambo exporta madeira para os EUA

*Jornal de Angola*  
13 De Junho de 2016

A província do Huambo já exporta madeira transformada para Namíbia e os Estados Unidos, através de duas empresas Industriais que operam na região e prevê, nos próximos anos, expandir as vendas para outros países, afirmou sexta-feira à

Angop o director provincial do Ministério da Indústria, Geologia e Minas.

A "Macro-Service", instalada no município do Ucuma, fornece madeira transformada para uma indústria do sector automóvel dos Estados Unidos e a "Almeidas", de Cachiungo, vende contraplacados para a Namíbia, apontou Simão Esperança.

O delegado provincial indicou que outras duas empresas do sector prevêem exportar tábuas, ripas, películas de protecção, contraplacados, portas e janelas de madeira, mobiliário escolar e de escritório.

Segundo Simão Esperança, a indústria de madeira na província do Huambo regista um notável crescimento, fruto dos projectos de exploração, tratamento, conservação e transformação da madeira. A Direcção da Indústria, Geologia e Minas tem registadas 17 fábricas que funcionam regularmente. Outras funcionam de forma intermitente e não apresentam relatórios.

A província do Huambo está entre as mais ricas do país em termos de recursos florestais, possuindo vários polígonos naturais e artificiais. Pela extensão que ocupam, os mais importantes são os do Sanguengue, com 18 mil hectares, Cuima (17 mil) e o do Mundundu (oito mil hectares de superfície). Nos últimos meses, Angola diversificam as suas exportações para vários mercados. No mês de Maio, a províncias de Benguela e do Bengo exportaram elevadas quantidades de banana para Portugal e para a República Democrática do Congo.

O sector mineiro na província aguarda por investidores nacionais e estrangeiros capazes de desenvolverem acções de prospecção e exploração dos inertes existentes na região. Em declarações à Angop, o chefe do Departamento de Geologia e Minas disse que o desenvolvimento do sector mineiro na região passa, necessariamente, pela atracção de investidores privados.

Amílcar Gomes lembrou que a província tem um manancial de recursos minerais, entre os quais ferro, cobre, ouro, manganês, carbo-natitos, fosfato, materiais diversos para a construção civil, águas minero-medicinais, pedras preciosas e semi-preciosas, incluindo indicadores de kimberlito.

"Precisamos que os investidores, através de projectos de prospecção, confirmem a existência destes minerais para posterior exploração", apelou o responsável. Amílcar Gomes considera que instalação nesta região de projecto do sector mineiro vai gerar empregos, arrecadar receitas para os cofres do Estado e promover a circulação de capitais. Actualmente,

informou o responsável, estão a funcionar na província do Huambo oito empresas de exploração e transformação granito, uma das quais já produz tefactos com esta matéria.

Por dificuldades de venda produtos, Amílcar Cabral Gomes lamentou a paralisação de que empresas e as duas cooperativas tesianais, prevendo que estas possam reabrir.

## 10.5 Vítimas das calemas na Camuxiba dizem-se esquecidas

*Jornal O PAIS*

*22 De Junho de 2016*

*Texto: Alberto Bambi*

Os habitantes da Camuxiba, cujas casas agora se encontram mais à beira do mar, vivem apreensivos, em virtude das calemas que se embatem contra seus lares.

Segundo eles, o fenómeno acontece com mais incidência nos meses de Abril, Maio e Junho, período em que, além das famílias directamente afectadas, não são poucas as que preferem arrendar outras residências no meio do bairro.

Os últimos derrubes de residências aconteceram em Maio último, quando o infortúnio também bateu a porta do pescador Moraes Cassule. "Aqui houve muitas casas caídas, por causa das calemas, até a minha casa, que estava no meio de muitas, hoje é a que fica próxima do mar", relatou Moraes, acrescentando que teve de juntar parte dos escombros para erguer uma barreira defronte à habitação para desviar a água do mar.

O morador informou que o bairro da Camuxiba, principalmente os sectores mais afectados pelas calemas, como os casos dos H, M, N, P e Q, era visitado pelas autoridades governamentais afectas ao Distrito Urbano da Samba, prometendo reverter o quadro vigente, mas, nada se via de concreto. Por isso, ele e alguns vizinhos, com os quais actualmente partilha a fronteira com o mar, limitam-se a tomar medidas paliativas ao seu alcance, para evitar o eminente derrube das suas casas pelas ondas marinhas.

O PAÍS constatou que, na maior parte das casas que agora se encontram na costa, foram criados alguns corredores internos para que a água entre e saia pelo quintal, minimizando os estragos dos bens móveis. Aliás, por precaução, todos os bens são colocados em

suportes, nomeadamente de madeira, plástico ou ferro, de 50 centímetros no mínimo, acima do nível do solo das residências.

Maria e outros moradores dos sectores costeiros manifestaram o seu descontentamento por estarem a partilhar uma residência com familiares. "Por exemplo, a minha prima teve que me colocar no quarto das crianças, onde durmo com o meu marido e eu não posso pedir a ela para os miúdos passarem a noite na sala", ilustrou a senhora.

Eles, que se sentem mais afectados pela situação, recomendaram à comissão de moradores para pressionar a administração do distrito.

## II MIGRAÇÃO

### II.1 Protecção Imigração clandestino

*Jornal O Crime*

*4 De Junho de 2016*

Tadeu Inácio, 49 anos, disse à nossa reportagem que no Mártires de Kifangondo há muitos estrangeiros ilegais e que, sem sombras de dúvidas, fazem lavagem de dinheiro.

"Todo o mundo sabe que os malianos dedicam-se ao comércio, têm cantinas e tudo mais, mas quem sabe o que está por detrás de tudo isso? Com certeza que há outros negócios obscuros, como o tráfico de drogas e falsificação de dinheiro", para não dizer que eles são autênticos mentores da prostituição.

"É notória a forma como aliciam as jovens com dinheiro", avisou, tendo acrescentado que, às vezes, os Serviços de Migração e Estrangeiros fazem algumas detenções.

"As vezes, levam alguns deles, mas não demoram muito tempo até regressarem. Eles manejam muito dinheiro e entre eles fazem-se cobertura, pelo facto de muitos serem familiares. Têm casas alugadas aqui que servem como «comités de recepção» dos outros. Isto todo o mundo sabe, até a Polícia", denunciou o morador.

A prostituição, segundo alguns moradores, é prática antiga no Mártires e quem a comanda são mulheres congolezas, cujo átrio é a discoteca "Mama Monick".

"Elas ficam aí a partir das 20h, para saírem só no dia seguinte", no entanto, muitas angolanas de baixa renda também frequentam o mesmo local em busca de subsistência.

### II.2 Caça e imigração dominam reunião entre as Polícias

*Jornal Angola*

*8 De Junho de 2016*

A problemática da caça furtiva e da imigração ilegal está a ser discutida desde ontem no Rivungo (Quando Kubango) entre representantes provinciais da Polícia Nacional de Angola e da Polícia da Zâmbia.

O delegado provincial do Ministério do Interior e comandante provincial da Polícia Nacional, comissário Domingos de Andrade, chefia a delegação

angolana no encontro 'que avalia a segurança pública nos dois países. O porta-voz do comando provincial da Polícia Nacional, António Maria, indicou que a agenda de trabalhos também incluiu o aprimoramento das medidas conjuntas para a erradicação dos crimes transfronteiriços e procedimentos migratórios para os dois Estados.

Sem entrar em pormenores, António Maria lembrou que o Estado angolano é soberano e salientando que ao Ministério do Interior é atribuída a responsabilidade de garantir a inviolabilidade das fronteiras nacionais.

A reunião bilateral consta das recomendações da 19ª "Reunião da Comissão Mista Permanente de Defesa e Segurança Angola Zâmbia.

Angola e a Zâmbia integram o projecto Okavango Zambeze, juntamente com o Botswana e o Zimbabwe. O projecto pretende transformar-se numa área de turismo internacional da região austral de África e do mundo.

### II.3 Imigrantes ilegais preocupam autoridades

*Jornal de Angola*

*18 de Junho de 2016*

*Texto: Joaquim Júnior*

A comuna do Uamba, município de Sanza Pombo, província do Uíge, regista com alguma regularidade a presença de estrangeiros em situação ilegal, que atingem a localidade depois de atravessarem a fronteira do Cuango, no Quimbebe, provenientes da vizinha República Democrática do Congo (RDC), denunciou ontem o administrador comunal.

José Pedro disse ao Jornal de Angola que, no ano transacto, foram interpelados 22 cidadãos congolezes que tentavam fixar-se nas localidades de Quimariama e Quifiquide, principais pontos estratégicos da economia rural da comuna onde os imigrantes ilegais buscam produtos agrícolas para comercialização.

"A imigração ilegal começa a constituir-se um problema grave para a comuna. Já interpelámos alguns grupos de pessoas provenientes do país vizinho que entraram a partir dos corredores do Cuango e Icoça, no município de Quimbele, e, através do município de Massango, na província de Malanje, atingem o Uamba, e aqui tentam fixar-se nas localidades de maior produção agrícola da comuna", disse.

Segundo o responsável, a identificação dos imigrantes foi possível com as denúncias de populares, sobretudo das autoridades tradicionais, que desde então são orientados a não alojar pessoas de origem estrangeira sem identificação legal. José Pedro destacou a pronta intervenção dos efectivos da Polícia Nacional que facilitaram as acções de repatriamento dos estrangeiros ilegais.

"A situação é alarmante se tivermos em conta os riscos que o fenómeno representa para a economia do país", afirmou o administrador comunal do Uamba, José Pedro, que defendeu a presença de efectivos da Polícia de Guarda Fronteira e dos Serviços de Migração e Estrangeiros, além da necessidade de aumentar-se o número de agentes da Polícia da Ordem Pública que actuam na localidade, para travar os imigrantes e consolidar a segurança territorial e das populações.

"Precisamos de um reforço em termos de asseguramento para que não tenhamos as áreas invadidas pelos imigrantes ilegais e prevenirmos qualquer indício de desestabilização, porque os focos de desordem muitas vezes podem vir do exterior", frisou.

## 12 EXPLORAÇÃO MINEIRA

### 12.1 Sector mineiro vai ser alternativa ao petróleo

*Jornal de Angola*

*03 De Junho de 2016*

*Texto: João Dias*

O ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, disse ontem, em Luanda, que no médio e longo prazo o sector mineiro vai ser uma alternativa ao petróleo, assumindo um lugar importante na economia nacional em termos de arrecadação de receitas para o OGE com a entrada em operação de novos projectos de produção de diamantes, ouro, ferro, fosfato e rochas ornamentais, entre outros.

O ministro, que falava em conferência de imprensa, no GRECIMA, sublinhou que todo o trabalho que está a ser desenvolvido pelo sector, e os resultados produzidos até agora, conduz a que o domínio da geologia e minas venha, no futuro, a alterar profundamente a base económica do país, com a produção de significativas e novas receitas fiscais.

Francisco Queiroz está optimista quanto a este aspecto, a julgar pelos resultados produzidos pelo PLANAGEO (Plano Nacional de Geologia), já na sua fase final de levantamento aéreo geofísico. Que permitiu radiografar todo o território nacional. Até agora, dos 22 blocos em que o país foi dividido, 18 já foram radiografados. Deste número, oito blocos já foram interpretados, o que corresponde a 30 por cento do território. Com esses dados foram identificadas 973 anomalias (sinal que indica a existência de um mineral).

O ministro explicou que das anomalias identificadas, 191 são prioritárias por terem grande interesse mineiro. No total foram interpretadas 30 por cento das matérias recolhidas pelos aviões, o que significa que o país pode vir a ter no final do PLANAGEO cerca de três mil anomalias e destas, uma base de mineração na ordem de 30 minas de grande dimensão.

O ministro assegurou que a conjuntura financeira do país não vai comprometer o andamento do PLANAGEO, porque o Executivo atribuiu grande importância ao projecto, que é tido como estruturante e com grande impacto na diversificação da economia. "A conjuntura actual tem sempre um impacto, mas já foram encontradas soluções

alternativas. As dificuldades já estão equacionadas por via da transferência para as linhas de financiamento de Estado a Estado", esclareceu. O PLANAGEO custa 405 milhões de dólares ao Estado.

O PLANAGEO tem vários subprogramas, como o da Geologia, Geoquímica, a própria gestão do plano, mapeamento e banco de dados, além do cadastramento de Geociências. Segundo o ministro, o projecto vai entrar agora para a fase da geologia, que consiste na deslocação de equipas ao terreno para colherem amostras nas zonas onde foram identificadas e que vão dar lugar às análises laboratoriais.

O ministro revelou que os laboratórios encontram-se na fase final de construção. O principal é o da cidade do Kilamba, cujas obras estão concluídas em 95 por cento devendo começar a ser equipado em breve. Além do levantamento, construção de laboratórios e produção de mapas, existem outras tarefas fundamentais para que o PLANAGEO produza resultados, como a formação de quadros. Foram formados 245 técnicos e ministradas 145 acções de formação e 30 técnicos de laboratório fazem estágio na China. Além disso, três mil geocientistas angolanos foram cadastrados. O banco de dados para armazenar toda a informação geológica recolhida já está funcional.

#### Produção de diamantes

O ministro da Geologia e Minas disse que o sector prevê aumentar a produção de diamantes, ferro e rochas ornamentais. Quanto às rochas ornamentais, o sector vai aumentar a produção em 2017 na ordem dos 50 por cento, com base na atribuição de licenças a novos operadores.

Em relação aos diamantes, Francisco Queiroz referiu que vai entrar em funcionamento, em 2018, a mina do Luache, localizada na Lunda Sul, que supera o actual projecto de Catoca e que pode duplicar a produção actual de diamantes, que anda à volta dos nove milhões de quilates por ano, ao preço de cerca de mil milhões e 200 mil dólares.

Dentro de cinco anos, prosseguiu" essa produção vai ser duplicada. "E uma mina de grande dimensão. Poderá ser uma das maiores, senão a maior a céu aberto no mundo".

Actualmente os diamantes têm um peso no PIB que anda à volta dos 2,5 por cento e uma participação de 120 milhões de dólares em impostos para o Estado. "Com as descobertas de novas ocorrências de Kimberlitos e a entrada em funcionamento, da mina de Luache, a contribuição do sector vai crescer profundamente", previu.



## Grandes projectos

O ministro falou dos grandes projectos que se encontram em desenvolvimento no país. Em relação ao ferro, o projecto mineiro e siderúrgico de Cassinga, que já funcionou no período colonial e que o Titular do Poder Executivo orientou para ser reaberto dentro de um novo modelo, deve começarem em 2017 e prevê a produção anual de um milhão e 700 mil toneladas de ferro podendo vir a gerar 800 empregos.

O projecto de ferro Gusa, na localidade Cutato, município do Cuchi, no Cuando Cubango, arranca este ano e deve produzir 18 mil toneladas por ano podendo, a partir de 2018, elevar a produção para as 90 mil toneladas. O projecto vai custar 220 milhões de dólares e gerar 3.500 postos de trabalho, pois combina a componente silvícola com a mineira.

O projecto de fosfato na província do Zaire, na localidade do Lukunga, vai absorver 130 milhões de dólares e gerar 300 empregos. A montagem da mina está prevista para 2017 e a produção de fertilizantes para 2018. Em Cabinda, na localidade de Cúcata, está o projecto de fosfato que custa 114 milhões de dólares e deve gerar cerca de 300 empregos. Arranca no próximo ano com a montagem da mina e em 2018 com a produção de fertilizantes. Na província do Cuanza Norte, localidade de Cerca, está outro projecto de ferro orçado, em 290 milhões de dólares, gerando 100 postos de trabalho. Arranca em 2018.

## Investimento privado

No que respeita ao investimento privado no sector, o ministro considerou haver um bom quadro regulatório que é dominado pelo Código Mineiro. Com base nas regras, prosseguiu, o sector organiza-se para captar investimentos. "O nosso foco é estarmos preparados para receber investidores de grande capacidade financeira e técnica e à altura das grandes oportunidades de investimento que estão a ser criadas no país". O ministro sublinhou que o sector privado tem garantias de acesso à actividade mineira sem restrições, explicando que elas ocorrem apenas na exploração dos minérios menos nobres, como as rochas ornamentais e minérios para a construção, que abrangem o sector privado estrangeiro, que só pode entrar com até um terço do capital social da sociedade que faz a respectiva exploração. Dois terços são reservados ao sector privado nacional.

Francisco Queiroz explicou que existe no país um modelo de exploração em que o Estado define a forma de organização e exploração, apropriando-se dos recursos através das concessionárias nacionais (Sonangol nos petróleos, Endiama nos diamantes e a

Ferrangol no ouro). Apesar disso, reconheceu faltar capacidade para a transformação dos recursos naturais minerais que agregue mais-valias. O ministro referiu que todo o trabalho que está a ser feito no sector pretende conduzir à criação dos pólos de desenvolvimento mineiro.

## Porto mineiro

O ministro afirmou ainda que o Porto Mineiro do Namibe vai ser reabilitado. A primeira fase do projecto de Cassiriga vai exigir a reparação do Caminho-de-Ferro de Moçâmedes e do Porto de Sacomar.

Francisco Queiroz disse que o porto vai ser reparado e o Caminho-de-ferro adaptado para transportar minério. Sobre o diferendo entre a Endiama e a Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE), disse que está resolvido. "Foi desgastante, mas foi encontrada uma solução que favorece ambas as partes, o que vai permitir a recuperação de todo o acervo bibliográfico e informação geológica produzida no tempo colonial", disse, referindo que toda a informação vai ser dada e integrada no PLANAGEO.

## 12.2 Exploração de ouro no País é alternativa a diversificação

*Jornal Economia e Finanças*

*3 De junho de 2016*

*Texto: Ismael Botelho*

Exploração do ouro no país pode vir a constituir uma verdadeira fonte de receita para o Estado angolano nos próximos anos, a começar pela província da Huíla, já a partir de 2018, a mina de Cassinga, na qual se espera que a produção gere, anualmente, de 288 milhões de dólares norte-americanos para os cofres do Estado.

Essa garantia foi dada pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, que falava esta semana em conferência de imprensa, realizada pelo Gabinete de Comunicação Institucional e Marketing da Administração (GRECIMA), onde abordou, tal como outros titulares de cargos ministeriais que por lá passaram, as realizações e os desafios do sector que dirige. O ministro centrou a sua abordagem no Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO), que segundo afirma, pode mudar o rumo da economia nacional.

"O sector mineiro pode ser uma alternativa ao petróleo em termos de contribuição de receitas fiscais para o OGE", enfatizou.

## Relevância do sector

De acordo com informações avançadas pelo ministro da Geologia e Minas, além do ouro, a exploração do diamante e do ferro vai dar outra dinâmica à diversificação da economia, com a entrada em funcionamento da mina do Luachi e o funcionamento de novos operadores, o sector dos diamantes poderá ganhar, a curto e médio prazo, uma maior relevância no OGE, que, actualmente, ronda entre um a dois por cento apenas, sendo que estão reservados ao investidor estrangeiro uma participação de um terço do investimento no sector mineiro e os restantes dois terços aos nacionais.

## Utilização interna

Francisco Queiroz lamentou o facto de grande parte dos recursos minerais brutos explorados em África ainda serem exportados e beneficiarem muito pouco o continente, daí que, para os próximos anos, haja a necessidade de utilização destes recursos explorados serem transformados internamente.

"O Planageo está na fase de finalização. Vamos agora entrar no estágio de mineração", disse.

Segundo o ministro, estão em construção três laboratórios de minas no país para estudos, sendo um em Luanda, situado na Centralidade do Kilamba, concluído em 95 por cento, um na província da Huíla e um outro na Lunda Sul.

Com a perspectiva de entrada em funcionamento dessas unidades, formaram-se mais de 245 técnicos, em mais 195 acções e outros 30 concluíram estágio na República Popular da China para integrar o corpo de geocientistas que podem ser aproveitados para esse desafio do sector.

## Estudos realizados

O titular da pasta das Minas revelou que foi criado um banco de dados que concentra toda informação mineira do país e afirma que, actualmente, cerca de oito blocos já foram avaliados em todo território nacional, correspondendo a 30 por cento de estudos feitos, faltando 70 do total de espaço geofísico por explorar. Nesse sentido, foram encontradas 973 anomalias, que caso chaguem às três mil, podem resultar em 30 minas de referência no país.

"O que pode chegar a alterar o custo da economia do nosso país", referiu. Francisco Queiroz acredita que a curto prazo, os diamantes poderão ganhar um papel mais acentuado na economia do país, que actualmente rendem ao Estado 120 milhões de dólares norte-americanos ao ano, através das receitas tributárias, tendo ressaltado a entrada em

funcionamento da mina do Luachi, em 2018, na província da Lunda Sul, bem como a de novos operadores. Disse também que o sector dos diamantes poderá ganhar, a curto e médio prazo, maior relevância, uma vez que será o dobro do que produz Catoca actualmente.

"É um projecto que supera Catoca e que pode contribuir para duplicar a actual produção, que ronda os nove milhões de quilates por ano"; disse.

## Exploração de ferro

O projecto de exploração de ferro gusa na localidade do Cutato, município do Cuchi, província do Cuando Cubango, arranca, de acordo com o ministro da Geologia e Minas, este a no e prevê produzir cerca de 18 mil toneladas de ferro/ano. Ainda na extracção do ferro, o projecto mineiro de Cassinga, na Huíla, vai produzir cerca de mil e 700 toneladas a partir de 2017.

"O projecto do Cuchi está em fase adiantada e a partir de 2018 estará em condições de produzir 90 mil toneladas de ferro. É uma produção considerável", garante.

Existem outros projectos de grande impacto, disse o ministro, nomeadamente nas províncias Cabinda, Uíje, Cuanza Norte, Zaire, Bié, que quando estiverem concluídos vão garantir mais de mil postos de trabalho.

"A identificação das potencialidades para a exploração de recursos minerais está a ser concluída, o que vai permitir um conforto no mapeamento dos recursos existentes e na economia", conclui.

## 1.2.3 Geologia e Minas quer revitalizar rochas ornamentais

*Jornal O PAÍS*

*3 De Junho de 2016*

*Texto: Borges Figueira*

A caracterização, o diagnóstico e as linhas orientadoras para a estratégia e revitalização do subsector das rochas ornamentais, bem como os projectos de exploração das mesmas, constam das recomendações saídas no primeiro encontro metodológico entre o Ministério da Geologia e Minas e os operadores do sector.

Uma nota de imprensa a que o jornal OPAÍS teve acesso esta quinta-feira, indica as medidas a implementar no sentido de incentivar as empresas

produtoras e exportadoras de rochas ornamentais, as quais passam por reduzir as taxas cobradas pelo Conselho Nacional de Carregadores e pelos serviços do Porto Namibe e dos Caminhos de Ferro de Moçâmedes.

O Ministério da Geologia e Minas tem como aposta para o ano económico 2016 a transformação das rochas ornamentais com vista à exportação de modo a ganhar divisas para o país.

A nota revela ainda, que durante a realização do evento, foram fortemente debatidas questões relacionadas com a exploração racional e sustentável de rochas ornamentais, a fiscalização mineira do subsector das rochas ornamentais, bem como a estratégia de desenvolvimento do subsector. A necessidade de melhorar o sistema de cadastramento das empresas do subsector e da exploração para maior partilha de informações e estatística, além da identificação das necessidades, planificação das actividades e promoção das exportações, constam igualmente no documento. Este refere ainda a necessidade de melhorar o grau de eficiência das empresas nacionais, de perspectivar a sua actuação no mercado internacional e de promover a imagem do país no exterior.

A concessão de incentivos fiscais e para-fiscais, para a facilitação das importações e exportações realizadas pelas empresas, assim como a necessidade de promover feiras nacionais e internacionais para o subsector é outro ponto referido. O documento conclui pela necessidade de estimular as empresas do subsector na criação de novos produtos com vista à diversificação da produção nacional.

## 12.4 Pedra Rubra avança com lapidação de diamantes até ao final do ano

*Jornal Expansão*

*3 Junho de 2016*

*Texto: Eunice Sebastião*

A Pedra Rubra, primeira fábrica de jóias de Angola prevê abrir, até ao final do ano, uma unidade de lapidação de diamantes no distrito da Maianga, Luanda, envolvendo um investimento de 70 mil USD, revela a directora Comercial da empresa.

Em entrevista ao Expansão, Maura Quicongo explica que a intenção da abertura da fábrica é reforçada pelas dificuldades de importação de diamantes lapidados, devido à crise de divisas. "Apesar de os

diamantes serem nacionais, a sua lapidação é feita no exterior e temos tido muitas dificuldades em trazer os produtos [transformados] para Angola" para serem vendidos internamente, afirma a responsável.

Segundo a gestora, com a entrada em funcionamento da nova unidade fabril, a empresa estima aumentar as suas vendas de 140 milhões Kz para 200 milhões Kz, devendo conseguir, mesmo, baixar os preços dos produtos até ao final do ano.

"Com a fábrica em funcionamento, teremos um volume de vendas maior, já não vamos precisar de enviar os diamantes para lapidação no exterior e não teremos de pagar taxas aduaneiras [na importação], pelo que prevemos baixar os preços até 40% face aos praticados actualmente", afirma directora.

Para além de realizar vendas directas ao público, a Pedra Rubra tem parerias com duas joalharias nacionais, nomeadamente a soloboias e a vê jóias, que também estão a enfrentar dificuldades em importar peças para comercializar.

Neste altura, revela Mauro Quicongo, as máquinas que serão utilizadas na lapidação de diamantes já estão no país, aguardando homologação do Ministério de Geologia e Minas.

A fábrica, que vai funcionar, numa primeira fase, numa pequena instalação no distrito da Maianga, terá capacidade para lapidar mais de 100 pedras por dia, peças como anéis, fios, pulseiras e brincos, todos com serviços de arranjos especializados, serão produzidas na unidade.

A fábrica de jóias pedra Rubra funciona actualmente como representante de algumas marcas de relógios internacionais, como Casio, Momentus, Bulova, Gaga, Milano e Vialux. Actualmente, a empresa tem três lojas abertas, a perspectivando a aberturas de mais um até ao final de Junho na centralidade do kilamba, num investimento de mais de 100 milhões kz.

Nas duas maiores lojas no Shopping Xyami, Nova vida, e Maianga, a empresa está a efectuar mensalmente 25 milhões kz. A loja do Aeroporto factura quatro milhões de kz, diz a gestora. As pessoas têm procurado muito os nossos produtos por serem de produção nacional também porque vendemos em kwanzas uma vez que a moeda estrangeira escasseia afirma. Há quatro anos no mercado, a empresa tem actualmente 30 trabalhadores e perspectiva chegar a 40, com a implementação da fábrica de lapidação.

## 12.5 Planageo vai render mais de 400 milhões de USD ao país

*Jornal Grandes Notícias*

*3 De Junho de 2016*

*Texto: Inácio Cândido*

No subsector dos diamantes, o mais dinâmico em termos de actividade até agora, Francisco Queiroz fez uma panorâmica dos projectos diamantíferos do Cuxi, Luaxi, Tchegi, todos na província da Lunda Norte e Catoca na Lunda Sul.

No encontro com os jornalistas, o ministro fez também o ponto de situação dos projectos de exploração do minério de ferro nas minas de Kissala Kitungo no (Kwanza Norte), Iamba Mineira na Huíla e o projecto integrado mineiro-siderúrgico de Cutato e Kuxi, na província do Kuando Kubango.

Neste sector, o governante garantiu a exploração de ferro gusa na zona do Cutato, município do Cuchi, no Kuando Kubango, que arranca este ano e prevê produzir 18 mil toneladas de ferro. Segundo o ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz, o referido projecto "está em fase adiantada e a partir do próximo ano estará em condições de produzir 90 mil toneladas de ferro". Igualmente no segmento do ferro, o Projecto Mineiro de Cassinga, na província da Huíla, vai produzir cerca de 1.700 toneladas a partir de 2017.

Francisco Queiroz anunciou para 2018 a entrada em funcionamento da mina do projecto Luache, na província da Lunda Sul. Afirmou que a mina do Luache vai permitir duplicar a produção de diamantes da mina de Catoca.

"É um projecto que supera Catoca e que pode contribuir para duplicar a actual produção de diamantes, que anda a volta dos nove milhões de quilates por ano". Realçou a contribuição do sector diamantífero para as contas do Estado na ordem dos 120 milhões de dólares norte-americanos por ano, através das receitas tributárias.

O ministro acredita que a curto prazo, os diamantes poderão ganhar um papel mais acentuado na economia do país. Em vista, está a entrada em funcionamento da mina do Luachi, bem como a de novos operadores. Com isso, "o sector dos diamantes poderá ganhar, a curto e médio prazo, maior relevância no Orçamento Geral do Estado (OGE)".

A recuperação, pela Endiama, de todo acervo geológico do país que estava em posse da Sociedade Portuguesa de Empreendimentos (SPE), agora é propriedade do Estado angolano. Quanto a

exploração do ouro no país, disse que deve começar na província da Huíla, a partir de 2018. Espera-se que a produção renda ao Estado angolano cerca de 288 milhões de dólares norte-americanos por ano. Segundo o ministro Francisco Queiroz, o Plano Nacional de Geologia (Planageo) pode mudar o rumo da economia do país.

Avaliado em mais de 400 milhões de dólares, o Planageo destina-se a identificação das potencialidades para exploração de recursos minerais do país.

## 12.6 Projectos mineiros com custos acima de mil milhões de dólares arrancam em 2017 /18

*Novo Jornal*

*3 De Junho de 2016*

*Texto: H.S*

Cinco projetos geológico-mineiros, incluindo o Plano Nacional de Geologia (PLANAGEO), avaliados em um bilião e 67 milhões de dólares estão em curso no país e deverão entrar em plena actividade até 2018, tendo em vista servir como alternativa ao sector petrolífero, no que toca à arrecadação de receitas, revelou em Luanda o ministro da Geologia e Minas.

Francisco Queirós falava quarta-feira, 1, durante a habitual conferência de imprensa promovida pelo Gabinete de Revitalização e Execução da Comunicação Institucional e Marketing da Administração (GRECIMA), referindo que o PLANAGEO irá absorver 405 milhões de dólares e encontra-se na fase de finalização do processo de levantamento aéreo geofísico de todo o país.

"Poderemos efectivamente ter uma base de exploração mineira que pode alterar a estrutura económica do país. Por isso é que se tem afirmado que o sector pode vir a ser uma alternativa aos petróleos em termos de produção de receitas fiscais para o Orçamento Geral do Estado", declarou o ministro, ao responder às questões colocadas pelos jornalistas.

Entre os projectos em marcha, destacou os de ferro na província da Huíla (Cuchi/Cutato), no valor de 226 milhões de dólares, e na província do Kwanza-Norte, no valor de 192 milhões de dólares.

Quanto à exploração de fosfatos, que permitirá produzir fertilizantes, Francisco Queirós mencionou os projectos em curso na localidade de Kakta,

provincia de Cabinda, com custos de 114 milhões de dólares, e o de Lukunga, na provincia do Zaire, no valor de 130 milhões de dólares.

Ao todo, estes projectos proporcionarão cinco mil novos empregos, dos quais 3.500 postos de trabalho no Cuchi/Cutato, 800. em Cassinga, 300 no Lukunga, igual cifra em Cabinda e 100 empregos no Kwanza-Norte, declarou o ministro.

Note-se que o projecto de Cassinga tem o arranque previsto para 2017/18, Cuchi Cutato(2016), Lukunga(2017), Cabinda(2017/18) e do Kwanza-Norte(2018).

## 12.7 Três cooperativas na exploração de diamantes em Malanje

*Jornal O PAIS*

*10 De Junho de 2016*

A prospecção de diamantes em Angola vai ser alargada a Malanje, em regime semi-industrial, com três cooperativas de mineiros artesanais autorizadas explorarem mais de 410 quilómetros quadrados (km<sup>2</sup>) naquela provincia.

A informação consta de três autorizações de 31 de Maio, atribuídas pelo Ministério da Geologia e Minas ao abrigo do código mineiro angolano, que limitam os meios mecânicos a utilizar nestas concessões, no nordeste do país.

A primeira das três autorizações foi concedida à cooperativa Milando Kunda, envolvendo a exploração semi-industrial de diamantes numa área de 30 km<sup>2</sup>, no município de Kunda Dia-Base, e a segunda abrange, nos mesmos moldes, 224 km<sup>2</sup> atribuídos à cooperativa Cambo Sungingi, em Kaombo.

A terceira concessão fica com a cooperativa Kabuto, na localidade de Xandel, numa área de 160 km<sup>2</sup>.

A justificar as concessões, o Ministério da Geologia e Minas diz que dados técnicos sugerem que os objectivos de integração dos mineiros artes anais podem ser efectivados de modo eficaz mediante a produção semi-industrial combinada com a produção artesanal.

Nas concessões agora atribuídas, os direitos são por um ano, podendo ser prorrogados por quatro, ficando as cooperativa vãs obrigadas a prestar informações técnicas e económicas à concessionária diamantífera nacional, Indiana, sobre a actividade desenvolvida, definem os despachos assinados

pelo ministro da Geologia e Minas, Francisco Queiroz.

As autoridades têm admitido publicamente a preocupação com o garimpo ilegal de diamantes na região das Lundas, onde está concentrada a produção diamantífera nacional, defendendo o modelo de associação em cooperativas, para exploração semi-industrial devidamente autorizada.

Além de Malanje, o Ministério da Geologia e Minas aprovou entre 31 de maio e 02 de Junho cinco concessões semelhantes para a exploração semi-Industrial de diamantes nas provincias da Lunda Norte e Lunda Sul, entre os municípios do Cuango, Saurimo e Luçapa, numa área total superior a440 km<sup>2</sup>.

Angola vendeu em 2015 mais de nove milhões de quilates por USD 1,181 mil milhões, que renderam ao Estado, em recei- ta fiscal, mais de Kz 8.667 milhões.

## 12.8 Mais de 1000 quilates de diamantes roubados em Saurimo

*Jornal O PAIS*

*17 De Junho de 2016*

*Texto: Dani Costa*

Mil e 134 quilates de diamantes desapareceram de um depósito da empresa AIS, propriedade do grupo Escom Mining.

As pedras em causa, produto de uma prospecção efectuada no projecto diamantífero do Tchegí, no acto do furto estavam depositados num cofre. Entendidos sobre os meandros do sector dos diamantes, fontes de O PAÍS relataram que, normalmente, as pedras são guardadas num cofre fechado a quatro chaves. Isto é, só podem ser abertas depois da utilização das suas quatro chaves, que por sinal também são distribuídas a igual número de pessoas. Uma comissão que integrava responsáveis da Endiama, entre os quais André Pucuta, José da Silva Gaspar, Alberto Manuel João José, assim como o coordenador dos campos de Itengo e Saurimo, Dulcideo Gourguel António, ainda terão visto o produto dias antes, durante uma visita que efectuaram ao local.

Alguns responsáveis da própria ATS, uma empresa cuja titularidade é atribuída ao empresário Luso-angolano Helder Bataglia, também estavam no

referido grupo: Humberto Costa, Neto Viato, Tiago Sorte.

Consta que os meliantes cortaram o cofre com um maçarico e atingiram o local onde estavam os diamantes. "Até ao momento não se disse nada sobre o assalto, mas o que sabemos, é que o Serviço de Investigação Criminal na Lunda-Sul está a fazer o seu trabalho no sentido de apurar o que se passou verdadeiramente", relatou um funcionário da instituição. No dia 11 de Maio, quando se deu o alerta, oficiais da Polícia trabalharam no local até perto das 22 horas.

Segundo uma outra fonte, em Luanda, a central de escolha da AIS, onde se acredita que guardasse produções de outros projectos, situa-se a escassos metros de uma unidade militar. Um responsável da Geologia e Minas também acompanhou as diligências policiais.

Acredita-se que a produção roubada esteja orçada em cerca de 900 mil dólares norte-americanas, aliás uma cifra já rejeitada a Endiama. Esta calcula que o lote custe apenas o equivalente a 200 ou 300 mil dólares norte-americanos.

A fonte da diamantífera esta- tal, que confirmou a ocorrência do roubo, descreve o caso como sendo de Polícia', tendo apenas assegurado que elementos afectos ao Corpo de Segurança de Diamantes, já estiveram no local a averiguar o que se passou, de facto, em Maio último. 'A Endiama não tem nada a ver com o caso porque o roubo dos diamantes aconteceu na AIS.

Nem sequer era produção da mina do Tchegí", explicou. 'A AIS é que tinha sido chamada para gerir e estava a fazer a prospecção. Por isso, considero que é um assunto AIS/Polícia", acrescentou. Contactado por este jornal, o comandante provincial da Polícia na Lunda Norte, comissário Abel Baptista, disse não possuir 'qualquer pormenor sobre a matéria'.

## 12.9 Produção de rochas aumentou em Maio

*Jornal De Angola*  
21 de Junho de 2016

A produção de rochas omamenem Maio, com 5.056 metros cúbicos, cresceu 308 por cento em relação ao mesmo mês do ano passado e 107,21 por cento em relação bril, quando foram extraídos 2.440 metros cúbicos.

OS dados são divulgados na edição de 17 de Junho da "Info Geomias", uma publicação institucional. A "Info Geomias" revela que a exportação de rochas ornamentais de Maio ascendeu a 3.797 metros cúbicos, mais 112,10 por cento que 1.790 metros cúbicos vendidos em Abril ao estrangeiro devido à acumulação de blocos retidos no porto do Namibe, provocada pelo atraso dos navios.

No mesmo mês do ano passa quando as exportações atingiram am pouco mais de 837 metros cúbicos, registou-se um aumento 353,62 por cento devido à participação de maior número de empresas na exportação de rochas ornamentais.

India, China, Espanha, Egipto, POLónia, Portugal e a Itália foram os principais países de destino das exportações angolanas de rochas.

O valor das vendas de rochas ornamentais em Maio foi de 903.532 dolares (cerca de 151 milhões de kwanzas) - 25,79 por cento da meta anual-, mais 414,75 por cento que Abril, quando o volume de negócios atingiu 175.527 dólares (25 milhões de kwanzas).

Em relação ao período homólogo de 2015, quando o valor das vendas de 209.263 dólares (cerca de 35 milhões de kwanzas), registou-se um aumento de 331,77 por cento, indica a "Info Geomias".

## 12.10 Granito Nacional exportado para Itália e Índia

*Jornal O PAIS*  
24 De Junho de 2016  
Texto: Miguel Kitari

Exportação de granito negro conheceu um incremento considerável nos últimos meses. O país exportou, em Maio último, 3700 metros cúbicos de rochas ornamentam, o dobro das exportações do mês anterior, refere um relatório do Ministério da Geologia e Minas.

O material foi usado na construção civil, designadamente, em mármore e granito provenientes do Sul, concretamente das províncias da Huíla e do Namibe. As exportações tiveram como destino a Itália, Índia, Espanha, China, Polónia, Portugal e o Egipto.

As exportações que cresceram face ao ano passado na ordem de 350 por cento, justifica-se pelo aumento da produção e pelo acumular de blocos no Porto do Namibe. No total, Angola produziu, no mês de Maio,

556 mil metros cúbicos, o dobro da produção do mês de Abril, refere Ministério da Indústria. No entanto, fonte deste jornal referiu que os números são muito bonitos, mas não têm reflexo na economia nacional, pois fica no país apenas o imposto de exportação que é feito em Kwanza.

"Os empresários enredem que não será benéfico repatriar divisas e estão a solicitar o depósito nas contas que têm no exterior.

Portanto, essa exportação não trás valor acrescentado por causa deste pormenor", lamentou, a fonte que é familiar ao processo.

Empresários do Dubai esperam por autorização Um grupo de empresários dos Emirados Árabes manifestou interesse em explorara o granito de Angola e pode chegar ao país nos próximos+ tempos para ultimar conversações. Os empresários tinham chegada prevista para Outubro do ano passado, mas até agora não pisaram o solo angolano. Entretanto, este jornal sabe que os empresários aguardam pelo parecer das autoridades angolanas para começarem a investir. "Os empresários do Dubai.

Estão à espera de autorização do Estado para que possam investir em segurança, sobretudo no que toca a repatriação de capitais e outras garantias do investimento", disse, fonte de OPAÍS.

No entanto, o presidente de Direcção da Associação Agropecuária, Comercial e Industrial do Lubango (AAPCIL), Paulo Gaspar assegurou que "o granito nacional tem qualidade reconhecida mundialmente. No meio de uma grande cordilheira, a província da Huíla, a par do Namibe, são as grandes produtoras do recurso natural", realçou. Paulo Gaspar, que integrou a delegação presidencial que esteve de visita aos Emirados Árabes Unidos, em 2015, anunciou que estão criadas as condições para que os empresários venham e iniciem a exploração e exportação do granito. "Vamos agora discutir pormenores sobre percentagem. Portanto, estão criadas outras condições que permitem a exploração e o transporte da Huíla para o Namibe e do Namibiana o Dubai", explicou. Quanto à zona de exploração, não precisou o número de hectares. Porém, avançou que as rochas estão localizadas no município do Bambos, Sul da Huíla, concretamente na região de Tchicutiti, município da Chibai. "Enquanto país promissor em termos de construção, estamos em crer que o Dubai é um bom mercado para o nosso granito", admitiu.